

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
DOUTORADO EM LETRAS**

**MARIANA JANTSCH DE SOUZA**

**O DISCURSO DE ÓDIO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE  
DISCURSIVA DO PROCESSO DE REJEIÇÃO E DE DESTITUIÇÃO DA  
PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

**Pelotas**

**2017**

**MARIANA JANTSCH DE SOUZA**

**O DISCURSO DE ÓDIO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE  
DISCURSIVA DO PROCESSO DE REJEIÇÃO E DE DESTITUIÇÃO DA  
PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Linguística Aplicada, da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Ercília Ana Cazarin

**Pelotas**

**2017**

**S729d** Souza, Mariana Jantsch de

**O discurso de ódio na democracia brasileira: uma análise discursiva do processo de rejeição e de destituição da presidenta Dilma Rousseff /**

Mariana Jantsch de Souza. – Pelotas: UCPEL, 2017.

174 f.

Tese (doutorado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pelotas, BR-RS, 2017. Orientadora: Ercília Ana Cazarin.

1. processo de rejeição e de destituição de Dilma Rousseff. 2. análise de discurso. 3. democracia. 4. liberdade e igualdade. 5. discurso de ódio. I. Cazarin, Ercília Ana, or. II. Título.

CDD 401.41

**MARIANA JANTSCH DE SOUZA**

**O DISCURSO DE ÓDIO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE  
DISCURSIVA DO PROCESSO DE REJEIÇÃO E DE DESTITUIÇÃO DA  
PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras.

Banca examinadora:

.....  
Profa. Dra. Marilei Resmini Grantham

.....  
Profa. Dra. Aracy Graça Ernst

.....  
Profa. Dra. Janaína Cardoso Brum

.....  
Profa. Dra. Jael Sânera Sigales Gonçalves

.....  
Profa. Dra. Ercília Ana Cazarin

Pelotas, 30 de novembro de 2017.

*Às mulheres que me ensinaram a resistir com  
exemplos de coragem, força e persistência na vida  
e para a vida, sem as quais eu não existiria.*

*À avó, Laura Luiza.*

*À mãe, Vera Lucia.*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, base que ancora todas as minhas conquistas, que as torna possíveis. Esta tese existe graças a essa família incentivadora, que aceita, com cumplicidade, as renúncias decorrentes do apoio a minha formação acadêmica e profissional. Obrigada Vera, Carol e Irajá.

À orientadora, Dra. Ercília Ana Cazarin, pela dedicação incansável, pelo apoio, pela compreensão e pelos ensinamentos, indispensáveis e determinantes para a concretização deste trabalho.

Às professoras Dra. Aracy Graça Ernst e Dra. Marilei Resmini Gantham pelas valiosas orientações na qualificação desta tese.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Católica de Pelotas, por todo o apoio e assistência dispensados.

À CAPES, pelo apoio financeiro, determinante para a concretização desta tese.

À amiga Lucía que me incentivou a continuar os estudos e cursar o doutorado, que me acolheu durante o curso, com quem compartilho uma amizade que me faz crescer como ser humano e que, a partir de nossas semelhanças, ensinou-me muito sobre mim.

À amiga Naiara, companheira nessa caminhada tortuosa e que, também, me acolheu muitas vezes. Um presente que o doutorado me deu. Agradeço pela amizade e cumplicidade, uma amizade que me traz a sensação de que sempre existiu, ainda que sequer nos conhecêssemos antes do doutorado. Uma amizade 'já-lá'. Não tenho palavras para agradecer todos os ensinamentos, que vão além do universo acadêmico e iluminam minha caminhada.

À amiga Michele que muito me ajudou em nossas conversas, me acalmou muitas vezes e com quem pude compartilhar a dor e a delícia desse percurso de doutoramento. Obrigada pela valiosa companhia que me ajudou a ter forças para continuar.

Ao Roberto, amigo e companheiro, pelos incentivos para seguir em frente, sempre. Pela paciência e apoio nos momentos difíceis. Por fazer parte da minha vida. Por iluminar meus caminhos.

*Para uma democracia, a recusa do outro e o irracionalismo são perigosos, igualmente mortais.*  
TOURAINÉ, 1996

*O discurso é parte do funcionamento social geral.*  
ORLANDI, 2011

*En los razonamientos científicos y filosóficos, las palabras (conceptos, categorías) son “instrumentos” de conocimiento. Pero en la lucha política, ideológica y filosófica las palabras son también armas: explosivos, calmantes o venenos. Toda la lucha de clases puede, a veces, resumirse en la lucha de una palabra, contra otra palabra.*  
ALTHUSSER, 1974

## RESUMO

Esta pesquisa parte do anseio de pensar, no plano da linguagem, como os valores e direitos fundamentais de liberdade e de igualdade circulam socialmente. Estes, juntamente com a dignidade humana, constituem a espinha dorsal de toda nossa ordem jurídica. Diante de conflitos sociais que põem em questão o modo como funcionam tais valores, nesta pesquisa, buscamos compreender diferentes movimentos discursivos imbricados nesse processo - antagonismo, repetição, regularização, deslocamento, entre outros. A partir desse ponto inicial, decidimos analisar a repercussão da eleição presidencial de 2014. Ao longo do processo teórico-metodológico de configuração do *corpus* discursivo, conformamos o que chamamos, nesta pesquisa, de *processo político, jurídico e social de rejeição e de destituição de Dilma Rousseff* fortemente marcado pelo discurso de ódio. Assim, nosso olhar analítico se volta para os movimentos de rejeição e de destituição de Dilma Rousseff, de um lado, e para os movimentos de resistência, de outro; bem como para o discurso de ódio produzido em meio a esses movimentos. Trabalhamos, então, com duas formações discursivas: uma que representa os movimentos discursivos de rejeição e de destituição e outra, que representa os movimentos de resistência. Para realizar esses propósitos de pesquisa, nosso *corpus* é composto por manifestações de cidadãos brasileiros publicadas nas redes sociais em repercussão ao resultado eleitoral de 2014 e por bordões produzidos ao longo de processo de destituição de Dilma. São manifestações que põem em jogo uma certa ideia de liberdade e de igualdade em relação à atuação de cada cidadão no processo democrático de escolha de representantes políticos. Nossas reflexões sustentam-se nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD) tal como concebida por Michel Pêcheux e desenvolvida por Eni Orlandi no Brasil.

**Palavras-chave:** Processo de rejeição e de destituição de Dilma Rousseff. Análise de Discurso. Democracia. Liberdade e Igualdade. Discurso de ódio.

## ABSTRACT

This research is based on the wish to think, from a linguistic perspective, how the values and fundamental rights of freedom and equality socially circulate. Along with human dignity, they constitute the backbone of our juridical order. In the face of social conflicts that put into question the way those values work, in this research we intend to understand different discursive movements overlapped in this process – antagonism, repetition, regularization, and displacement, among others. From this initial point, we decided to analyze the repercussion of the 2014 presidential election. Through the theoretical and methodological process of configuration of the discursive *corpus*, we conformed what we call, in this research, political, juridical and social process of rejection and destitution of Dilma Rousseff, strongly marked by the hate speech. Thus, our analytical look is directed to the rejection and destitution movements of Dilma Rousseff, on the one side, and by the movements of resistance on the other; as well as the hate speech produced in these movements. Then, we worked with two discursive formations: one of them represents the discursive movements of rejection and destitution, while the other represents the movements of resistance. In order to accomplish the purposes proposed in the research, our *corpus* is composed by manifestations of Brazilian citizens published in social medias during the repercussion to the electoral result of 2014 and by catchphrases produced during Dilma's destitution process. They are manifestations that show a certain idea of freedom and equality in relation to the role of every citizen in the democratic process of choosing political representatives. Our reflections are based on the theoretical framework of Discourse Analysis (DA) such as conceived by Michel Pêcheux and developed by Eni Orlandi in Brazil.

**Keywords:** Process of rejection and destitution of Dilma Rouseff. Discourse Analysis. Democracy. Freedom and Equality. Hate speech.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AD – Análise de Discurso
- AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado
- Art. – Artigo
- CC – Código Civil
- CF – Constituição Federal
- CF88 – Constituição Federal de 1988
- CP – Condições de Produção
- FD – Formação Discursiva
- FD1 – Formação Discursiva anti-Dilma
- FD2 – Formação Discursiva pró-Dilma
- FI – Formação Ideológica
- Fi - Formação Imaginária
- PS – Posição-sujeito
- PS1-FD1 – Posição-sujeito 1, regulada pela FD1
- PS1-FD2 – Posição-sujeito 1, regulada pela FD2
- sd – Sequência Discursiva
- STF – Supremo Tribunal de Justiça
- TSE – Tribunal Superior Eleitoral

## LISTA DE IMAGENS E QUADROS

Imagem 1 - Ampliação 1 da sd 21 FD2 .....	129
Imagem 2 - Ampliação 2 da sd 21 FD2 .....	130
Imagem 3 - <i>Impeachment</i> em novembro de 2014.....	137
Imagem 4 - Golpe em março de 2015.....	138
Imagem 5 - <i>Impeachment</i> no Congresso .....	139
Imagem 6 - Golpe no Congresso .....	139
Imagem 7 - Golpe/ <i>Impeachment</i> .....	140
Imagem 8 - #FicaQuerida e #TchauQuerida .....	155
Quadro 1 - Do processo de violências e seus movimentos .....	81
Quadro 2 - Golpe/ <i>Impeachment</i> e seus desdobramentos discursivos .....	150

## SUMÁRIO

<b>PRIMEIROS PASSOS .....</b>	<b>13</b>
<b>1 DEMOCRACIA.....</b>	<b>19</b>
1.1 O funcionamento democrático.....	20
1.2 Os meios e técnicas intrínsecos à ordem democrática: sobre as regras do jogo.....	22
1.3 Os fins de uma ordem democrática.....	30
1.4 A democracia no Brasil.....	35
<b>2 TEORIA E ANÁLISE ENTRELAÇADAS: APRESENTANDO O PERCURSO ANALÍTICO.....</b>	<b>41</b>
2.1 <i>Modus operandi</i> : sobre o processo teórico-metodológico.....	41
2.2 Condições de produção: contextualizando o objeto de análise.....	53
2.2.1 Apontamentos teóricos necessários .....	53
2.2.2 Eleição presidencial de 2014: descrição das condições de produção dos discursos em análise .....	57
<b>3 DO PROCESSO DE REJEIÇÃO: SOBRE A REPERCUSSÃO DO RESULTADO ELEITORAL .....</b>	<b>67</b>
3.1 Do discurso da FD1 .....	69
3.1.1 Discurso e historicidade: do efeito fundador do discurso da FD1....	71
3.1.2 Do discurso de ódio .....	75
3.1.2.2.1 Da culpabilização.....	82

3.1.2.2.2 Da punição .....	89
3.1.2.2.3 Da imposição de uma solução para o conflito.....	97
3.2 Do discurso da FD2 .....	106
3.2.1 Do funcionamento da negação no discurso da FD2 .....	109
3.2.2 Do enunciado dividido no discurso da FD2 .....	122
3.3 Reflexões sobre as análises do terceiro capítulo .....	132
4 DA DESTITUIÇÃO: SOBRE O PAR GOLPE/ <i>IMPEACHMENT</i> E <i>#TCHAUQUERIDA</i> .....	135
4.1 <i>Golpe/Impeachment</i> : do surgimento e uso dos termos no processo em análise.....	136
4.1.2 Designação e Análise de Discurso: do funcionamento discursivo do par <i>Golpe/Impeachment</i> .....	141
4.2 <i>#TchauQuerida</i> .....	155
(IM)PONDO UM NÓ NA REDE: EFEITO DE FECHAMENTO.....	161
REFERÊNCIAS .....	166

## PRIMEIROS PASSOS

Esta tese é a materialização de uma leitura acerca da prática democrática brasileira. É, também, a urdidura de conhecimentos em duas grandes áreas: Ciências Jurídicas e Ciências da Linguagem. Constitui o meu modo de tecer e entretecer conhecimentos para realizar uma leitura que, em última análise, se centra nos valores liberdade e igualdade em sua circulação social. Trata-se, então, de uma pesquisa interdisciplinar, que encontra suporte ao trazer à luz as tramas entre Língua, Discurso e Direito, trabalhando no entremeio dessas áreas do saber para realizar a análise proposta.

O objeto da pesquisa atende a paixões que movem meu interesse pelo universo acadêmico. Permite-me pôr em movimento minha trajetória de estudos que iniciou na Ciência do Direito e seguiu, concomitantemente, na grande área das Letras, passando pela Literatura Comparada e, hoje, pela Análise de Discurso.

Esta delimitação do tema de pesquisa resulta, inicialmente, do anseio de pensar, no plano da linguagem, como os valores e direitos fundamentais de liberdade e de igualdade circulam socialmente. Como, a partir do simbólico, espaço em que as abstrações do universo jurídico assumem forma, esses valores se materializam e são significados.

Liberdade e igualdade constituem, juntamente com a dignidade humana, a espinha dorsal de toda nossa ordem jurídica. Nossas normas estão orientadas para o alcance e observância da dignidade da pessoa, da liberdade e da igualdade nas relações sociais em geral.

Entretanto, se todo nosso sistema jurídico está voltado para a promoção desse tripé, por que ainda vivemos em meio a tantos conflitos sociais? Partimos da hipótese de que esses valores circulam socialmente de diferentes formas, em meio a movimentos de antagonismo, repetição, regularização, deslizamento,

deslocamento, entre outros. Movimentos esses que lhes dão existência sócio-histórica.

Todo o trabalho de pesquisa e análise que empreendemos, ao longo do curso de doutorado, é movido pelo desejo de pensar os valores liberdade e igualdade. Com base nessa primeira escolha, surgiu a ideia de analisar a repercussão da eleição presidencial de 2014. À medida que o processo de rejeição à Presidenta intensificou-se, nossa proposta de análise foi sendo ampliada e lapidada, até a configurarmos tal como está aqui apresentada: da rejeição/hostilização de uma parcela do eleitorado brasileiro à destituição de Dilma, bem como o movimento de resistência a esse processo.

Como liberdade e igualdade são da ordem do abstrato, seu espaço de materialização e funcionamento é o da linguagem, ou seja, o simbólico. Em razão disso, escolhemos um caminho não jurídico para pensar essas questões; um caminho teórico capaz de dar conta de compreender esses valores em movimento, em sua circulação social. E esse horizonte é o da Análise de Discurso (AD)<sup>1</sup> como forma de pensar a linguagem em funcionamento, considerando a natureza movente da língua em razão de sua inscrição na história e sua relação com a ideologia. Por isso, em AD, falamos em efeitos, em gestos, ou seja, em possibilidades de compreensão do funcionamento do discurso e das relações com a exterioridade aí implicadas.

A interligação dessas áreas do conhecimento também se justifica pelo próprio recorte de análise que compõe nosso *corpus* discursivo. Nosso trabalho analítico debruça-se sobre o que estamos compreendendo como *processo político, jurídico e social de rejeição e de destituição da Presidenta reeleita em 2014*<sup>2</sup>, Dilma Rousseff, fortemente marcado pelo discurso de ódio.

Quando referimos que esta é uma leitura acerca da prática democrática brasileira, queremos explicitar que, neste exercício de análise, tratamos de compreender como a democracia e os valores que a sustentam funcionam em nossa sociedade a partir de nosso recorte. Nesse caminho, abordamos a noção de

---

<sup>1</sup> Doravante, nossas referências à teoria da Análise de Discurso, ao longo do texto, nos moldes propostos por Michel Pêcheux e tal como trabalhada no Brasil, será representada pela sigla AD.

<sup>2</sup> Essa configuração como *processo político, jurídico e social de rejeição e de destituição da Presidenta eleita* foi pensada *a posteriori*, após o desfecho da conjuntura política e social que vivenciamos de outubro de 2014 até agosto de 2016, no que tange aos acontecimentos relativos ao maior espaço de poder institucional em nosso país: a presidência da República.

democracia, buscando compreender especialmente seus fundamentos. Passamos pela ordem jurídica constitucional brasileira e desembocamos na análise de práticas discursivas relacionadas à eleição presidencial de 2014 e aos movimentos discursivos daí decorrentes.

Para compreender a noção de democracia, recorremos a teóricos da Ciência Política, centrando-nos em seus pressupostos, regras, procedimentos, fundamentos e fins. Explicitamos o panorama social necessário para que tal regime se realize, considerando os valores em pauta (liberdade e igualdade) como base indispensável para qualquer democracia.

Perpassa toda a tese a discussão sobre a relação entre os direitos fundamentais de liberdade e igualdade, tal como propostos em nossa ordem constitucional, contrapondo com seu funcionamento nas práticas discursivas analisadas. Nelas, a ideia de liberdade e de igualdade necessárias à consolidação de uma ordem democrática estaria sendo respeitada? Os contornos que a democracia assume nesses discursos é o mesmo proposto no plano da teoria política? É a mesma ideia de democracia proposta em nossa ordem jurídica constitucional? Assim, pensar sobre como os valores liberdade e igualdade circulam socialmente é pensar sobre como nós, brasileiros, colocamos em prática a democracia, sobre como vivemos a/em democracia. E, também, pensar como estaria aí funcionando o que estamos entendendo como um discurso de ódio.

Como sugere Alain Touraine, na obra *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes* (1998), pensar a realização da democracia (neste recorte ou a partir de qualquer outro) é refletir sobre a relação eu/outro. Nesta tese, pensar essas questões é pensar, a partir de nosso *corpus* discursivo, como alguns brasileiros se relacionam com o outro.

Para tratar dessas questões, uma vez formado o arquivo da pesquisa, configuramos o referido *processo de rejeição e de destituição da Presidenta reeleita em 2014*. Compõem esse processo dois momentos distintos, materializados nas práticas discursivas analisadas: rejeição e destituição. O primeiro, iniciou-se com a repercussão do resultado da eleição presidencial e seus efeitos perduraram ao longo de todo processo referido. Essa rejeição intensificou-se e desdobrou-se em movimentos de destituição, materializados no binômio *golpe/impeachment* e na expressão *Tchau Querida*. Em contrapartida a esse discurso anti-Dilma, surge um

discurso de resistência a esses movimentos, o qual também é objeto de análise nesta tese.

Nesta pesquisa, assumimos como posição ou lugar de análise a teoria da Análise de Discurso de tradição pecheuxiana. Em razão de seu objeto - o discurso -, entendido como um nó, como “o lugar teórico em que se intrincam todas suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito” (MALDIDIER, 2003, p. 15), recorreremos à AD para compreender o processo em questão. Com isso, em nosso trabalho de análise, observamos a prática democrática brasileira através do discurso, o que nos leva a considerar os aspectos sócio-históricos que se manifestam na/pela estrutura da língua. Esse posicionamento teórico implica em ler e compreender o processo de rejeição e de destituição da Presidenta a partir das relações entre língua, história e ideologia em funcionamento no discurso.

Para concretizar esse objetivo de pesquisa, selecionamos enunciados de cidadãos brasileiros que discursivizam os movimentos de rejeição e de destituição em análise. São manifestações que põem em jogo certa ideia de liberdade e de igualdade em relação à atuação de cada cidadão no processo democrático de escolha de representantes políticos. A partir desse contexto enunciativo, e por olharmos tais práticas discursivas com os propósitos explicitados, o funcionamento desses discursos permitirá observar uma certa postura em relação à democracia, aos direitos fundamentais considerados e ao outro, ou seja, ao discurso-outro.

Como questões que nortearão nosso trabalho de pesquisa, e no mesmo caminho de nossa questão principal, apresentamos as seguintes indagações:

- Como foi discursivizado o resultado da eleição presidencial de 2014?
- Como foi discursivizado o movimento de rejeição à Presidenta eleita? E como foi discursivizado o movimento de resistência a essa rejeição?
- Como foram discursivizadas as designações golpe, *impeachment* e tchau querida? Como funcionaram nos discursos em pauta?
- Como os direitos fundamentais de liberdade e igualdade funcionam nessas práticas? Como circulam socialmente?
- Que concepção de democracia perpassa essas discursividades que põem em jogo os valores de liberdade e igualdade num contexto de eleições presidenciais?

- Liberdade e igualdade, nas práticas discursivas observadas, mostram-se como escudos para a manifestação e/ou incitação de preconceitos e de um discurso de ódio?

Em síntese, tais questões buscam compreender qual noção de liberdade e de igualdade emerge dos enunciados que compõem nosso *corpus*. Nosso objetivo de pesquisa, bem como as questões que o orientam, são movidos pela conjectura de que as práticas discursivas em análise põem em funcionamento preconceitos e ódios em relação ao outro. Um outro que deveria ser considerado igual e livre, mas que, nestas circunstâncias, acaba não sendo.

Para apresentar as reflexões desenvolvidas, organizamos nosso texto em quatro capítulos.

No primeiro, tratamos da noção de democracia, seus pressupostos e fundamentos, caminho que nos leva a pensar os direitos fundamentais de liberdade e de igualdade. Depois, tratamos da democracia em nossa ordem jurídica, considerando nossa atual Constituição Federal (CF) e nossa história democrática (e/ou não democrática).

Em seguida, no segundo capítulo, apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa e as condições de produção das práticas discursivas em análise, explicitando os contornos de nosso recorte e expondo nosso *corpus*. Abordamos as noções de recorte, de condições de produção (CP), de formação discursiva (FD), de posição-sujeito (PS), entre outras. Finalizamos descrevendo a conjuntura a partir da qual se instaurou o *processo político, jurídico e social de rejeição e de destituição da Presidenta Dilma*.

No terceiro capítulo, exploramos o dispositivo teórico selecionado para sustentar o gesto de interpretação proposto e construímos nosso dispositivo analítico. Nos dedicamos à análise do movimento de rejeição à Dilma, iniciado com a repercussão de sua reeleição, bem como as reações que tal movimento desencadeou.

No quarto capítulo, nos detemos na análise dos movimentos de destituição da Presidenta. Para nossas reflexões, essa fase do processo em pauta abrange a discursivização do binômio golpe (resistência) e *impeachment* (destituição) e seus desdobramentos. Ainda neste capítulo, nos ocupamos com a análise da expressão *#TchauQuerida*.

Essa fase de análises, que aqui se materializa, constitui-se em um percurso constante entre descrição e interpretação, entre teoria e análise. Em atenção a esse aspecto, alertamos que, na tese, apresentamos nosso gesto de interpretação frente ao aporte teórico que sustenta as questões levantadas e frente ao nosso *corpus*. Sabemos que a análise não se exaure neste gesto. Sabemos, ainda, que, como gesto, apresentamos uma possibilidade de interpretação, sem, contudo, desconsiderar outras.

Por fim, apresentamos nossas considerações finais sobre as questões abordadas ao longo do percurso analítico que esta tese corporifica.

## 1 DEMOCRACIA

*Los funcionarios no funcionan.  
Los políticos hablan pero no dicen.  
Los votantes votan pero no eligen.  
Los medios de información desinforman.  
Los centros de enseñanza enseñan a ignorar.  
Los jueces condenan a las víctimas.  
Los militares están en guerra contra sus compatriotas.  
Los policías no combaten los crímenes, porque están ocupados en cometerlos.  
Las bancarrotas se socializan, las ganancias se privatizan.  
Es mas libre el dinero que la gente.  
La gente esta al servicio de las cosas.*

*Eduardo Galeano<sup>3</sup>*

Neste capítulo, ao abordar os temas que o título propõe, pretendemos preparar o terreno para melhor compreender o caminho que este exercício de análise percorre ao longo desta tese. Assim, faz-se necessário trazer para o início desta exposição a discussão acerca da noção essencial para o gesto de análise que apresentamos nos próximos capítulos: democracia. Atreladas à abordagem dessa noção, surgem as noções de direitos fundamentais e de Constituição, pois é neste documento político-jurídico que estão assentados os pressupostos do regime em questão. Esse capítulo, portanto, apresenta as bases a partir das quais pensamos nossos propósitos de pesquisa e construímos nossa análise.

Ressaltamos que nossas reflexões acerca da noção de democracia não têm o condão de esgotar o tema. Ao contrário, abordamos essa noção com o aprofundamento necessário e suficiente para embasar a análise de nosso *corpus* e viabilizar nossa pesquisa.

---

<sup>3</sup> *El sistema/1, El libro de los abrazos.*

## 1.1 O funcionamento democrático

A partir dos propósitos desta pesquisa, nosso trabalho já parte da ideia de que não é possível, em nossos tempos líquidos (cf. Baumann), pensar a democracia à maneira clássica. Isso significa que nossas reflexões transgridem a noção clássica que, em função de a memória discursiva rumar em direção à Grécia Antiga<sup>4</sup>, induz a iniciar qualquer reflexão sobre democracia pela ideia de autogoverno. Tal está imbuído na palavra que se origina da junção dos termos gregos *dêmos* (povo) e *kratos* (*poder, governo, domínio*)<sup>5</sup>.

O termo está carregado dessa etimologia. Ou seja, a compreensão dos desdobramentos do sistema democrático ainda está muito presa à ideia essencial de *governo do povo* (*dêmos + kratos*), ou autogoverno. Ao consultar um dicionário<sup>6</sup>, encontramos três acepções para o termo democracia, enquadrados na rubrica da política. Podemos pensar o dicionário como uma obra que representa o movimento social e ideológico de cristalização, de fixação de sentidos, atuando na institucionalização de sentidos dominantes. Por isso, para tratar da historicidade do termo, calha bem recorrer a um dicionário.

Ressaltamos, contudo, que em AD não trabalhamos com sentidos cristalizados e tornados hegemônicos por movimentos como os representados por dicionários. Trabalhamos com o funcionamento ideológico da cristalização desses efeitos. Escolhemos iniciar nossas reflexões pelo dicionário para evidenciar os efeitos que pretendemos transcender acerca do entendimento da noção de democracia.

Para a primeira acepção encontrada no Houaiss, democracia é “governo em que o povo exerce a soberania”. Neste desdobramento do termo, retomamos a ideia básica e reducionista de pensar a democracia a partir da relação entre o povo e o poder do Estado. Essa relação é tratada de forma linear, simplificada, como se fosse uma relação direta, ordenada, não complexa e sem contradições. Funciona como

---

<sup>4</sup> Não aprofundaremos a noção clássica de Aristóteles e de Platão, também não faremos uma retomada histórica da evolução do termo, passando pelo Iluminismo a partir das propostas de Rousseau sobre formas de governo. Interessa-nos, aqui, tratar da noção de democracia tal como pensada modernamente, por isso recorreremos a um aporte teórico voltado a esse fim.

<sup>5</sup> CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2005, p. 118-9.

<sup>6</sup> Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, versão eletrônica.

uma consequência da etimologia da palavra, já explicitada, ou seja, como mera junção de povo e poder.

Na segunda, democracia é o “sistema político em que os cidadãos elegem os seus dirigentes por meio de eleições periódicas”. Nesta acepção do termo, à ideia essencial clássica são incluídos fatores como representatividade, princípio da maioria, alternância no poder, periodicidade na renovação ou tomada das decisões. Tais aspectos estão implicados na escolha periódica de dirigentes. Subjaz a esses fatores uma ideia de ação do povo, de posição ativa do povo na sua relação com o poder estatal. Com isso a relação entre povo e poder começa a ser vista de forma mais complexa.

Nessas duas primeiras acepções, democracia é um governo do povo, em que o poder emana do povo e permanece nas mãos do povo, isto é, o povo é o soberano, o detentor do poder estatal. E, assim, o regime democrático é marcado pela participação dos governados no governo.

Na última acepção encontrada, democracia é o “regime em que há liberdade de associação e de expressão e no qual não existem distinções ou privilégios de classe hereditários ou arbitrários”. Esta definição do termo permite-nos avançar em nossa discussão, pois inclui à noção clássica os ingredientes fundamentais que nos interessam: liberdade e igualdade. É a partir desses ingredientes que desenvolveremos as reflexões acerca das contradições da democracia brasileira.

Seguimos um caminho de discussão proposto por Norberto Bobbio (2014), em um ensaio que pretende responder à questão *Qual Democracia?*, em que salienta que pensar a democracia exige que nos dispamos do ideário clássico que a impregna. O autor explica que as dificuldades relacionadas à democracia devem-se ao fato de “termos feito da democracia uma ideia muito fácil, simplificada, esquematizada. Acreditávamos, por exemplo, que a democracia fosse, simplesmente, o autogoverno do povo, como ensinara Rousseau” (BOBBIO, 2014, p. 22). Esse ideário é representado pelas duas primeiras acepções dicionárias do termo.

Para pensar a democracia contemporânea, no Brasil, a partir de práticas discursivas produzidas em situação de embate, entendemos que é essencial nos desprendermos de ideias reducionistas e simplificadas. Isso porque, tal como podemos observar em nossa sociedade, especialmente nos últimos anos: “a

democracia como autogoverno do povo é um mito que a história desmente continuamente” (BOBBIO, 2014, p. 23).

Para prosseguirmos nossas reflexões interessa-nos desenvolver o que propõe a terceira acepção do termo, a partir da qual encontramos os fundamentos democráticos e a questão central dessa pesquisa. É o que passamos a desenvolver.

## 1.2 Os meios e técnicas intrínsecos à ordem democrática: sobre as regras do jogo

Nossas considerações acerca dos meios, ou regras democráticas, partem da analogia de Bobbio referida no título desta seção: o jogo da democracia. Por esse caminho, a democracia é pensada como um conjunto de regras de um jogo, o jogo democrático.

O autor inicia suas reflexões oferecendo uma definição mínima de democracia: “caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos” (2002, p. 30). Essa definição aproxima, analogicamente, a noção de democracia a um jogo: para que haja efetivamente democracia, há regras que viabilizam a tomada de decisões coletivas. Por trás disso, antes de qualquer regra do jogo é imprescindível garantir a liberdade de escolha de cada jogador:

No entanto, mesmo para uma definição mínima de democracia, como é a que aceito, não bastam nem a atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, nem a existência de regras de procedimento como a da maioria (ou, no limite, da unanimidade). É indispensável uma terceira condição: é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir **sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade** [...] (BOBBIO, 2002, p. 32, grifo nosso).

Começamos a perceber, então, a centralidade dos direitos fundamentais<sup>7</sup> no sistema democrático, em especial liberdade e igualdade: se não há liberdade para

---

<sup>7</sup> Nesta pesquisa, não nos detemos à noção de direitos fundamentais, posto que não está na centralidade das questões propostas para desenvolver nossos objetivos de pesquisa. No entanto, apresentamos um esclarecimento mínimo acerca dessa noção em razão de sua amplitude e das

influir nas decisões coletivas, de forma que cada ator social colabore igualmente para que a decisão final seja alcançada, não há decisão coletiva; logo, não há democracia. Esses direitos, portanto, “não são exatamente regras do jogo: são regras preliminares que permitem o desenrolar do jogo” (BOBBIO, 2002, p. 32).

Uma das bases da análise aqui empreendida é, então, a ideia de que democracia e garantia de direitos são duas faces da mesma moeda. Há entre essas categorias uma relação de interdependência e reciprocidade (SARLET, 2015, p. 60). Ou seja, de um lado “são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático” (BOBBIO, 2002, p. 33) e, de outro, “é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais” (BOBBIO, 2002, p. 33). Assim, os meios ou regras democráticas também surgem pautados pelos fins democráticos: liberdade e igualdade.

Na delimitação conceitual que o autor refere como mínima, observamos certas técnicas democráticas: a tomada das decisões, os sujeitos nela envolvidos, como ou por que são consideradas coletivas (princípio da maioria). Iniciemos pela tomada de decisões e os sujeitos envolvidos neste movimento do processo democrático. Antes, esclarecemos que os autores abordados empregam o termo *indivíduos* para referir as pessoas envolvidas no processo democrático. Deslocando essas considerações para o campo da teoria que sustenta essa pesquisa, a Análise de Discurso, utilizaremos o termo sujeito.

A teoria sobre a linguagem em funcionamento proposta por M. Pêcheux, Análise de Discurso, parte de uma teoria não subjetiva do sujeito. Significa, inicialmente, que o sujeito é pensado enquanto categoria teórica, e não como sujeito empírico, de carne e osso (este seria o sujeito individual do idealismo). Para Pêcheux, com esse olhar sobre a categoria do sujeito, essa teoria “designa os processos de ‘imposição/dissimulação’ que constituem o sujeito, ‘situando-o’ e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa ‘situação’ (esse *assujeitamento*) pela

---

variadas formas de designá-la. José Afonso da Silva (1999, p. 179) e Ingo Sarlet (2015, p. 27) referem a dificuldade de explicar tal noção, a começar pelas diferentes expressões que a designam, como direitos naturais, direitos humanos, direitos do homem, direitos individuais, direitos públicos subjetivos, liberdades fundamentais, liberdades públicas e direitos fundamentais do homem. Silva aponta a expressão direitos fundamentais do homem como a expressão mais adequada, a qual designa “aquelas prerrogativas e instituições que ele [o ordenamento jurídico] concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. No qualificativo fundamentais, acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive” (SILVA, 1999, p. 182).

ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito “funcione por si mesmo” (PECHEUX, 2009a, p. 123).

Esses processos que constituem o sujeito dizem respeito à ideologia, à história, ao inconsciente e ao simbólico. Na constituição do sujeito estão implicados ideologia (com seu funcionamento que impõe as evidências que a teoria do discurso pretende desfazer e expor), determinação histórica do sujeito e dos sentidos, atravessamento pelo inconsciente e, também, a linguagem com a noção de assujeitamento. No ponto comum desses entrelaçamentos, constitui-se o sujeito juntamente com os sentidos a partir da sujeição à linguagem: o sujeito submete-se (assujeita-se) à linguagem para constituir-se e produzir sentidos. Nesse percurso, ao significar o sujeito se significa a partir da forma como se relaciona com a ideologia e com a história, relações observáveis pelas filiações que estabelece (por exemplo: o modo como se relaciona com o interdiscurso, com a memória discursiva, com determinadas FDs, a posição-sujeito com a qual se identifica, etc.). É assim que se dá o processo de subjetivação.

Sendo assim, o sujeito do qual tratamos é interpelado ideologicamente e “ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas posições de sujeitos, igualmente ideológicas. Tais posições, contudo, não transformam esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois se trata de um sujeito socialmente constituído” (INDURSKY, 1997, p. 27-8). A partir desse panorama, a AD considera que o sujeito não é autônomo, no sentido de não ter controle sobre seus dizeres: não é dono, nem origem de seu dizer (cf. Pêcheux ao tratar dos esquecimentos número e um e número dois), em razão dos atravessamentos que o compõem e constituem.

Ao considerar o sujeito determinado pela história, interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente concebemos a linguagem como ponto de interseção, como espaço para constituição desse sujeito e materialidade a partir da qual essas relações são observáveis: “outro ponto importante a investigar nessa relação ideologia-inconsciente é que o sujeito, ao ser constituído pela linguagem, encontra nela sua morada e disso decorre uma marca do sujeito enquanto efeito de linguagem” (FERREIRA, 2010, p. 8). Dessa forma, a AD, enquanto teoria interpretativa que busca compreender a linguagem em funcionamento, ocupa-se de

um sujeito que se constitui na e pela linguagem. É a este o panorama teórico que mobilizamos quando usamos o termo sujeito ao longo de toda essa tese.

As democracias modernas caracterizam-se pelo elevado número de sujeitos habilitados a participar da organização da sociedade através da tomada das decisões coletivas. Segundo os autores estudados, esta é a ponta do *iceberg* quando se pensam as contradições da democracia das sociedades modernas. Esse processo de ampliação numérica iniciou no século passado, quando as mulheres passaram a ter direito de voto por exemplo. Para Bobbio, esse processo é um sucedâneo da democratização nas sociedades modernas (2002, p. 31). Em razão disso, as decisões democráticas são tomadas seguindo a regra da maioria, ou princípio da maioria. É essa regra que legitima as decisões (BOBBIO, 2002, p. 31).

A tomada de decisão está atrelada à noção de cidadania: é o cidadão que pode participar das decisões e influir nos processos de organização do convívio social. A qualidade de cidadão é definida pela lei: é cidadão o sujeito que atente a certos requisitos<sup>8</sup> e, por isso, têm reconhecidos certos direitos políticos. Uma vez assumida a qualidade de cidadão, o sujeito passa a ter direitos em relação ao processo democrático de organização social.

Contudo, essas decisões não são diretas, como todos sabemos. São decisões indiretas, pois os cidadãos decidem quem tomará as decisões. Essa é a democracia moderna<sup>9</sup>, “quando falamos em democracia, a primeira imagem que nos vem à mente é o dia das eleições, longas filas de cidadãos que esperam a sua vez para colocar o voto na urna (BOBBIO, 2000, p. 371).

Entretanto, ressaltamos que democracia, conforme estamos pensando neste trabalho, não é apenas tomada de decisão. Democracia impõe que se traga para o debate coletivo e público, de forma ampla e igualitária, as questões coletivas, possibilitando a participação de todos nos assuntos que a todos dizem respeito. Trata-se de democratizar as discussões sociais.

---

<sup>8</sup> Em nossa ordem jurídica, tais requisitos estão determinados na CF, no art. 14, no título *Dos Direitos e Garantias Fundamentais*. O único requisito para o exercício da capacidade eleitoral ativa é a idade de 16 anos (quando o alistamento eleitoral é facultativo) ou 18 anos (quando o alistamento passa a ser obrigatório). O exercício da capacidade eleitoral passiva, que constitui a possibilidade de ser eleito, é condicionado a outros requisitos.

<sup>9</sup> Ressaltamos que não ignoramos as possibilidades albergadas por nossa ordem jurídica de tomada de decisão de modo direto, tais como a possibilidade de iniciativa popular para propositura de leis (art. 62, § 2º, CF) e o orçamento participativo, por exemplo. Porém, neste trabalho não interessam essas situações, interessa-nos pensar a forma mais utilizada: o método indireto, o qual faz as democracias modernas serem classificadas como representativas.

A eleição é o fator que torna nossa democracia representativa, pois é por meio do ato de escolha/eleição de um representante que tomamos as decisões que a ordem jurídica e democrática nos autoriza. Em regra, a palavra representação reporta à simbolização de uma figura ausente. A ideia de representação está associada a uma ausência, pois se representa aquilo que não pode estar presente.

Em nossa democracia a representação é indireta e se dá por intermédio dos partidos políticos. Segundo Chauí (1990), os partidos políticos são entes reconhecidos para mediar a relação entre a coletividade e o Estado, constituindo o único meio em que a representação política pode se realizar. Para a autora (1990, p. 296) a representação simboliza e descreve o corpo social, pois o todo do corpo social é simbolizado e descrito através dos representantes. Assim, o conjunto dos eleitos pode ser tomado como uma imagem reduzida do todo social.

Como o representante está no lugar do representado, recebe todos os seus poderes da sociedade e por isso está comprometido com ela. Após escolhido, o representante assume compromisso com a coletividade e não apenas com seus eleitores.

A representatividade é um dos pilares do regime democrático, juntamente com a limitação do poder e a cidadania. Todavia, alerta Touraine que não pode haver o predomínio de qualquer desses aspectos, pois a democracia caracteriza-se pela interdependência desses três princípios (1996, p. 128).

A escolha dos representantes é uma decisão coletiva, que se torna legítima pelo princípio da maioria. Tais decisões são construídas por sujeitos diferentes que colaboram para que seja alcançada a unidade de uma decisão. Isso mostra que a democracia assenta-se na diferença, pois as decisões democráticas representam uma pluralidade anterior e necessária.

Com isso, é reconhecida a heterogeneidade que está na base de toda sociedade. A democracia parte (ou deveria partir) da aceitação da diferença entre os cidadãos, pois seus pressupostos induzem a isso, uma vez que “a liberdade só tem sentido porque a pluralidade dos interesses é reconhecida” (TOURAINÉ, 1998, p. 282).

O princípio da maioria nos diz que, uma vez decidido quem serão os representantes políticos, os escolhidos representam toda sociedade, não só os cidadãos responsáveis por sua escolha. Essa ilação nos remete diretamente à

questão central desta pesquisa: pensar as contradições de nossa democracia. Nos remete também ao nosso *corpus*, objeto a partir do qual observaremos como nossa vivência democrática se realiza.

A democracia, além dos meios explicitados, supõe classes diferentes com acesso ao poder, são grupos em concorrência por esse acesso. Isso também se aplica para compreensão das práticas discursivas em análise. Pois representam classes diferentes em concorrência pelo poder. Essas classes, no âmbito da AD, se materializam pelo discurso, e este, por sua vez, materializa a ideologia que lhe é constitutiva. É esse processo que nos permite inscrever os discursos em uma ou outra FD.

Essa disputa por poder se dá essencialmente no nível do discurso, pois um dos vieses do poder é a possibilidade de dizer. É o poder de dizer, a possibilidade de acessar determinados espaços discursivos dominantes. É estar legitimado a dizer: é concorrer por um espaço discurso de poder.

Foucault explica, em *A ordem do discurso*, que o dizer é submetido a procedimentos de controle, mostrando que discurso também é poder. O processo discursivo tem uma ordem, uma forma de produção, de funcionamento, um conjunto de procedimentos e regras para que seja possível enunciar um certo discurso. Então, para estar autorizado a dizer é preciso atender a essas regras de produção, determinadas pelas filiações discursivas, pelas FDs, pelas posições-sujeito. Ou como explica Foucault:

Creio que existe um terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos. Desta vez, não se trata de dominar os poderes que eles têm, nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; **ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo**. Mais precisamente: **nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala** (1996, p. 36-7, grifo nosso).

O dizer produzido em certo âmbito, a partir de certa posição conta com mais ou menos força e legitimidade que outros dizeres. E, assim, determinados efeitos de sentidos são hegemonzados e outros são silenciados, por exemplo. Esse é o poder em questão no nível discursivo e refere-se a regiões do discurso diferenciadas e

diferenciantes, conforme Foucault. Então, quando pensamos essas relações de poder no plano do discurso, significa que um determinado grupo, ao acessar com exclusividade o espaço social de maior poder na estrutura organizacional de uma sociedade, pode controlar certos dizeres. Significa ter força para cristalizar alguns efeitos de sentido, para excluir outros, para repetir aqueles que convêm, impondo certos movimentos ao processo discursivo. É essa disputa que interessa à AD: disputa pelo controle dos dizeres, pela regulação dos movimentos discursivos.

De todo modo, uma das marcas da democracia representativa é o pluralismo, a diferença. Para Touraine (1996), a representação é o meio de, respeitando-se o pluralismo social, obter uma unidade. Pois, a ordem social criada através dos representantes políticos - por meio de normas gerais e individuais-, consiste na passagem do pluralismo social para uma unidade, qual seja: a própria ordem social a que todos estão submetidos, representada pela lei. Ou, nas palavras do teórico: “o sistema político é um mecanismo de representação dos interesses e de passagem da pluralidade dos atores sociais à unidade da lei” (TOURAINÉ, 1998, p. 288).

Em razão disso, o autor entende que “o espírito democrático repousa ao mesmo tempo sobre a participação de todos na formação das leis e das regras da vida coletiva e sobre a proteção da vida privada. É uma mescla de civismo e individualismo” (TOURAINÉ, 1998, p. 280). Assim, as diferenças entre a esfera pública, onde se obtém a unidade a partir da diversidade, e a esfera privada, espaço próprio para viver todas as diferenças livremente, são importantes e necessárias para a instauração da ordem democrática.

A democracia, na prática moderna, é, principalmente, uma forma de transformar a diversidade em unidade e, com isso, criar uma ordem política, jurídica e social:

Acima de tudo, as democracias modernas estão relacionadas e condicionadas pela constatação de que a dissensão, a diversidade das “partes” (as partes que se transformaram em partidos) não são incompatíveis com a ordem social e o bem-estar do organismo político. **A gênese ideal de nossas democracias está no princípio de que a diferença, e não a uniformidade, é a levedura e o alimento dos Estados [...]** (SARTORI, 1994, p. 48, grifo nosso).

Enquanto método de organização do Estado, a democracia, hoje, possibilita o convívio em sociedade, assentando e regulamentando as regras do jogo, de acordo com Bobbio, e, assim, impondo a submissão de todos ao jogo democrático.

Ao mesmo tempo em que pressupõe a diversidade, sujeita a coletividade heterogênea a uma ordem homogênea, fazendo com que disso resulte uma unidade política e social, mas não uma homogeneidade.

Diante desse contexto essencial, observamos que o regime é construído com vistas a estabelecer a igualdade como um dos meios para a conversão do pluralismo social em unidade estatal e política. Podemos entender a democracia como um método para implementar uma ordem menos excludente, garantidora de condições mínimas para todos os sujeitos. É o que nos diz José Afonso da Silva, ao mostrar a série de circunstâncias envolvidas na consolidação de uma ordem democrática:

a democracia – governo do povo, pelo povo e para o povo – aponta para a realização dos direitos políticos, que apontam para a realização dos direitos econômicos e sociais, que garantem a realização dos direitos individuais, de que a liberdade é a expressão mais importante. Os direitos econômicos e sociais são de natureza igualitária, sem os quais os outros não se efetivam realmente. É nesse sentido que também se pode dizer que os direitos humanos fundamentais são valores da democracia. Vale dizer: ela deve existir para realizá-los, com o que estará concretizando a justiça social (1999, p. 136).

Sendo assim, a democracia pode ser entendida, enquanto método de criação da ordem social, como instrumento que convoca o sujeito a envolver-se com o coletivo, a participar da formulação da ordem, a fiscalizar e exigir o cumprimento dessa ordem. É um meio de integrar o grupo, um grupo que não passa por cima de suas diferenças para tornar-se grupo. É essa postura que a democracia requer dos sujeitos em razão de sua dinamicidade, e, por via de consequência, são essas movimentações sociais que permitem o convívio, e, nas palavras de Touraine, “nos convidam a vivermos juntos com nossas diferenças” (1998, p. 316).

Considerando a necessidade intrínseca de assumir a diversidade para, então, formar uma unidade, estamos construindo um entendimento de que se opõe à democracia a intolerância à diferença, ao diferente. A diversidade está na base desse regime. A partir das considerações iniciais feitas acerca de nosso *corpus*, nossa análise caminha para a compreensão de que a principal contradição de nossa vivência democrática é a intolerância ao outro.

### 1.3 Os fins de uma ordem democrática

Os fins essenciais de uma ordem democrática são a consolidação dos valores liberdade e igualdade. O que apresenta algumas implicações, entre as quais podemos pensar numa certa relação entre o sujeito e o Estado e na necessidade do que os autores em pauta chamam de democratização da sociedade, dos espaços sociais em geral.

A democracia pressupõe a diversidade, o individual, para construir, num esforço conjunto, a ordem social e política democrática. A realização dessa ordem leva o sujeito a integrar o grupo, a deixar de ser considerado isoladamente para ser considerado em grupo e no grupo. Contudo, não podemos supor que este é um processo pacífico e tranquilo, pois o convívio com a diferença inevitavelmente produz conflito. Nesse caminho, Chauí, em *Convite à Filosofia*, diz que

a democracia é única sociedade e o único regime político **que considera o conflito legítimo**. Não só trabalha politicamente os conflitos de necessidades e interesses, como procura instituí-los como direitos e, como tais, exige que sejam reconhecidos e respeitados (2001, p. 433, grifo nosso).

Ao considerar o conflito como parte do funcionamento democrático, voltamos a um ponto essencial: a democracia é uma forma de vivenciar o grupo; de viver junto com o outro, com a diferença. É um modo de viver em que as particularidades não são abolidas em prol do grupo, ao contrário, todas que de algum modo estão presentes na formação do grupo tem espaço no convívio coletivo. É esta forma de organização social que uma ordem democrática busca promover.

Retornamos, assim, à inexorável natureza dividida, híbrida, heterogênea e conflitiva da sociedade democrática. Nesse contexto, a ordenação do convívio social não desfaz a pluralidade, mas a pressupõe para que a ordem social possa ser construída coletivamente, e a diferença possa ser manifestada e vivida como parte da unidade conformada.

Com isso, entendemos que os meios democráticos promovem fins de democratização; cidadania ativa; construção de espaços institucionais com acesso plural; justiça social pela redução das desigualdades sociais ao ser promovido o valor igualdade. Em última análise, podemos reafirmar que esses propósitos democráticos

são desdobramentos dos valores essenciais ressaltados desde o início da discussão acerca da noção de democracia, quais sejam: liberdade e igualdade.

Como esses valores podem ser entendidos a partir de diversas perspectivas e assumir diferentes significados, esclarecemos em que direção são pensados neste trabalho.

Bobbio nos diz que liberdade é um estado e igualdade é uma relação: “O homem como pessoa - ou para ser considerado como pessoa - deve ser, enquanto indivíduo em sua singularidade, livre; enquanto ser social, deve estar com os demais indivíduos numa relação de igualdade” (1996, p. 7). Para pensar sobre igualdade, é necessário atentar para duas questões que revelam a relatividade desse tema amplo e complexo: “igualdade entre quem?; e, igualdade em quê?” (BOBBIO, 1996, p. 12).

Como neste trabalho pensamos a democracia em funcionamento a partir de práticas discursivas que põem em questão o papel e a função do outro no processo democrático, nosso panorama de pensamento é jurídico e discursivo. Então, pensamos em uma igualdade de ordem jurídica, que passa pela ideia de igualdade perante a lei e na lei, de igualdade de direitos e nos direitos<sup>10</sup>. Igualdade para este gesto de análise diz respeito ao gozo e fruição de direitos assegurados constitucionalmente e que viabilizam o próprio regime democrático:

A igualdade jurídica nos direitos (ou dos direitos) significa algo mais do que a simples igualdade perante a lei enquanto exclusão de qualquer discriminação não justificada: significa igual gozo, por parte dos cidadãos, de alguns direitos fundamentais constitucionalmente assegurados (BOBBIO, 1996, p. 29).

Não tratamos, portanto, de igualdade de fato, de igualdade de oportunidades ou do ideal de igualdade real. Tratamos de igualdade no gozo e fruição de direitos constitucionais indispensáveis à democracia. Para tanto, não partimos da lei, mas de discursos que põem em circulação uma certa ideia de igualdade, para observar como esse modo de fazer funcionar a igualdade se coaduna ou não com o regime democrático.

---

<sup>10</sup> Segundo Bobbio, “a igualdade perante a lei é apenas uma forma específica e historicamente determinada de igualdade de direito ou dos direitos (por exemplo, do direito de todos de terem acesso à jurisdição comum, ou aos principais cargos civis e militares, independentemente do nascimento); já a igualdade nos direitos compreende, além do direito de serem considerados iguais perante a lei, todos os direitos enumerados em uma Constituição” (1996, p. 29). José Afonso da Silva esclarece que igualdade perante a lei e na lei dizem respeito aos destinatários: legisladores e aplicadores/interpretes do direito. Significa que a igualdade deve ser levada em conta na elaboração da lei, na aplicação e interpretação da lei (1999, p. 218-220).

Quanto à liberdade, nossa compreensão também parte de uma perspectiva jurídica. Diz respeito à liberdade de agir, em relação à fruição e gozo de direitos constitucionais. Tratamos de liberdade como a possibilidade de agir sem ser impedido ou coagido no exercício de direitos. Em linguagem jurídica trata-se da chamada liberdade negativa<sup>11</sup>: exercer os direitos assegurados pela lei sem ser impedido pelo Estado ou por qualquer sujeito. As liberdades civis são um desdobramento da liberdade negativa, ou seja, são formas de liberdade – liberdade de pensamento, liberdade de expressão coletiva, liberdade da pessoa física, liberdade de ação profissional, liberdade de conteúdo econômico e social.

Promover tais fins ou valores é a chamada ação democrática, que envolve a “institucionalização de movimentos de libertação social, cultural ou nacional” (TOURAINÉ, 1996, p. 182). Essa liberdade da qual trata a democracia é individual e coletiva, pois “a democracia é a organização institucional das relações entre sujeitos” (TOURAINÉ, 1996, p. 261). O oposto a esse propósito democrático é o que Jacques Rancière refere como ódio à democracia, pois produz um movimento contrário: o de não aceitar a pluralidade como parte do grupo, a igualdade como parte do convívio com o outro (2014, p. 88).

Touraine faz um balanço acerca da trajetória da democracia: “No passado, a democracia lutou, em primeiro lugar, pela liberdade política e, em seguida, pela justiça social; qual será a luta que está travando atualmente? Este livro propõe uma resposta: a razão de ser da democracia é o reconhecimento do outro” (1996, p. 260). O reconhecimento do outro não fica no nível das diferenças. O outro é diferente e também semelhante, pois “se trata de fazer viver em conjunto indivíduos e grupos, simultaneamente, diferentes e semelhantes, que fazem parte do mesmo conjunto, ao mesmo tempo que são diferentes dos outros e, até mesmo, se opõem a eles (TOURAINÉ, 1996, p. 260-1).

Em razão dessa relação que a democracia propõe entre os sujeitos e entre sujeito e Estado, o autor considera que “a democracia é o espaço do diálogo e da comunicação” (TOURAINÉ, 1996, p. 261). O convívio com um outro que é, ao mesmo tempo, igual e diferente, conforme o título de uma das obras estudadas, propõe e impõe a interação, o diálogo como caminho para manter o convívio coletivo.

---

<sup>11</sup> Conforme José Afonso da Silva (1999, p. 234-239) e Bobbio (1996, p. 48-62).

Em nosso corpus, ao observar como liberdade e igualdade circulam socialmente, como são discursivizados por alguns brasileiros, observamos também como se dá essa interação com o outro, com as diferenças.

Por promover o reconhecimento do outro pelo convívio com as diferenças, por abrir-se para os conflitos advindos desse convívio, a democracia “não cessa de trabalhar suas divisões e diferenças internas, de orientar-se pela possibilidade objetiva (a liberdade) e de alterar-se pela própria *práxis*” (CHAUÍ, 2001, p.433).

A democracia torna necessárias as discussões periféricas, protagonizadas pelos cidadãos em agrupamentos sociais, que constituem pequenos centros de poder local, ou de contrapoderes sociais para Chauí (2001, p. 433). Nosso objeto de pesquisa insere-se nesse ambiente de discussões periféricas - referimos como periféricas por não se realizarem no âmbito do poder central do Estado, em ambientes institucionalizados. Essas discussões, hoje, realizam-se em grande parte nas redes sociais. No espaço virtual, as semelhanças e as diferenças são debatidas, as decisões políticas<sup>12</sup> são repercutidas e nesse ambiente se organizam as associações, os movimentos sociais e pequenas e eventuais movimentações coletivas.

A democracia, então, deve ser compreendida como um conjunto de fatores que induzem ao surgimento de um cenário político e social específico, em que são privilegiados os valores liberdade e igualdade, de forma a atingir-se uma ordem pautada pelo senso de justiça social, por isso o respeito à diferença e à garantia de direitos mínimos indispensáveis e inerentes à condição humana. É para a consolidação desse cenário que se volta a democracia.

Esse cenário pode ser entendido como um ambiente de democratização das questões sociais. O termo refere-se à ocupação de novos espaços sociais, com vistas a diminuir o que Chauí chamou de privatização e despolitização do espaço social (1990, p. 299). Esse movimento torna a sociedade democrática, e não só o Estado, ou seja, o convívio social torna-se democrático e não apenas as regras do jogo.

Neste sentido, Bobbio explica como entende a democratização e como esta pode ocorrer:

---

<sup>12</sup> No sentido de públicas, relativas a todos os sujeitos.

o processo de democratização, [...] consiste na extensão do poder ascendente, que até agora havia ocupado quase exclusivamente o campo da grande sociedade política (e das pequenas, minúsculas, em geral politicamente irrelevantes associações voluntárias), para o campo da sociedade civil nas suas várias articulações, da escola à fábrica: falo de escola e de fábrica para indicar emblematicamente os lugares em que se desenvolvem a maior parte da vida da maior parte dos membros de uma sociedade moderna, [...] (BOBBIO, 2002, p. 68).

Conforme o autor, democratização é um “processo de alargamento da democracia” (2001, p. 155), trata-se de organizar democraticamente todos os espaços sociais, desde as relações estabelecidas no ambiente escolar até as relações mais pessoais e privadas, por exemplo. Isso porque, “uma coisa é a democratização do Estado, outra coisa é a democratização da sociedade, donde ser perfeitamente possível existir um Estado democrático numa sociedade em que a maior parte das instituições [...] não são governadas democraticamente” (BOBBIO, 2002, p. 69).

Em relação a nossa análise sobre como a democracia é discursivizada, já podemos inferir que aquilo que nós brasileiros estamos vivendo em relação aos recentes processos políticos e jurídicos é a concretização de uma das propostas de convívio democrático: o debate. Faz parte do jogo o conflito, o encontro de posições diferentes, e é isso que faz a democracia acontecer: as divergências são postas em discussão para que disso, como num silogismo, seja alcançada uma conclusão através do todo das discussões. Podemos perceber que o que verificamos em nosso *corpus* faz parte do processo democrático, e mais: é necessário, lhe é intrínseco.

Portanto, nesse ponto, não podemos considerar que haja uma contradição em nossa democracia. Ainda que nossa análise parta de um recorte, é possível observar que vivemos uma ampliação das discussões em torno dos assuntos públicos e isso é democracia em ação. Contudo, o que será observado é a forma como a democracia se torna assunto, vira debate, como chega aos discursos, como é posta em funcionamento e quais efeitos de sentido são produzidos em relação à democracia e aos direitos fundamentais. E é nesse ponto que observamos um movimento de encolhimento da democracia, pois o debate se instaura como discurso de ódio à diferença, com movimentos de violências contra o outro.

Para finalizar nossas reflexões acerca da noção de democracia, reiteramos que o essencial em uma ordem democrática é alcançar certos fins, é consolidar certos valores, os quais se orientam para o viver coletivo, para o convívio com o

outro, com as diferenças a partir das semelhanças. Nesse mesmo caminho de compreensão, José Afonso da Silva explica que democracia é, além de um valor-fim,

meio e instrumento de **realização de valores essenciais de convivência humana**, que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem. [...] Sob este aspecto, a democracia não é um mero conceito político abstrato e estático, mas **um processo de afirmação do povo** e de garantia dos direitos fundamentais que o povo vai conquistando no correr da história (SILVA, 1999, p. 123-4, grifo nosso).

Pensando em valores fundamentais de convivência humana, Bobbio termina seu ensaio, *Qual democracia?*, ressaltando sua crença na própria democracia e nos fins que o regime propõe para a sociedade:

Falando-lhes da democracia não mais como uma técnica de governo, mas como ideal, faço-lhes também uma profissão de fé. Sou democrático porque creio, em primeiro lugar, que a igualdade entre os homens seja um ideal nobre, em segundo lugar creio que uma diminuição das desigualdades sociais (e, dentro de certos limites, também das naturais) seja, por obra do homem, possível (BOBBIO, 2014, p. 39).

Destacamos as palavras de fé e esperança do autor, porque pensamos na mesma direção. E é exatamente por isso que esta tese se realiza: a partir da crença que tais fins podem ser alcançados e que, para isso, faz parte do percurso (re)pensar as contradições que vivemos em nossa democracia, como por exemplo o discurso de ódio ao outro.

#### 1.4 A democracia no Brasil

O Brasil de hoje organiza-se política e juridicamente como Estado Democrático de Direito, conforme enunciado no primeiro artigo da atual Constituição da República<sup>13</sup>. Simplificadamente, isso significa que se pretende instaurar uma sociedade organizada segundo os princípios democráticos e submetida ao Direito, em que a ordem social é legal, a organização da sociedade e todos os aspectos relevantes ao convívio social são regulamentados pela lei, sobretudo, a lei constitucional. Assim, a lei constitucional surge como limitadora do poder do Estado frente ao cidadão, garantidora de liberdades que o Estado não pode desrespeitar.

---

<sup>13</sup> “Art. 1º **A República Federativa do Brasil**, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, **constitui-se em Estado Democrático de Direito** e tem como fundamentos: [...]” (BRASIL, CF88, grifo nosso).

Ou também podemos dizer que “o *Estado constitucional democrático* de direito procura estabelecer uma conexão interna entre democracia e Estado de direito” (CANOTILHO, s/d, p. 93).

Contudo, o Estado Democrático de Direito não é apenas limitador e garantidor, pois ao promover essa conexão entre democracia e Estado de Direito institui uma ordem jurídica e social voltada para certos fins, os fins democráticos. Por isso:

o Estado Democrático de Direito tem um conteúdo transformador da realidade, não se restringindo, como o Estado Social de Direito, a uma adaptação melhorada das condições sociais de existência. [...] passa a agir como fomentador da participação pública quando o democrático qualifica o Estado, o que irradia os valores da democracia sobre todos os seus elementos constitutivos e, pois, também sobre a ordem jurídica (STRECK, 2001, p. 93).

A ideia essencial no Estado Democrático de Direito é transformação social orientada pelos valores liberdade e igualdade. Por isso, esse mesmo autor (2001, p. 95) aponta os seguintes objetivos ou finalidades caracterizadoras: igualdade, transformação do *status quo*; lei como instrumento de transformação; solidariedade; comunidade; educação, reestruturação.

No Estado Democrático de Direito, a constituição é a norma principal, é a norma que estabelece as bases da ordem jurídica, social e política. José Afonso da Silva apresenta algumas acepções analógicas do termo constituição, cuja essência é “a ideia de *modo de ser de alguma coisa* e, por extensão, a de organização interna de seres e entidades. [...] A constituição do Estado, seria, então, a organização dos seus elementos essenciais” (SILVA, 1999, p. 39).

Uma constituição estabelece a organização do Estado e da sociedade, “pretende ‘dar forma’, ‘constituir’, ‘conformar’ um dado esquema de organização política” (CANOTILHO, s/d, p. 87). Molda a organização política, jurídica e social de um dado grupo, num dado período de tempo. Visa um equilíbrio que viabilize o convívio social, o que passa pela limitação de poderes, consolidação de direitos, com esferas mínimas de proteção e garantia, incluindo a garantia de um certo funcionamento político-social, ou seja, segurança mínima em relação a estabilidade das instituições sociais. Há, assim, três perspectivas de atuação dos efeitos desse documento político e jurídico:

[...] A constituição é algo que tem, como forma, um complexo de normas; como conteúdo, a conduta humana motivada pelas relações sociais (econômicas, políticas, religiosas etc.); como fim, a realização dos valores que apontam para o existir da comunidade; e, finalmente, como causa criadora e recriadora, o poder que emana do povo (SILVA, 1999, p. 41).

Como delimitadora de uma determinada forma de organização, a constituição tem por função marcar “o papel essencial do Direito e do Estado na vida das relações em uma comunidade” (MENDES, 2012, p. 63). Assim, as noções de democracia, direitos fundamentais, Constituição e Estado Democrático de Direito estão imbricadas, uma vez que é a Constituição que institucionaliza os direitos fundamentais e o Estado Democrático de Direito ao materializar um processo sócio-histórico de significação do sujeito, da sociedade e das relações sociais.

Como uma síntese dessa inter-relação, Ingo Sarlet explica que os direitos fundamentais “sob o aspecto de concretização do princípio da dignidade da pessoa humana, bem como dos valores da igualdade, liberdade e justiça, constituem condição de existência e medida da legitimidade de um autêntico Estado Democrático e Social de Direito” (2015, p. 61).

É a norma constitucional que estabelece as regras acerca da tomada de decisões e dos sujeitos que nelas podem influir: é à Constituição que incumbe estabelecer as regras do jogo democrático.

A Constituição de 1988 encerra oficialmente um regime político de exceção (a ditadura militar instaurada em 1964) e precede as primeiras eleições presidenciais democráticas, ocorridas em 1989. É o marco político e jurídico de nossa libertação de um passado autoritário, mas carrega ecos e ressonâncias desse passado.

O contexto social que a CF88 deixa no passado, fez com que a nova Carta Magna exaltasse as preocupações sociais com os direitos fundamentais e suas garantias. E, por isso, proibiu arbitrariedades por meio da limitação dos poderes do Presidente e resguardou certos assuntos, impedindo sua modificação (são as cláusulas pétreas, entre elas, os direitos e garantias individuais e os direitos políticos). Essa nova constituição consolida uma nova ordem jurídica e social, instaura a democracia no país: “a Constituição de 1988 expressa bem os anseios da sociedade no período em que foi promulgada. Após vinte anos de ditadura e violação aos direitos humanos, a Carta Política de 1988 consagrou em especial os direitos individuais” (VAINER, 2010, p. 188).

Nossa atual CF instaura um movimento de intensificação dos direitos fundamentais. Desde a Constituição até as legislações infraconstitucionais, há um movimento legal empenhado em garantir direitos fundamentais e permitir sua fruição, ainda que nem sempre se alcance a efetividade do sistema, é para esse horizonte que se orienta. Por isso, nosso sistema jurídico como um todo é informado por princípios como dignidade da pessoa, liberdade, igualdade, legalidade, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, função social, boa-fé, entre outros.

Quando a CF88 completou 20 anos, nossas instituições promoveram um balanço acerca das conquistas alcançadas sob a égide dessa ordem constitucional, e do que ainda deve ser realizado. Em seu jornal semanal<sup>14</sup>, o Senado publicou um encarte especial dedicado à comemoração dos 20 anos da CF88. A manchete do referido jornal é “1988: o reencontro do Brasil com a liberdade” (BRASIL, 2008, p. 1), destacando o passado que esta Constituição lembra e carrega consigo como forma de rechaçá-lo.

Esta Constituição, quase sempre, é pensada em relação ao passado ditatorial que vivemos e não queremos reviver, como uma forma de lembrar para não repetir. O balanço que o Jornal do Senado apresenta traz um pequeno quadro retomando as CFs anteriores: “Os 164 anos anteriores à atual Carta Magna”, (BRASIL, 2008, p. 2). Uma das chamadas apresentadas na capa do jornal diz “Novos direitos sociais mudaram a face do país” (BRASIL, 2008, p. 1); na página 5 temos o seguinte título: “Democratização levou a texto bastante descritivo”, e, na página 7, temos “Lei consagra os princípios da cidadania”. Esse balanço ressalta o caráter democrático dessa Constituição, em comparação com as anteriores, e a preocupação com as garantias dos cidadãos. Ou seja, ressalta que a tônica do nosso regime constitucional vigente é a democracia e a garantia de direitos.

Luís Roberto Barroso, no artigo *Vinte anos da Constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil*, também escrito para marcar os vinte anos da CF88 e apresentar um balanço desse período, ressalta as relações dessa Constituição com o regime militar que ela supera e extingue oficialmente:

A Constituição de 1988 é o símbolo maior de uma história de sucesso: a transição de um Estado autoritário, intolerante e muitas vezes violento, para um Estado democrático de direito. Sob sua vigência, realizaram-se cinco

---

<sup>14</sup> BRASIL. **Jornal do Senado**. Ano XIV, Nº 2.896/192, Brasília (DF), 6 a 12 de outubro de 2008. Especial Jornal do Senado – Constituição 20 anos.

eleições presidenciais, por voto direto, secreto e universal, com debate público amplo, participação popular e alternância de partidos políticos no poder. Mais que tudo, a Constituição assegurou ao País duas décadas de estabilidade institucional. E não foram tempos banais. Ao longo desse período, diversos episódios poderiam ter deflagrado crises que, em outros tempos, teriam levado à ruptura institucional. [...] Mesmo nessas conjunturas, jamais se cogitou de qualquer solução que não fosse o respeito à legalidade constitucional. Não há como deixar de celebrar o amadurecimento institucional brasileiro (BARROSO, 2008, p. 6).

O contexto de produção da CF mostra seu compromisso com uma sociedade livre e democrática como forma de repelir o autoritarismo precedente. A promulgação da Constituição, feita pelo deputado Ulysses Guimarães, foi realizada com o seguinte pronunciamento: “Declaro promulgada! O documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil! Que Deus nos ajude para que isso se cumpra!”<sup>15</sup>. Assim, nas considerações acerca da CF88 as palavras mais presentes são democracia e liberdade como marcas do regime constitucional vigente.

O preâmbulo da CF88 explicita esses anseios ao afirmar a finalidade do Estado Democrático por ela instituído:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte **para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça** como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (grifo nosso).

O preâmbulo evidencia a relação dessa Constituição com o passado político-jurídico brasileiro: um marco que interrompe um período de exceção política e instaura a nova ordem. Com isso, o leitor é alertado que o texto que encontrará adiante deve ser lido como o novo que se opõe ao velho, em todos os sentidos que pode produzir, rechaçando-o.

De todas as Constituições que já regeram a ordem jurídica pátria, a atual é a que apresenta um capítulo mais amplo e pormenorizado para garantir os direitos fundamentais e assegurar a sua fruição por todo cidadão. É, também, a primeira que trata os citados direitos como fundamentais e os trata nos seus primeiros artigos (art. 5º a art. 17). As demais Cartas Magnas abordavam o tema de forma sucinta, sob o

---

<sup>15</sup> Especial Jornal do Senado, 2008, p. 1.

título *Declaração de Direitos*, e não sob o título *Dos Direitos e Garantias Fundamentais*.

Em razão desse contexto de produção e da ampliação da garantia e proteção dos direitos fundamentais, a CF88 recebeu a alcunha de Constituição Cidadã<sup>16</sup>, em razão do processo de produção desse documento que “teve ampla participação popular em sua elaboração e especialmente porque se volta decididamente para a plena realização da cidadania” (SILVA, 1999, p. 92). Podemos considerar que nossa atual CF é marcada pelos ideais de democracia e de liberdade. Contudo, isso não garante a consolidação de uma democracia, é um bom começo: mas é só o começo.

Feitas essas considerações mínimas acerca da noção de democracia, ressaltamos que nossa proposta de reflexão é observar como todo esse aparato teórico é posto em movimento na prática democrática brasileira. Todas as técnicas e instituições, todos os desdobramentos de uma ordem democrática são postos em ação para construir uma sociedade igualitária, baseada na liberdade. Nesse funcionamento, liberdade e igualdade são valores que se implicam reciprocamente. Essa é a forma de pensar que nos interessa: entender a democracia a partir de seus fins. Nesta pesquisa, situada teoricamente na área dos estudos discursivos pecheuxtianos, buscamos compreender a nossa democracia a partir de práticas discursivas relacionadas a uma tomada de decisão realizada de acordo com técnicas e instituições democráticas.

Todo dizer pode ser lido (aqui referimo-nos à leitura tal como proposta pela Análise de Discurso) a partir de qualquer perspectiva, de qualquer ponto de observação. Nosso interesse é ler esses discursos em relação à ideia de democracia, de liberdade e de igualdade que tais práticas põem em funcionamento. Investigamos, então, quais efeitos de sentido esses discursos podem produzir quando pensados em relação a essas noções.

---

<sup>16</sup> Alcinha dada por Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

## 2 TEORIA E ANÁLISE ENTRELAÇADAS: APRESENTANDO O PERCURSO ANALÍTICO

*Plena pausa*

*Lugar onde se faz  
o que já foi feito,  
branco de página,  
soma de todos os textos,  
foi-se o tempo  
quando, escrevendo,  
era preciso  
uma folha isenta.*

*Nenhuma página  
jamais foi limpa.  
Mesmo a mais Saara,  
ártica, significa.  
Nunca houve isso,  
uma página em branco.  
No fundo, todas gritam,  
pálidas de tanto.*

*P. Leminski*

### 2.1 *Modus operandi*: sobre o processo teórico-metodológico

A Análise de Discurso constitui-se como uma teoria interpretativa com uma abordagem específica: busca descrever e compreender a linguagem em funcionamento considerando a relação língua-história-ideologia. Michel Pêcheux instituiu, assim, uma teoria que se propõe a pensar a determinação histórica dos processos de significação.

Diante desse panorama teórico, o analista assume a tarefa de compreender o funcionamento da linguagem em uso, atentando para as relações com a

exterioridade observáveis na materialidade linguística. Isso implica em considerar a natureza sócio-histórica de todo o dizer, pois “o discurso é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto” (ORLANDI, 2013, p. 16).

Para tanto, nós, analistas de discurso, empreendemos um trabalho teórico-metodológico em que “tomamos o texto como unidade linguística para a análise do funcionamento do discurso e reflexão sobre condições históricas de produção/leitura” (MITTMANN, 2007, p. 153). Nesse trabalho sobre o discurso, o qual é um tanto arqueológico conforme a autora, o analista busca, resgata, seleciona isolando, relacionando, agrupando e organizando recortes de textos.

Nosso *modus operandi* analítico começa com um olhar atento, pronto para observar como funcionam na língua as relações sócio-históricas que determinam os dizeres. Nesta pesquisa, então, buscamos descrever e compreender práticas discursivas que põem em movimento os valores liberdade e igualdade no *processo político, jurídico e social de rejeição e de destituição da Presidenta Dilma*. Para realizar esse propósito, tomamos a materialidade linguística, que uma vez de-superficializada, é entendida como objeto discursivo e, diante desse objeto, trabalhamos com a noção de funcionamento:

A noção fundamental é a de *funcionamento*. Quer dizer, do ponto de vista da análise do discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso (ORLANDI, 2011, p. 117).

Esse panorama impõe ao analista uma relação diferente com a língua: transcendemos a ideia de função e passamos a trabalhar com a ideia de funcionamento. A língua não é apenas considerada por um viés interno, em que se observam as relações entre os elementos linguísticos baseadas na ideia de função. Para compreender como o ideológico intervém no discurso, precisamos observar os elementos extralinguísticos atuantes no processo discursivo e determinantes para a produção de efeitos de sentido, o que nos leva a trabalhar com o funcionamento do discurso materializado na língua.

Para Pêcheux, é a ideologia que fornece as evidências do sentido (2009a, p. 146). Os processos de significação são produzidos em meio a *condições ideológicas de reprodução/transformação das condições de produção*: é aqui que a ideologia se

faz presente no discurso, produzindo efeitos de evidência e transparência da língua num dado momento histórico.

Em sua materialidade, a ideologia existe sob a forma de formações ideológicas (FI) que subjazem às formações discursivas (FD)<sup>17</sup>. Como o sentido se constitui em relação a certa FD, é pelo discurso (enquanto efeito de sentido entre locutores) que observamos o funcionamento da ideologia:

Compreende-se, então, por que em sua materialidade concreta, a instancia ideológica existe sob a forma de formações ideológicas (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter 'regional' e comportam posições de classe: os objetos ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a 'maneira de se servir deles' – seu sentido, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem (Pêcheux, 2009a, p. 132).

A ideologia constitui-se de práticas, não se configura como a mentalidade ou espírito de uma época: são forças materiais (Pêcheux, 2009a, p. 120 e p. 130). Há uma ideologia dominante que domina as práticas sociais e os movimentos de reprodução/transformação das condições de produção (Cf. Pêcheux, 2009a, p. 132). A ideologia dominante impõe certos movimentos<sup>18</sup> ao processo de reprodução/transformação das condições de produção para manter as relações de produção existentes, ou seja, para promover a continuidade das relações de força tal como estão organizadas na formação social.

Orlandi explica que “a ideologia não é ‘x’, mas o mecanismo de produzir ‘x’. No espaço que vai da constituição dos sentidos (o interdiscurso) à sua formulação (o intradiscurso) intervêm a ideologia e os efeitos imaginários” (1994, p. 56). Considerando ‘x’, enquanto objeto simbólico, como efeito de sentido, sua produção se dá por meio da interpretação; é no processo de interpretação que podemos observar a ideologia em funcionamento, pois “diante de qualquer objeto simbólico ‘x’ somos instados a interpretar o que ‘x’ quer dizer. Nesse movimento da interpretação, aparece-nos como conteúdo já-lá, como evidência, o sentido desse ‘x’” (ORLANDI, 1994, p. 56). É dessa forma que a ideologia é considerada constitutiva do discurso e, assim, seu funcionamento é observado.

---

<sup>17</sup> Doravante, a expressão formação discursiva será representada pela sigla FD ou FDs.

<sup>18</sup> Movimentos de repetição, apagamento, esquecimento, por exemplo, observáveis no discurso.

A luta ideológica eterna que se vive nas formações sociais baseadas na divisão de classes é a luta para reorganizar as posições de dominação e de subordinação, mas sempre mantendo esse funcionamento ideológico:

O aspecto da luta para a transformação das relações de produção se localiza na luta para impor, no interior do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, novas relações de desigualdade-subordinação, que acarretariam uma transformação do conjunto do 'complexo dos aparelhos ideológicos de Estado' em sua relação com o aparelho de Estado e uma transformação no próprio aparelho de Estado (Pêcheux, 2009a, p. 133).

Então, por que observar a ideologia funcionando nos discursos em análise nesta pesquisa? Porque é a ideologia que nos permite observar e compreender como se dão as relações de desigualdade-subordinação na sociedade brasileira e como essas relações interferem no processo democrático, no modo brasileiro de viver a/em democracia, no modo de significar os valores liberdade e igualdade.

A teoria do discurso que Pêcheux propõe abre espaço para pensar, a partir das práticas de linguagem, a imposição/dissimulação do processo ideológico, dos sentidos como já dados. É em razão desse panorama que Orlandi afirma que “o discurso é o lugar específico em que podemos observar a relação entre linguagem e ideologia” (1994, p. 53). Ou, como ensina Courtine (2009, p. 72), a língua é um dos espaços em que a ideologia se materializa.

Observar a ideologia materializada no discurso é observar as relações sociais reais, as quais emergem na estrutura da língua a partir de representações imaginárias. Ou seja, o social representado no discurso não se refere aos: “traços sociológicos empíricos – classe social, idade, sexo, profissão – mas às formações imaginárias que se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso: a imagem que se faz de um pai, de um operário, de um presidente, etc.” (ORLANDI, 1994, p. 56).

A ideologia funciona no discurso orientando as direções da produção dos efeitos de sentido: “a ideologia é interpretação de sentidos em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários” (ORLANDI, 1994, p. 57). É a ideologia que envolve o sujeito na ilusão de que os sentidos só poderiam ser como são, naturalizando certos efeitos com as evidências e transparências que fornece. Assim, observar a produção de sentido é

observar o processo ideológico em pleno funcionamento: orientando o processo de significação em direção aos interesses de uma classe e não de outra.

Para prosseguir nesse caminho, tendo em mente que o analista busca compreender como funciona o discurso e como ao funcionar de uma maneira e não de outra, produz sentidos, precisamos entender o que é interpretar e compreender para esta linha teórica.

Para a AD, a interpretação é intrínseca a todo objeto simbólico e não significa decodificação ou apreensão de sentidos, posto que os sentidos não estão prontos, ou seja, não são passíveis de serem apreendidos, capturados, são construídos. Nas palavras de Orlandi, o processo de interpretação se instaura desde o primeiro contato com o objeto simbólico:

Há uma injunção à interpretação. Diante de qualquer objeto simbólico 'x' somos instados a interpretar o que 'x' quer dizer? Nesse movimento da interpretação, aparece-nos como conteúdo já lá, como evidência, o sentido desse 'x'. Ao se dizer, se interpreta – e a interpretação tem sua espessura, sua materialidade – mas nega-se, no entanto, a interpretação e suas condições no momento mesmo em que ela se dá e se tem a impressão do sentido que se 'reconhece', já lá. A significância é no entanto um movimento contínuo, determinado pela materialidade da língua e da história (ORLANDI, 2007b, p. 30).

Os sentidos são construídos enquanto possibilidade de, enquanto gesto entre outros possíveis, e são sempre construídos em relação a algo. Podemos dizer que interpretar, para AD, é atribuir efeitos de sentido ao objeto simbólico num processo de construção-desconstrução-construção.

Contudo, a AD não se ocupa tão somente dos efeitos de sentido produzidos nesse processo (como produtos de um processo). Vai além ao mostrar os movimentos da interpretação, ao expor o seu funcionamento, sua espessura, sua materialidade, a naturalização do já lá, desfazendo o efeito de evidência dos sentidos. Ao trabalhar com a noção de funcionamento, a AD mostra *como e porque* os efeitos de sentido podem ser uns e não outros. Isso significa que em nosso trabalho analítico consideramos que a interpretação “é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas. É a ideologia que produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como naturais” (ORLANDI, 2007b, p. 31).

Sendo assim, através da interpretação o sujeito revela suas filiações, as relações que estabelece com certo processo discursivo, com a memória discursiva,

com o interdiscurso, sua identificação com certa FD: “daí resulta que a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições. [...] A interpretação não é livre de determinações” (ORLANDI, 2013, p. 47). Em razão disso, entendemos que a interpretação “é a marca da subjetivação” (ORLANDI, 2013, p. 47). Isso significa que todo dizer já é fruto de uma interpretação e, por isso, expõe as relações do discurso com a exterioridade<sup>19</sup>.

No processo de análise, interessa marcar que o trabalho do analista não é apenas o de interpretar, mas, sobretudo, compreender como, diante de determinado objeto simbólico, funcionam os diferentes gestos de interpretação. Ou seja, o trabalho do analista “implica em explicar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido” (ORLANDI, 2013, p. 27).

Com isso, temos que nosso objeto de análise, como todo e qualquer discurso, já é resultado de uma interpretação e o trabalho que aqui empreendemos é para compreender como essas interpretações funcionam e como produzem efeitos de sentido. Além de haver um processo de interpretação no próprio objeto, a análise também está envolta num outro processo de interpretação, uma vez que “não há descrição sem interpretação” (ORLANDI, 2013, p. 60). Por isso, não falamos em neutralidade, entendemos que o analista trabalha no limite da interpretação: “ele não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições” (ORLANDI, 2013, p. 61).

Como a AD trata da materialidade linguística em suas relações com o histórico e o ideológico, essas relações expõem o jogo de forças presente em sociedade, ou seja, o que entendemos como o político. É por situarem-se social e historicamente que os processos de significação têm caráter político: “o político é o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição” (ORLANDI, 2007b, p. 21-2). Assim, o

---

<sup>19</sup> Para Orlandi exterioridade é tudo que permeia o discurso, que está fora do texto, mas interfere nos efeitos de sentido produzidos. São as condições de produção, os já-ditos, o pré-construído, o interdiscurso, enfim, são elementos exteriores à textualidade, à materialidade do texto que interferem em seus sentidos (2013, p. 54). Nessa mesma direção, Indursky entende a exterioridade como constitutiva do discurso, explicando que compõem esta noção o contexto, a intertextualidade e o interdiscurso: “Em função dessas diferentes relações que o texto pode estabelecer com a exterioridade, ele vai além de seu suporte material. E a exterioridade (contexto, intertextualidade e interdiscurso) presente no texto, embora não seja transparente, é parte constitutiva do mesmo” (INDURSKY, 2001, p. 29).

discurso é uma das materialidades a partir da qual é possível observar as relações sociais de poder. É o espaço para “a textualização do político, entendido discursivamente: a simbolização das relações de poder presente no texto” (ORLANDI, 2013, p. 68).

Para realizar esse trabalho de compreender como a interpretação é organizada e regulada no discurso, bem como o modo como a ideologia funciona nesses discursos, é preciso transcender a superfície linguística do objeto simbólico para, então, acessar o processo discursivo e iniciar o movimento de descrição e compreensão do discurso.

Ao expor nosso *modus operandi*, precisamos ter em mente que, antes de acessar o processo discursivo e, a partir de então, começar a apresentar a análise, vários fatores estão implicados nesse processo: delimitação dos objetivos de análise e das questões que nortearão o olhar do analista frente ao *corpus*, bem como a escolha da temática envolvida. Neste ponto, a análise já está em andamento, porque decidir sobre todos esses aspectos já é começar a analisar: “a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas” (ORLANDI, 2013, p. 63).

Explicitamos, na introdução, nosso interesse inicial e primordial: pensar os valores liberdade e igualdade em sua circulação social. A partir desse interesse, configuramos o *corpus*, delineando seus limites, fazendo recortes e chegamos ao *processo político, jurídico e social de rejeição e de destituição da Presidenta*, fortemente marcado por um discurso de ódio, mote de todo o trabalho de pesquisa desenvolvido.

Empreendemos um longo trabalho de coleta de material sobre a eleição presidencial de 2014 para a formação de um arquivo. A partir das inúmeras idas e vindas ao nosso arquivo, sem olvidar o objetivo primordial de pesquisa, formulamos, aos poucos, as questões norteadoras desta pesquisa, apresentadas na introdução. Tais questões auxiliaram-nos nas sucessivas visitas ao arquivo, nos movimentos de seleção e de recorte que realizamos até constituirmos nosso *corpus*.

Para acessar o discurso, prosseguimos com a de-superficialização da materialidade linguística, tarefa que se centra nas questões: como?, quem?, em quais circunstâncias o discurso é produzido? (ORLANDI, 2013). Começamos, com isso, a transcender o objeto e acessar o processo discursivo, passando do *corpus*

empírico para o *corpus* discursivo. Este é entendido como “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das condições de produção do discurso” (COURTINE, 2009, p. 54). Esse procedimento consiste em uma forma específica de organização das sequências discursivas em um conjunto dotado de certa coerência discursiva, a qual é conferida pelos gestos do analista (seleção, recorte etc).

Essa passagem do empírico para o discursivo nos remete a outra diferença própria do âmbito teórico-metodológico da AD: trabalhamos com  *fatos* e não com  *dados*<sup>20</sup>. Este é mais um dos deslocamentos teóricos que a AD realiza para dar conta de seus propósitos em relação à análise dos processos sócio-históricos de significação.

Em AD, a partir da concepção de que nada nos processos de significação está pronto, ao contrário, tudo é efeito, é gesto, tudo é construído, trabalhamos com fatos. Isso significa que “consideramos o texto não apenas como um ‘dado’ linguístico (com suas marcas, organização etc.), mas como ‘fato’ discursivo, trazendo a memória para a consideração dos elementos submetidos à análise” (ORLANDI, 2013, p. 69-70). Isso porque a AD surge justamente para romper com a ilusão de transparência e com as evidências da linguagem e dos sentidos (o que a noção de  *dado* mantém e o trabalho com a noção de  *fatos* explicita).

Neste momento do processo teórico-metodológico, já temos um  *corpus* configurado a partir das seleções e recortes feitos em nosso arquivo. Ou seja, já temos enunciados destacados do arquivo que formam o  *corpus* empírico da pesquisa. Diante desse material, recolocamos ‘a lupa diante do olho curioso’ (Cf. MITTMANN, 2007, p. 153) e identificamos e selecionamos sequências discursivas que tematizassem a eleição presidencial de 2014, especialmente seu resultado. Observando atentamente essas práticas discursivas, destacamos aquelas que realizassem movimentos de rejeição à Dilma e, também, as que realizassem um movimento de resistência a essa rejeição.

Estamos, assim, trabalhando com  *processo de rejeição e de destituição da Presidenta* a partir de sequências discursivas que explicitam dois movimentos iniciais dentro desse processo: rejeição e resistência. Posteriormente, à medida que os

---

<sup>20</sup> A ideia de dados de pesquisa remete a algo que está pronto, acabado e é apenas destacado de um todo, recortado para ser analisado.

movimentos de rejeição se intensificam, entram em nosso horizonte analítico os movimentos de destituição, bem como o correspondente movimento de resistência.

Diante disso, configuramos os discursos em análise em duas formações discursivas (FDs). A primeira, designada como FD1, é representativa de um discurso de não aceitação da diferença, posicionando-se contra a reeleição de Dilma Rousseff e contra seus supostos eleitores. Esta é nomeada como FD anti-Dilma. A segunda, designada como FD2, nomeada como pró-Dilma, é representativa de um discurso favorável à reeleição de Rousseff e de não aceitação de práticas discursivas inscritas no âmbito da FD1.

Observamos que em ambas FDs há um movimento de resistência e também de rejeição. Explicamos. Quando a FD1, em seu discurso, rejeita a Presidenta reeleita, ao mesmo tempo, resiste ao seu governo. Do mesmo modo, quando a FD2 resiste aos saberes e ao movimento de rejeição que se materializa no discurso da FD1, também realiza um movimento de rejeição aos saberes dessa FD. Entendemos que os movimentos de rejeição e de resistência se implicam reciprocamente. Em meio a esses movimentos discursivos, embora reconheçamos que em cada FD diferentes posições-sujeito podem estar inscritas, para fins de análise, interessa-nos uma posição-sujeito em cada uma delas. Trabalhamos com uma posição-sujeito 1, no âmbito das práticas discursivas inscritas no domínio de saber da FD1 (PS1-FD1) e, também, como uma posição-sujeito 1, no âmbito das práticas discursivas da FD2 (PS1-FD2).

Optamos por trabalhar com uma posição-sujeito em cada FD porque estamos tomando os saberes dessas duas redes discursivas apenas em relação aos movimentos de rejeição e de destituição produzidos no âmbito da FD1 e em relação aos movimentos de resistência produzidos no âmbito da FD2. Não estamos considerando que os saberes de cada FD se limitam a apenas um movimento em relação aos acontecimentos políticos que tomamos como objeto de análise. Também não consideramos que foram as únicas formas de significar tais acontecimentos no âmbito de cada FD, mas este foi o nosso recorte, que entendemos representativo dos referidos discursos. A partir disso, nosso propósito é observar os movimentos de rejeição e de resistência no que tange à produção de sentidos em torno do resultado eleitoral, bem como a evolução desses acontecimentos, produzindo uma forma de

discursivizá-los a partir de movimentos de destituição. E, assim, nos defrontamos com o ódio materializado nesses dizeres.

A configuração dessas duas FDs parte da delimitação de um *campo discursivo de referência*, entendido como “*espaço discursivo a partir do qual o corpus discursivo propriamente dito será construído, através de sucessivas ‘coletas’ que definem, num verdadeiro gesto analítico, o que pertence a um determinado corpus discursivo e o que dele está excluído*” (INDURSKY, 1997, p. 46). Delimitar um campo discursivo de referência impõe “aos materiais uma série sucessiva de restrições que os homogeneízem” (COURTINE, 2009, p. 54). Essas restrições são estruturadas conforme o planejamento de toda a pesquisa<sup>21</sup>.

O campo discursivo de referência diz respeito a um tipo específico de discurso, em nosso estudo, trata-se do discurso político. Trata-se de discursos que materializam o processo político, jurídico e social de rejeição e de destituição da Presidenta Dilma reeleita em 2014, o qual enquadra-se cronologicamente, nesta pesquisa, no período que vai de outubro de 2014 a agosto de 2016. Constituem balizas dessa cronologia dois acontecimentos<sup>22</sup> históricos que clamavam por discurso, por sentidos que os discursivizassem (Cf. INDURSKY, 2003). Tais acontecimentos são: a reeleição de Dilma Rousseff, em 26 de outubro de 2014, e, em 31 de agosto de 2016, sua destituição. No próximo subtítulo deste capítulo, nos deteremos nas condições de produção de nosso *corpus* discursivo e abordaremos, com vagar, esses acontecimentos históricos e suas implicações discursivas.

Nesse ponto da apresentação de nosso processo teórico-metodológico, entendemos ser importante retomar a noção de Formação Discursiva. Para Pêcheux, FD é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma

---

<sup>21</sup> Restrições norteadas pelas questões e objetivos de pesquisa.

<sup>22</sup> Aqui estamos considerando as distinções entre acontecimento enunciativo, discursivo e histórico, importantes para os estudos em AD. Acontecimento histórico é um fato, um evento simbolizado através da língua. É “o acontecimento em si, tomado como fato histórico, é o que concebemos como acontecimento histórico, como algo pontual, capaz de gerar múltiplas discursividades” (CAZARIN; RASIA, 2014, p. 194). A partir de um acontecimento histórico pode surgir um acontecimento enunciativo ou discursivo, dependendo do modo como é significado. O acontecimento enunciativo “reorganiza/reestrutura a discursividade interna da FD”, faz surgir “um novo modo de enunciar os sentidos” (CAZARIN; RASIA, 2014, p. 208). Esse novo modo opera instaurando a divergência entre posições-sujeito do mesmo domínio de saber, mas não produz rupturas com sentidos já em circulação. Diferente é o acontecimento discursivo, cuja marca é a ruptura com processos de significação. Esse acontecimento “inaugura uma nova “estabilidade” discursiva” conforme explicam CAZARIN e RASIA (2014, p. 195), pois “determina o surgimento de uma nova FD e, por conseguinte, de uma nova forma-sujeito; nele “a ruptura é radical e definitiva” (CAZARIN; RASIA, 2014, p. 207). Por considerar essa diferença, utilizamos o termo acontecimento histórico para tratar a situação em análise.

posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (2009a, p. 147). É um constructo teórico, não é da ordem do empírico. É da ordem do imaginário: é, imaginariamente, o lugar de dizer em que o sujeito se inscreve no interior da FD. E este lugar de dizer está conformado em relação ao que é ou não aceito e conveniente no âmbito dos saberes da FD. Dentro desse espaço de possibilidades e impossibilidades (conveniências e inconveniências) de dizeres, o sujeito pode assumir certas posições, as quais variam conforme a relação que o sujeito enunciador estabelece com os saberes da FD e sua forma-sujeito.

No decorrer do desenvolvimento teórico da AD, passamos a entender que uma FD é heterogênea, com limites instáveis e voláteis, ou seja, é um espaço de saberes que não se fecha para as interferências e confluências com outros espaços de saberes. Conforme Orlandi, as FDs configuram-se e reconfiguram-se continuamente em suas relações e podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso (ORLANDI, 2013, p. 43).

Para a autora, a noção de FD “permite compreender o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso” (ORLANDI, 2013, p. 43). Pensar as FDs em que se inscrevem os dizeres permite observar a ideologia funcionando, pois as FDs representam as Formações Ideológicas (FI) que lhes são correspondentes: “diremos que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos do seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2009a, p. 147). Por isso, dizemos que os sentidos são determinados ideologicamente; por isso, Pêcheux afirma que é a ideologia que fornece as evidências do sentido, que nos dá a ilusão de transparência da linguagem, conforme já referimos.

Na teoria do discurso de filiação pecheuxtiana, posição-sujeito é um lugar de dizer em relação à FD, também é da ordem do imaginário. Quando pensamos o sujeito em relação ao discurso, estamos tratando de uma posição de dizer e não do sujeito empírico ou do sujeito da enunciação.

Conforme Indursky (1997, p. 40), é a FD que (im)põe os limites do dizível, sendo dotada de fronteiras desestabilizadas, movediças conforme o estado da luta de classes na formação social: “uma FD é uma unidade dividida e heterogênea. [...]”

O domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de exclusão do que nela não é formulável, em função da FI de que provém (1997, p. 35).

Esse espaço de dizer constituído pela FD é regulado pela Forma-sujeito (sujeito histórico, sujeito universal) que confere um efeito de homogeneidade à FD, ao seu discurso, estabelecendo os limites do dizer no âmbito de seus saberes. Assim, as posições-sujeito mais distantes da forma-sujeito aproximam-se das bordas da FD, a ponto de poderem se deslocar para outra FD: “os sentidos se movem ao serem produzidos a partir de outra posição-sujeito ou de outra matriz de sentido” (INDURSKY, 2011, p. 77).

A heterogeneidade da FD mostra-se, também, pela possibilidade de diferentes formas de relação com a forma-sujeito, permitindo a coexistência de diferentes posições-sujeito. Mas sempre determinadas pela forma-sujeito, pelos limites do que pode, deve, convém ou não ser dito naquela discursividade, naquele processo discursivo. Quando se afasta de maneira a não sofrer mais as determinações da forma-sujeito, o sujeito do discurso (entendido como posição de dizer, lembramos) desloca-se e passa a inscrever-se em outra rede de filiações e sofrer a determinação de outra forma-sujeito.

Essas diferentes formas de relação com a forma-sujeito são pensadas, em AD, em termos de identificação, contra-identificação e desidentificação. São modalidades de tomada de posição do sujeito do discurso em relação à FD em que se inscreve: identificação (bom sujeito), contra-identificação (mau sujeito) e desidentificação, conforme tratadas por Pêcheux (2009a, p. 199 e ss.; 2013, p. 8 e ss.).

Assim como a FD é heterogênea, marcada por diferenças internas, os lugares de dizer também o são. Conforme propõe Cazarin (2004, 2007), as posições-sujeito também são constitutivamente heterogêneas: “o espaço enunciativo de uma posição-sujeito é marcado pela historicidade que, por um lado, organiza e determina o dizer, mas que, por outro, divide o acesso a ele de forma desigual” (2007, p. 116).

Ao longo desse movimento teórico-metodológico, a partir do *corpus* empírico, nos foi possível configurar o *corpus* discursivo, objeto das análises apresentadas nos capítulos 3 e 4. Os próximos passos que apresentamos são realizados em consonância com o processo teórico-metodológico aqui explicitado.

## **2.2 Condições de produção: contextualizando o objeto de análise**

### **2.2.1 Apontamentos teóricos necessários**

Em AD, concebemos que os sentidos são determinados historicamente, ou seja, estão marcados pela posição discursiva do sujeito, pela historicidade das palavras, pelas condições de produção, pela memória discursiva, enfim, pelo modo como o extralinguístico intervém no linguístico no processo de produção de sentido.

A historicidade é um desdobramento da relação do seu objeto, o discurso, com a exterioridade: para significar, as palavras já significaram. É deste ponto que, em AD, pensamos a multiplicidade de vozes presentes em todo dizer. Isto nos leva a conceber a heterogeneidade como constitutiva do discurso e a entendermos que “a AD trabalha no entremeio, fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva” (ORLANDI, 2007b, p. 25).

Considerar a historicidade do discurso em análise é o caminho inicial para compreendermos as relações externas que intervém na produção de sentido. Para que o analista observe os movimentos de regularização, contradição, paráfrase, repetição, deslocamento etc. materializados no discurso, é preciso desvendar as relações que este estabelece com a exterioridade e, para isso, tratar de sua historicidade: “para compreendermos o funcionamento do discurso, isto é, para explicarmos as suas regularidades, é preciso fazer intervir a relação com a exterioridade, ou seja, compreendermos a sua historicidade, pois o repetível a nível do discurso é histórico e não formal” (ORLANDI, 2007b, p. 29).

Quando pensamos em historicidade, não tratamos de história cronológica, de cronologia de acontecimentos ou de discursos. Tratamos, sim, de determinação sócio-histórica, por isso “o que interessa não são as datas, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam” (ORLANDI, 2007b, p. 33).

A historicidade, enquanto marca da história na língua, explicita que as palavras carregam uma carga de sentidos produzidos ao longo da história: “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós”

(ORLANDI, 2013, p. 20). Então, pensar a historicidade em AD é pensar em como os sentidos são construídos: “o que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele” (ORLANDI, 2013, p. 68).

Da noção de historicidade decorre que os sentidos não estão presos às palavras: não trabalhamos com a ideia de literalidade. Os sentidos são produzidos a partir da relação que as palavras mantêm com as formações discursivas e a historicidade destas:

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a materialidade significante), [...] as palavras, expressões e proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aquele que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 2009a, p. 146-7).

Entendemos, assim, que os sentidos são produzidos na FD e em relação à exterioridade: são uma trama construída em relação aos saberes da FD e à posição-sujeito em que se inscreve o sujeito enunciador. É uma trama produzida em relação às filiações que a sustentam e, dessas filiações, decorre uma forma específica de relação com o interdiscurso. É por isso que

se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente evidentes – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 2009a, p. 147-8).

Esta é uma das razões de ser do trabalho do analista: a não transparência da língua; a consideração de que os sentidos não estão dados, mas são produzidos segundo as relações que o discurso estabelece com o extralinguístico.

O analista de discurso se propõe a descrever e compreender o funcionamento de certo discurso considerando a FD que o afeta, a forma como se relaciona com a exterioridade *em uma dada conjuntura*. Aqui intervém a noção de condições de produção (CP) em AD. É disso que passamos a tratar.

Conforme Courtine, a noção de Condições de Produção origina-se na Análise de Conteúdo e refere-se à situação, podendo ser pensada como o que “a Linguística conhece como *sujeito da enunciação e situação da enunciação*” (2009, p. 47). Nessa

perspectiva, pensar em condições de produção de um dado discurso, significaria pensar sobre os sujeitos implicados no discurso e na situação em que o discurso é produzido.

Em AD, conforme Orlandi, as CP “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso” (2013, p. 30). A autora distingue as condições de produção em sentido estrito, que são “as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato”, das condições de produção em sentido amplo, que “incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2013, p. 30).

Por meio da noção de CP, a AD trabalha a situação de enunciação e o sujeito, mas não é apenas isso:

Esta noção está estreitamente vinculada, na teoria do discurso, ao descentramento do sujeito. [...] Para ele [Pêcheux], as CP remetem a ‘lugares determinados na estrutura de uma formação social’. As relações de força entre esses lugares sociais encontram-se representadas no discurso por uma série de ‘formações imaginárias que designam o lugar que o destinador e o destinatário atribuem a si e ao outro’ construindo desse modo o imaginário social. Assim sendo, as CP do discurso mostram a conjuntura em que um discurso é produzido, bem como suas contradições. **Nessas condições, o sujeito produz seu discurso não como fonte de conhecimento, mas como efeito dessa rede de relações imaginárias, constituindo-se tal discurso na representação desse imaginário social** (INDURSKY, 1997, p. 28, grifo nosso).

As CP têm papel importante no processo de compreensão desse imaginário social e das relações de poder envolvidas em todo discurso. Revelam as contradições ou regularidades dos discursos, pois expõem a rede de relações que o dizer estabelece com a exterioridade.

Assim, é diante desse cenário teórico e metodológico, considerando os propósitos da Análise de Discurso, seu quadro epistêmico, o compromisso de observar a relação língua-história-ideologia no discurso, que entendemos que a categoria das condições de produção assume importância ímpar na/para AD. O pesquisador Helson da Silva Sobrinho entende as CP nessa mesma linha, pois os propósitos que movem a teoria materialista do discurso requerem

**levamos a sério a categoria de condições de produção no seu sentido amplo, ou seja, a concretude das relações sócio-históricas de produção, pois fazer isso possibilita escapar das reflexões cujo pensamento se concentra restritamente na teoria pela teoria.** [...] Se o discurso é realmente produção em movimento de sentidos – ou, como se convencionou definir, ‘efeito de sentidos entre interlocutores’ -, seus efeitos fazem parte do movimento contraditório das relações sociais de produção,

incluindo aí os interesses e lutas de classes, ou seja, o discurso é parte constitutiva da concretude histórica das práticas dos sujeitos em sociedade (SILVA SOBRINHO, 2011, p. 120, grifo nosso).

Em nossa pesquisa, a importância das CP evidencia-se no trabalho de delimitação do *corpus*, que constituiu um movimento de ir e vir entre os propósitos traçados para a pesquisa, os acontecimentos vivenciados em nossa política, o arquivo construído (e ampliado ao longo da pesquisa) e os gestos de seleção e recortes realizados no arquivo. Acompanhamos tais acontecimentos enquanto formávamos o nosso arquivo. Foi nesse percurso que, ao fim, configuramos nosso *corpus* discursivo de forma mais ampla, alargando nosso olhar sobre essas práticas discursivas e ampliando nossos objetivos de análise, a fim de dar conta de compreender o processo de rejeição e de destituição de Dilma. Foi também através desse olhar sobre as CP que pudemos designá-lo como *processo político, jurídico e social de rejeição e de destituição da Presidenta eleita*.

Diante disso, as CP assumem papel essencial em razão das condições em que foi engendrado e consolidado o desfecho da situação política de Dilma: o que começou com um movimento de rejeição, foi se intensificando até culminar com o seu impedimento político ao exercício da Presidência. Essa conjuntura social e política permitiu-nos delimitar nosso objeto de análise e tratá-lo como um processo, considerá-lo de forma mais ampla.

Considerando o movimento teórico-metodológico realizado e explicitado nas páginas precedentes, entendemos que quando o analista delimita as CP do discurso que investigará, promove um primeiro recorte em direção à construção de seu *corpus* discursivo. Essa escolha é feita de acordo com os objetivos da pesquisa e funciona como uma etapa de seleção do que faz parte de seu *corpus* e do que não faz parte:

**A definição das CP do discurso garante a legitimidade dessas homogeneizações sucessivas que conduzem a uma restrição do campo discursivo. A definição das CP do discurso age, portanto, no que se refere às sequências discursivas que compõem o *corpus* discursivo à maneira de um funil, ou melhor, de um *filtro* que opera por extrações sucessivas: extração de um campo discursivo determinado de um 'universal de discurso', extração ou isolamento de sequências discursivas determinadas, uma vez delimitado o campo discursivo de referência (COURTINE, 2009, p. 54-5, grifo nosso).**

Sendo assim, amparando-nos em Courtine, reiteramos que delimitar as CP já faz parte do processo de análise de discurso. O olhar sobre a conjuntura em que se produz o discurso já apresenta recortes, escolhas pautadas pelos objetivos do

analista, pela seleção do tema de sua pesquisa, pelas hipóteses formuladas, pelas questões norteadoras, enfim, a forma como explicitamos a conjuntura já faz parte da análise.

Passamos, agora, à apresentação das condições de produção dos discursos que estamos analisando.

## **2.2.2 Eleição presidencial de 2014: descrição das condições de produção dos discursos em análise**

Em razão de nosso recorte discursivo e do objeto desta análise, abordar as CP de nosso *corpus* inclui resgatar o que precedeu a produção discursiva que estamos analisando - o pleito eleitoral que resultou na reeleição de Dilma Rousseff. Esse passo inicial mostra-se importante diante da noção de processo discursivo.

Em AD entendemos que o processo discursivo não tem início, meio ou fim, está sempre em andamento. Pêcheux concebe o processo discursivo como sendo “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (2009a, p. 148). Isso porque todo discurso remete “às relações de sentido nas quais é produzido: assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele ‘orquestra’ os termos principais ou anula os argumentos.

Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: “o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as deformações que a situação presente induz e da qual pode tirar partido” (PÊCHEUX, 2010, p. 76). Falamos em processo discursivo porque os dizeres sempre mantêm alguma relação com dizeres prévios, relações que podem ser pautadas por efeitos de antagonismo, repetição, apagamento, etc. Diante desse panorama, o analista, conforme suas questões norteadoras, seus objetivos de pesquisa, suas hipóteses, configura seu *corpus* discursivo num gesto de recorte. Desse gesto, resulta um efeito de início na configuração do *corpus* em relação ao

processo discursivo. Por isso, em AD falamos em efeito de início e efeito de fechamento.

Em nossa pesquisa, estabelecemos como efeito de início do processo de rejeição e de destituição de Dilma o acontecimento histórico de votação de segundo turno desta eleição, ocorrido no dia 26 de outubro de 2014. Estamos tomando como desfecho desse processo (ou como seu efeito final), num gesto de recorte discursivo, o afastamento definitivo da Presidenta, ocorrido no dia 31 de agosto de 2016.

Parte de nosso *corpus* é formado por enunciados que repercutem a vitória de Dilma em uma eleição histórica, cuja disputa foi acirrada, agressiva e polarizada, resultando em uma vitória numericamente apertada<sup>23</sup>. Pensar as CP dessas práticas discursivas foi o primeiro passo na configuração das FDs envolvidas no processo em pauta.

O primeiro turno das eleições aconteceu em 05 de outubro de 2014, ao todo foram onze candidatos<sup>24</sup> à Presidência da República. Os candidatos mais votados foram Dilma Rousseff, Aécio Neves e Marina Silva, respectivamente. O resultado numérico dos votos válidos foi de 41,59% para Dilma, 33,55% para Aécio e 21,32% para Marina, os demais candidatos obtiveram em torno de 1% do total dos votos válidos cada um<sup>25</sup>. Não nos deteremos nos acontecimentos relativos ao primeiro turno da eleição, posto que nosso *corpus* refere-se ao processo político, jurídico e social que configuramos, o qual inicia-se, neste recorte, com a repercussão do resultado eleitoral.

No dia 26 de outubro, foi realizado o segundo turno da eleição presidencial no Brasil. Concorriam à presidência do país Dilma Rousseff e Aécio Neves, em um pleito em que as pesquisas eleitorais apontavam pouca diferença percentual nas intenções

---

<sup>23</sup> Resultado final da eleição: Dilma Rousseff com 51,64% dos votos válidos (o que significou 54.501.118 de votos), contra 48,36% dos votos válidos para Aécio Neves (totalizando 51.041.155 de votos). Conforme resultado oficial divulgado pelo TSE.

Conferir em <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>>.

<sup>24</sup> Candidataram-se à Presidência da República: Aécio Neves (PSDB), Dilma Rousseff (PT), Eduardo Campos (Marina Silva) (PSB), Eduardo Jorge (PV), José Maria de Almeida (PSTU), José Maria Eymael (PSDC), Levy Fidelix (PRTB), Luciana Genro (PSOL), Mauro Iasi (PCB), Pastor Everaldo (PSC), Rui Costa Pimenta (PCO). O TSE considera que ao todo foram doze candidatos, pois contabiliza Eduardo Campos como um candidato e Marina Silva, sua sucessora, como outra candidata. Fonte: TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Novembro/candidatos-a-presidente-da-republica-nas-eleicoes-2014-prestam-contas-ao-tse>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

<sup>25</sup> Conferir em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o\\_presidencial\\_no\\_Brasil\\_em\\_2014](https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2014)>.

de voto<sup>26</sup>, de forma que o resultado não era previsível: qualquer dos lados poderia sair vitorioso. Havia, então, muita expectativa de êxito para os defensores tanto de Dilma, quanto de Aécio.

Precedeu esse desfecho, um período de campanha eleitoral agressiva, em que muitos brasileiros se envolveram no debate com ímpetos hostis, trocando xingamentos, especialmente no ambiente virtual. Não bastasse isso, o tom agressivo também prevaleceu entre os próprios candidatos.

A eleição estendeu-se ao espaço virtual, onde a campanha eleitoral se realizou, viralizou e foi um dos assuntos mais abordados nas redes sociais na época. Como nosso arquivo é formado integralmente por materiais coletados no ambiente virtual, é necessário explicitarmos o papel da internet nessa conjuntura.

Observamos o interesse e o envolvimento dos brasileiros nos temas relativos à eleição numa intensidade sem precedentes em nossa história política: “foi uma campanha que gerou um maior envolvimento do eleitor/cidadão que se informou mais, participou mais, mesmo que muitos destes discursos e desta participação tenham sido convertidas em um posicionamento hostil e agressivo” (OLIVEIRA et. al., 2015, p. 40). Os debates em diferentes emissoras de televisão eram massivamente acompanhados e a parcela do eleitorado que estava atenta ao pleito recorria às redes sociais para repercutir o evento e posicionar-se instantaneamente. Esta eleição, portanto, foi marcada pelas redes sociais<sup>27</sup>, pelas informações e repercussões instantâneas.

---

<sup>26</sup> Logo após o primeiro turno das eleições, as pesquisas de intenção de voto apontavam empate técnico entre os candidatos do segundo turno e assim permaneceu a estimativa das pesquisas ao longo de todo o período eleitoral do segundo turno:

- 51% para Aécio e 49% para Dilma. Pesquisa Datafolha de 9 outubro 2014. Registro TSE Nº BR-01068/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/aecio-tem-46-e-dilma-44-diz-1-pesquisa-datafolha-do-2-turno.html>>. Acesso em: 31 out. 2014.

- 49% para Aécio e 51% para Dilma. Pesquisa Vox Populi de 13 outubro 2014. Registro TSE Nº BR-01079/2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/eleicoes-2014/vox-populi-mostra-empate-entre-dilma-rousseff-e-aecio-neves-14102014>>. Acesso em: 31 out. 2014.

- 56,4% para Aécio e 43,6% para Dilma. Pesquisa Sensus de 17 outubro 2014. Registro TSE Nº BR-01094/2014. Disponível em: <[http://istoe.com.br/388139\\_AECIO+ESTA+13+PONTOS+A+FRENTE+DE+DILMA/?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage](http://istoe.com.br/388139_AECIO+ESTA+13+PONTOS+A+FRENTE+DE+DILMA/?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage)>. Acesso em 31 out. 2014.

- 49,5% para Aécio e 50,5% para Dilma. Pesquisa MDA de 20 outubro 2014. Registro TSE Nº BR-01139/2014. Disponível em: <<http://www.eleicoes2014.com.br/pesquisa-eleitoral-para-presidente/>>. Acesso 31 out. 2014.

- 48% para Aécio e 52% para Dilma. Pesquisa Datafolha de 25 outubro 2014. Registro TSE Nº BR-01210/2014. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2014/pesquisas-eleitorais/brasil/2-turno/>>. Acesso em: 31 out. 2014.

<sup>27</sup> “Já no primeiro turno, nunca antes uma eleição havia sido tão comentada na rede social. O recorde anterior era da Índia, onde houve 227 milhões de posts, comentários e curtidas em 69 dias de disputa,

O poder da internet de potencializar os acontecimentos, seja em razão da instantaneidade, seja em razão da amplitude de alcance, foi a marca essencial dessa eleição. De cada debate resultavam piadas e *memes*<sup>28</sup> sobre todos os candidatos, não apenas os candidatos com mais intenções de voto. Desde o início, os brasileiros recorriam ao humor, ao chiste, à ironia para posicionar-se em relação ao pleito eleitoral e aos candidatos, repercutindo cada evento eleitoral, e o ambiente principal para essas manifestações foi o espaço virtual<sup>29</sup>. Conforme explicitaremos em nossas análises, não raro esses posicionamentos utilizavam-se do humor como suporte para manter e/ou intensificar o tom agressivo que marcou toda a disputa, bem como para reproduzir e naturalizar preconceitos e ódios.

O papel da internet nesta eleição, e, em consequência, das mídias sociais, foi muito discutido no âmbito acadêmico<sup>30</sup> em razão de ter se tornado ferramenta e plataforma de campanha para os candidatos e ferramenta de participação e debate para os eleitores:

---

uma média de 3,28 milhões por dia destes tipos de interações. No Brasil, as eleições foram quase três vezes mais movimentadas, com 674,4 milhões de interações no Facebook em três meses e meio de campanha, uma média de 5,96 milhões por dia. Isso ganha ainda mais peso diante do fato de que há mais indianos do que brasileiros no Facebook. A rede social tem 100 milhões de usuários na Índia e 89 milhões no Brasil. Os brasileiros também nunca haviam falado tanto de política no Twitter. Foram 39,85 milhões de mensagens publicadas durante a campanha. Com frequência, a eleição brasileira estava entre os assuntos mais populares desta rede no mundo, com hashtags como #Aecio45PeloBrasil e #DilmaMudaMais no topo da lista de temas mais comentados” (In BBC Brasil, por Rafael Barifouse, em 29/10/2014). Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/10/141028\\_eleicoes2014\\_internet\\_rb](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/10/141028_eleicoes2014_internet_rb)>. Acesso em 29 out. 2014.

<sup>28</sup> No contexto desta pesquisa, tendo por foco as eleições presidenciais de 2014 e levando em conta nossos objetivos de análise, estamos considerando o termo *meme* no mesmo sentido que trata Fernandes et. al. (2016, p. 203): “denominação dada a um **conceito ou imagem que se espalha rapidamente no mundo virtual**. Os *memes* são produções independentes que **reproduzem fatos e situações inusitadas, em variadas versões**. Como **um produto cultural**, Chagas et al. (2015: 6) apontam que a produção de *memes* “não pode ser desvinculada das experiências sociais de seu criador. Ele depende de um repertório cultural extraído das relações sociais, memórias, referências históricas, geográficas, econômicas, e aspectos conjunturais específicos”. [...]Chagas et al. (2015) reconhecem a importância das peças, sobretudo em cenários eleitorais, já que funcionam como termômetros, dinamizando a opinião pública a respeito de um dado candidato, partido ou uma proposta específica. Reconhecidos como **instrumentos de linguagem popular**, acredita-se que os *memes* auxiliam na propagação da política espetáculo, já que os apelos visuais e textuais banalizam e/ou ridicularizam personagens e acontecimentos públicos, reforçando, por vezes, a agenda da mídia tradicional” (grifo nosso).

<sup>29</sup> Reiteramos, o impacto da internet deve-se ao alcance massivo e crescente dessa tecnologia de comunicação no país. Em 2014, 53% da população brasileira tinha acesso à internet. Conforme dados disponíveis em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2016/09/pesquisa-revela-que-mais-de-100-milhoes-de-brasileiros-acessam-a-internet>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

<sup>30</sup> A esse respeito podemos citar os seguintes trabalhos, consultados ao longo da pesquisa: DUGNANI, 2016; FERNANDES et. al., 2016; OLIVEIRA & COIMBRA 2016; OLIVEIRA et al., 2015; RABASSA & RECUERO, 2015; ROSSINI et al., 2016.

Quanto à propaganda na internet (redes sociais, *fanpages*, *facebook* e *twitter*, entre outros), teve uma influência considerável, principalmente em duas frentes. Primeiramente, serviu como forma de mobilizar os eleitores e criar grupos de pertencimento de determinados candidatos, com alto grau de adesão e de participação. Foi um espaço para além do debate político. Tornou-se um movimento acionado também por laços de sociabilidade entre os pares que apoiavam o mesmo candidato e ao mesmo tempo de conflito contra os que estavam na outra frente. Em segundo lugar, por não ser um espaço ainda bem regulamentado e pela facilidade de postar, compartilhar e curtir mensagens, a internet contribuiu para intensificar a campanha negativa, serviu como estratégia de desconstrução dos adversários (OLIVEIRA et. al., 2015, p. 39).

O espaço virtual é um universo com funcionamento e público específicos e isso mudou a forma de fazer campanha política no Brasil. Observamos, nesse contexto, uma “crescente profissionalização das campanhas. Esta nova ambiência eleitoral implica uma política mais personalista, espetacular, que aciona estratégias de marketing. A comunicação tornou-se um importante meio para que os atores políticos ganhem visibilidade” (OLIVEIRA et. al., 2015, p. 35). Por isso, temos perfis ou *fanpages* oficiais dos candidatos, através dos quais os eleitores têm a sensação de estabelecer uma comunicação direta com o seu candidato, quando na verdade é mais uma plataforma de campanha gerida por uma equipe profissional de assessores. Essa é apenas uma dentre as tantas ilusões que formam o vínculo entre candidato e eleitor.

Quanto à postura dos candidatos no espaço virtual, sobretudo, nas mídias sociais, foi mais um ambiente em que a agressividade de todo o pleito se manifestou e se replicou. Os candidatos, com postagens ou *memes*, atacavam seus oponentes e, ao mesmo tempo, incitavam os eleitores ao ataque direto e à reprodução desses discursos. Assim, as redes sociais foram palco para os candidatos

atacarem seus oponentes com discursos recheados de agressividade, o que era sentido pelo público e, principalmente entre os militantes de suas causas, sendo tais comportamentos chamados até de “marketing político viral”, o que podia ser visualizado nas noites em que ocorriam os debates eleitorais, quando as discussões ultrapassavam a tela da televisão e iam parar nas mídias sociais, com enfrentamentos entre simpatizantes de Dilma Rousseff e Aécio Neves. **Com uma sequência de debates, foi possível observar que nos dias em que esses eventos ocorriam, eram publicados nas *fanpages* oficiais de Aécio Neves e Dilma Rousseff, sequências de postagens, onde o eleitorado era inflamado por frases como: “Onde estão os 800 aeroportos regionais que a senhora prometeu construir?”, fazendo uma clara alusão às propostas de Dilma Rousseff durante sua primeira candidatura a Presidente do Brasil (RABASSA & RECUERO, 2015, p. 8, grifo nosso).**

Quanto à candidata Dilma, destacamos, como um exemplo desse uso das plataformas virtuais em sua campanha, uma postagem publicada em 17 de outubro em sua *fanpage* oficial, na qual o seu oponente é chamado de “Abominável Tucano Neves”. No *meme*, com uma imagem do mascote do partido de Aécio, temos o seguinte texto: “Responda, Abominável Tucano Neves: Quanto dinheiro dos mineiros você embolsou com verbas de publicidade?”.

Foi neste nível de discussão e de agressividade que se desenrolou a campanha eleitoral nas eleições presidenciais de 2014. Foi esse o tom de violência que presidiu as interações e interlocuções que moveram o processo que aqui analisamos (desde o pleito até afastamento de Dilma). Trataremos detalhadamente dessa forma de violência quando da análise de nosso *corpus*.

De outro lado, a rapidez característica dos tempos líquidos<sup>31</sup> que vivemos também se manifestou na apuração do resultado das eleições. A instituição responsável por toda organização do processo eleitoral é a Justiça Eleitoral, cujo órgão máximo é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o qual também é responsável pela apuração e divulgação do resultado oficial. Segundo relatório organizado e divulgado pelo TSE, como um balanço de todo o processo eleitoral,

A eleição de 2014, mesmo apresentando o maior eleitorado já registrado, foi a que teve a totalização mais rápida da história. Às 19h56m28s do dia 5.10.2014, primeiro turno da eleição, o TSE tinha 91% dos votos válidos apurados, e estavam definidos, matematicamente, os candidatos que concorreriam no segundo turno das eleições presidenciais. Às 20h27m53s do dia 26.10.2014, com 98% das urnas apuradas, a eleição estava definida (BRASIL, 2016, p. 27).

Na noite do dia 26, assim que foi divulgada na mídia a vitória da candidata Dilma, grande parte dos brasileiros, novamente, recorreu às redes sociais para manifestar-se. Dos diferentes posicionamentos publicados, interessam-nos as manifestações que responsabilizaram uma parcela da população brasileira pela reeleição de Rousseff e as manifestações que se opõem a esse discurso. Essa responsabilização se deu como hostilização e agressão aos supostos eleitores de Dilma, e, também, à própria Presidenta. Foi, portanto, sob o signo da violência que começou o processo de rejeição e de destituição de Dilma.

---

<sup>31</sup> Cf. Baumann, 2007.

Logo após a repercussão da reeleição de Dilma, ocorreram manifestações contrárias ao governo, mobilizadas por simpatizantes dos partidos opositores<sup>32</sup>. Em março de 2015, começaram esses protestos em diferentes cidades do país. Em nosso ponto de vista, foram movimentos de elite, realizados em bairros de classe média alta, ficando conhecidos como panelaços<sup>33</sup>. É neste momento que começam os movimentos de destituição de Dilma.

Os maiores protestos contra o governo ocorreram em março, abril e agosto de 2015<sup>34</sup>. Quanto aos favoráveis a Dilma, também ocorreram em março, abril e agosto de 2015, como resposta aos protestos contrários<sup>35</sup>. Não abordaremos essas movimentações sociais em detalhe, pois foge aos nossos objetivos de pesquisa<sup>36</sup>.

Destacamos que os movimentos contra o governo já sinalizavam, nessa época, para o pedido de *impeachment* da Presidenta. Logo após o resultado da eleição, em 2014, em protestos contra Dilma já havia sido levantada a bandeira do *impeachment*.

Em 21 de outubro de 2015, o Presidente da Câmara dos Deputado (Eduardo Cunha) recebeu o pedido de *impeachment*, protocolado pela oposição com base em documento elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e pela advogada Janaína Conceição Paschoal. Segundo informações veiculadas pelo Senado, “a peça pede a destituição da Presidente por crime de responsabilidade

---

<sup>32</sup> Conferir, por exemplo, em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aUH6qSKTI28>>.

<sup>33</sup> Conferir em:

-<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/convocado-pelo-whatsapp-panelaco-deve-reforçar-protestos-contradilma-4714769.html>>

-<[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/04/30/interna\\_politica,642666/manifestantes-organizam-tuitaco-e-panelaco-contrao-governo-dilma.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/04/30/interna_politica,642666/manifestantes-organizam-tuitaco-e-panelaco-contrao-governo-dilma.shtml)>

- <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos\\_contra\\_o\\_Governo\\_Dilma\\_Rousseff](https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_contra_o_Governo_Dilma_Rousseff)>

<sup>34</sup> Não nos deteremos em explicitar tais protestos. Informações a respeito podem ser conferidas em:

- <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos\\_contra\\_o\\_Governo\\_Dilma\\_Rousseff](https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_contra_o_Governo_Dilma_Rousseff)>;

-<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/manifestantes-protestam-contrao-governo-dilma-em-cidades-do-brasil.html>>.

<sup>35</sup> Conforme informações disponíveis em:

< <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/12/manifestantes-defendem-governo-dilma-durante-protesto-em-salvador.html>>.

<sup>36</sup> Sobre a relação da repercussão dos protestos, a forma como se tornaram notícia e a interferência disso no processo em análise, conferir o trabalho de Hebe Maria Gonçalves de Oliveira (disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/17.pdf>>). A autora apresenta uma linha do tempo dos protestos pró e contra Dilma, trata da visibilidade de tais protestos e de como isso interviu no processo de *impeachment*, num artigo cujo título é “A construção do *impeachment* de Dilma Rousseff pela mídia brasileira comercial na cobertura das manifestações de rua”.

pelas chamadas pedaladas fiscais e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso”<sup>37</sup>.

Em 02 de dezembro de 2015, temos dois acontecimentos importantes. O Partido dos Trabalhadores declara apoio ao processo de cassação de Eduardo Cunha; e o Presidente da Câmara de Deputados recebe o pedido de *impeachment*.

Com isso, o pedido passa a ser analisado na Câmara, por uma comissão especial que elabora um parecer sobre o pedido, indicando a admissibilidade ou não do processo de impedimento. Tal comissão foi eleita em 8 de dezembro pelos deputados, por meio de uma votação secreta. No entanto, em 17 de dezembro de 2015, o STF decide uma ação proposta pelo PCdoB contra os ritos indicados pelo Presidente da Câmara, especialmente o relativo à eleição da comissão especial de *impeachment*. Nesta decisão, “o STF define o rito do *impeachment* a ser seguido pela Câmara, o que, na prática, anula a eleição da comissão especial realizada pelos deputados. Fica definido que as votações do *impeachment* terão que ser abertas”<sup>38</sup>. Assim, o passo a passo do processamento do pedido de impedimento ficou definido pelo Judiciário, no entanto há uma lei especial que regulamenta esse processamento<sup>39</sup>. Fato este que gerou (e ainda gera) muita discussão.

Em 17 de março de 2016, a votação para eleição da comissão especial de *impeachment* é refeita, com voto aberto. Com isso, o processo começa a andar na Câmara e são ouvidos defesa e acusação (os três autores do pedido), respectivamente. Em 11 de abril de 2016, a comissão especial aprovou relatório que recomenda a abertura do processo de *impeachment*, por 38 votos a 27, decidindo pela admissibilidade do pedido.

Em 17 de abril, o pedido de *impeachment* foi levado ao plenário, para votação por todos os deputados, sendo aprovado por 367 votos a favor e 137 votos contra<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> Informações disponíveis no endereço eletrônico do Senado, em que é apresentada uma linha do tempo do *impeachment*, a qual embasa esta apresentação dos acontecimentos no processo de impedimento da Presidenta. Disponível em:

<[http://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2016/04/veja-como-caminhou-processo-de-impeachment-ate-chegar-ao-senado/@@display-file/file/info\\_impeachment\\_LinhaTempo\\_31\\_Agosto.swf](http://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2016/04/veja-como-caminhou-processo-de-impeachment-ate-chegar-ao-senado/@@display-file/file/info_impeachment_LinhaTempo_31_Agosto.swf)>. Acesso em: 06 jan. 2016.

<sup>38</sup> Conforme linha do tempo do *impeachment* disponível no endereço eletrônico do Senado.

<sup>39</sup> Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

<sup>40</sup> Isso significa que o andamento do pedido na Câmara encerrou com o acolhimento do pedido, como numa análise inicial sobre a admissibilidade do pedido.

Essa decisão funciona como uma autorização para o Senado instaurar o processo, instituição que realiza todo o processamento e julgamento final do feito<sup>41</sup>.

Em 12 de maio, foi realizada a votação plenária no Senado, que resultou na admissibilidade do processo de *impeachment* por 55 votos a favor e 22 votos contra o relatório. Esta decisão implicou no afastamento interino da Presidenta por até 180 dias, prazo máximo para tramitação do processo. A partir disso, o pedido de impedimento torna-se um processo (no sentido jurídico do termo) político, em que os juízes serão todos os Senadores<sup>42</sup>. O processo tramitou até 31 de agosto, quando, em votação final, os senadores decidiram pela procedência do pedido e pelo impedimento da Presidenta, por 61 votos a favor e 20 contrários. O julgamento ocorreu nos dias 25 a 31 de agosto. No dia 29, Dilma fez seu discurso de defesa e respondeu a questionamentos dos senadores, em uma sessão que durou 14 horas.

Descrito o contexto a partir do qual se desenrolou o processo que estamos analisando, precisamos esclarecer ao leitor o seguinte: Por que estamos tratando essa conjuntura como um processo político, jurídico e social? Entendemos que perpassou por essas instâncias para materializar-se, consolidar-se e garantir o desfecho que vivenciamos. Na esfera social, temos os protestos, as mobilizações públicas que deram concretude e visibilidade ao movimento de rejeição e de destituição. Na esfera política, temos os boicotes do Legislativo ao Executivo e a suas medidas, temos um jogo de força em que o Executivo fracassa diante da falta de base aliada no Congresso<sup>43</sup>. Também passa pela instância política a definição do afastamento da Presidenta, posto que a palavra final nesse processo, ou seja, o julgamento, foi realizado pelo Senado. Por último, esse processo passa pela esfera

---

<sup>41</sup> No Senado, foi realizado o mesmo rito de eleição de comissão especial de *impeachment*, oitiva de acusação e defesa, elaboração de relatório pela comissão recomendando ou não a admissibilidade do processo e, por fim, o parecer da comissão, que indicou a admissibilidade do processo, foi levado ao plenário.

<sup>42</sup> Como juízes, são os senadores que ouvem testemunhas, defesa e acusação, pedindo esclarecimentos se necessário e, ao fim, decidindo se o pedido é procedente ou não, ou seja, se houve crime de responsabilidade ou não.

<sup>43</sup> Como exemplo, podemos citar a derrota do Executivo na Câmara quando da escolha do Presidente da Casa. Foi eleito o maior opositor do governo para comandar a Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, derrotando o representante do Executivo. A expressividade dessa vitória, com 267 votos, mostra a intensidade do movimento de oposição ao Executivo na Câmara, considerando que essa rejeição já estava consolidada e organizada nos primeiros dias do segundo mandato da Presidenta. O vigor do movimento de rejeição pode ser observado nas palavras do próprio Presidente da Câmara em seu discurso: "A gente deixou muito claro que ia buscar altivez e independência do parlamento. [...] Nunca, em nenhum momento, falamos que seríamos oposição. Não falamos também que seríamos submissos". Conferir em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html>>. Acesso em 03 jun. 2016.

jurídica no que tange ao caminho encontrado para garantir a destituição. Foi um caminho legal, constitucional, o que, para alguns, lhe confere legitimidade.

A partir dessa conjuntura, podemos compreender que vivenciamos, desde outubro de 2014 até agosto de 2016, uma sucessão de acontecimentos que colocaram em funcionamento um processo de rejeição à Dilma, cujo propósito final era a sua destituição, não importando por qual via esse desfecho fosse alcançado. Cada movimento pequeno de rejeição foi assentando a destituição, afastando-a aos poucos do seu espaço de poder, até esvaziá-lo, inviabilizando o exercício da função que o título de Presidenta lhe conferia. E, assim, mesmo antes do desenlace desse processo, a destituição passou a ser uma imposição da conjuntura.

Conforme explicitamos, o movimento de resistência foi menos intenso e numeroso, o que colaborou para a consolidação e fortalecimento da rejeição. Os protestos contrários à Presidenta foram mais frequentes e tiveram maior visibilidade na mídia, enquanto que os favoráveis foram mais modestos, menos frequentes e tiveram menos visibilidade midiática<sup>44</sup>. O par golpe/*impeachment*, passou a ser um par mais tarde, pois o grito pelo *impeachment* se deu antes, a resposta veio depois. O movimento de rejeição nomeou antes o seu objetivo (*impeachment*) e o movimento de resistência nomeou mais tarde a sua reação (golpe).

Nos próximos dois capítulos, analisamos os movimentos de rejeição e de destituição e as reações a esses movimentos produzidos nos/pelos discursos das FDs em pauta.

---

<sup>44</sup> Alguns dos trabalhos citados na nota de rodapé número 21 analisam mais detidamente o papel da mídia no processo de impedimento da Presidenta, confirmando (e reafirmando) o que estamos aqui afirmando.

### 3 DO PROCESSO DE REJEIÇÃO: SOBRE A REPERCUSSÃO DO RESULTADO ELEITORAL

*A maior ou menor democraticidade de um regime se mede precisamente pela maior ou menor liberdade de que desfrutam os cidadãos e pela maior ou menor igualdade que existe entre eles.*  
Bobbio, 1996

Em nossas análises, buscamos compreender como são discursivizados os valores liberdade e igualdade em práticas discursivas que tematizam o resultado da eleição presidencial de 2014. São discursividades que nascem atreladas à ideia de democracia por repercutirem o evento que marca o ápice da vida democrática, e, também, porque põem em questão o papel de cada sujeito no funcionamento desse sistema. Nossa análise, portanto, parte de uma situação enunciativa específica, em que são analisados discursos antagônicos que estabelecem uma interlocução entre sujeitos inscritos nas FDs 1 e 2. Interlocução essa que, não raro, atinge níveis de agressividade mútua.

Conforme já escrito, a FD1, nomeada como anti-Dilma, é representativa de um discurso de não aceitação da reeleição de Dilma Rousseff. Nela está inscrita a posição-sujeito 1 (PS1-FD1) que, em nossa análise, representa a forma mais intensa de realização do movimento de rejeição no âmbito desse domínio de saber. A segunda, a FD2, nomeada como pró-Dilma, é representativa de um discurso favorável a sua reeleição. Em especial, interessa-nos, também, a posição-sujeito 1 dessa FD (PS1-FD2) que materializa uma reação aos dizeres da PS1-FD1, não aceitando tais práticas discursivas, produzindo movimentos de resistência.

Esse passo inicial em nosso trajeto de pesquisa fez com que pensássemos

no processo que estava em andamento. De um lado, a discursivização do resultado eleitoral em níveis de não aceitação do outro e das diferenças de posicionamento político-ideológico. De outro lado, em relação aos mesmos acontecimentos, surgiu uma discursividade em direção oposta: de não aceitação dos saberes da FD1. E, assim, instauraram-se os movimentos de rejeição e de resistência a partir da repercussão do resultado eleitoral. O que pretendemos demonstrar nas análises que seguem.

As sequências discursivas que formam essa primeira parte de nosso dispositivo analítico, foram todas coletadas nas redes sociais pelo sítio eletrônico *Notícias Terra*<sup>45</sup> e disponibilizadas como cobertura instantânea da repercussão da eleição presidencial, em especial nas redes sociais, logo após a divulgação, pelo TSE, do resultado oficial do pleito. Esse veículo de comunicação virtual (*Notícias Terra*) foi escolhido para a coleta de material e formação de nosso arquivo em razão da forma como apresentou a repercussão do resultado eleitoral. As publicações sobre esse acontecimento foram selecionadas conforme o *Trending Topic* do Twitter no Brasil e as *hashtags* utilizadas. Não havia qualquer texto comentado ou orientando o leitor ou a leitura acerca do material retirado daquela rede social e disponibilizado no *Notícias Terra*. Vale salientar que os enunciados utilizados nesta pesquisa foram colhidos na internet, de modo que estão num espaço (virtual) de domínio público, ou seja, de livre acesso<sup>46</sup>.

Para a AD, a leitura é um gesto entre tantos possíveis, constitui-se num processo de construção-desconstrução-construção do objeto discursivo. Ler é realizar esse processo de desconstrução do objeto simbólico, entendendo sua heterogeneidade, atentando para as tantas vozes presentes em um único dizer. Mais ainda, ler “é mergulhar nessa teia discursiva invisível, constituída de palavras anônimas já ditas e já esquecidas que constituem ‘corpo sócio-histórico de vestígios’ a serem lidos” (INDURSKY, 2001, p. 37). É esse processo que apresentamos no exercício de análise proposto nesta tese: a compreensão da teia discursiva invisível que compõe os discursos analisados. Realizar esta análise nos permite observar

---

<sup>45</sup> Fonte: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/nordestinos-sao-hostilizados-apos-vitoria-de-dilma-rousseff,aa13fc86bd059410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 27 out. 2014.

<sup>46</sup> A utilização desse material em nossa pesquisa não necessita de autorizações especiais, pois se trata de material público em razão das circunstâncias de sua produção e divulgação. Mesmo assim, não são identificados seus autores, revelamos, apenas, o endereço eletrônico do meio digital em que tal material foi colhido.

como se vive a/em democracia em nossa sociedade e quais relações com a diferença se instauram nessa vivência e, assim, reencontramos o objetivo central desta tese.

Para melhor organizar a apresentação de nosso gesto analítico, dividimos essa exposição em duas grandes partes: primeiro analisamos o discurso da FD1 e, depois, o discurso da FD2.

### 3.1 Do discurso da FD1

Em nossa pesquisa, tomamos como efeito de início do processo de rejeição e de destituição de Dilma Rousseff a repercussão negativa do resultado eleitoral de 2014, que produziu um movimento de rejeição aos eleitores de Dilma e a própria Presidenta. O discurso da FD1 entra em nosso horizonte de interesses analíticos a partir do modo como foi discursivizado o resultado eleitoral. Contudo, queremos ressaltar que analisamos apenas um dos aspectos da repercussão do resultado eleitoral de 2014: a não aceitação da vitória de Dilma e a responsabilização de uma parcela da população brasileira por este resultado. Não estamos considerando que, no âmbito dessa FD, haja apenas essa postura extrema em relação à eleição presidencial de 2014. Estamos trazendo para nossa análise, num gesto de recorte, apenas esse modo de significar o acontecimento<sup>47</sup> em pauta.

Para realizar esses propósitos de pesquisa, nos deteremos nas sequências discursivas que seguem, as quais, no decorrer do processo de análise, serão metodologicamente retomadas.

▪ **sd 1** - LUTO!!! NORDESTINOS FDP !!! POVO BURRO QUE NÃO SABE ANALISA[r]<sup>48</sup>  
ESSA MERDA DE DILMA FDP

▪ **sd 2** - Esses nordestinos desgraçados são o câncer do país! E podem me processar se quiserem

---

<sup>47</sup> Reiteramos que, quando tratamos de acontecimento, estamos nos referindo à acontecimento histórico, conforme diferenças conceituais explicadas na nota de rodapé número 23 desta tese (p. 49).

<sup>48</sup> Esta é a única alteração nas sequencias analisadas, com ela explicitamos que em nosso gesto de análise consideramos tal termo como verbo no infinitivo e entendemos o enunciado sem interrupções ou omissões.

- **sd 3** - Só aqueles nordestinos malditos que votam na Dilma nossa espero que nunca mais chova la seca pra sempre
- **sd 4** - Nordestinos irão morrer na seca e burrice mesmoooo!!!!!!!
- **sd 5** - Hoje, qualquer suposto preconceito contra cariocas, nordestinos e baianos deixou de existir, porque virou Pós Conceito! Bando de fdp que destruíram nosso país e a economia por migalhas!
- **sd 6** - Desejo do fundo do coração que sejam tomados pela desnutrição, que seus bebês nasçam acéfalos, que suas crianças tenham doenças que os médicos cubanos não consigam tratar, que o ebola chegue no Brasil pelo Nordeste e mate a todos! Só outra arca de Noé pra dar jeito!
- **sd 7** - Mata esses nordestino fdp
- **sd 8** - Se eu encontrar algum nordestino aqui em MG eu jogo fogo
- **sd 9** - Se vc é nordestino e votou no Aécio, venha para o Sul, pq já encomendei uma macumba pra cair um meteoro aí e matar todos numa vez só... vsf... merda de povo idiota
- **sd 10** - O negócio é dividir o Brasil em 2... Dilma para o norte, nordeste e centro oeste...e Aécio para Sul e Sudeste... seria muito justo ... cada um ter o presidente que merece
- **sd 11**



**sd 12<sup>49</sup>**



Para a análise dessa discursividade, nosso olhar perpassa duas grandes

<sup>49</sup> Matemos a grafia original de todas as sequências discursivas, com siglas, abreviaturas, maiúsculos e minúsculos, etc.

questões que se entrecruzam: a historicidade desse discurso e o ódio que materializa. Por razões de organização textual, abordamos tais questões separadamente, mas consideramos que o ódio que emerge no discurso da FD1 há muito já circula em nossa sociedade. Funciona como uma presença-ausência, como a análise do efeito fundador dessa discursividade explicita.

A tônica do discurso da FD1 é, assim, o ódio ao outro, à democracia que permite que esse outro participe das tomadas de decisão coletiva. Com isso, está na base do funcionamento dessa discursividade a violência materializada na linguagem.

### **3.1.1 Discurso e historicidade: do efeito fundador do discurso da FD1**

Em AD, entendemos que o discurso fundador

não se apresenta como já definido, mas antes como uma categoria do analista a ser delimitada pelo próprio exercício da análise dos fatos que o constituem, observada a sua relevância teórica [...] os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país (ORLANDI, 2003, p. 7).

Dada a incompletude de todo e qualquer discurso, optamos por trabalhar com efeito fundador do discurso. No caso de nossa tese, a discursividade presente na FD1 (e no conflito nela materializado) apresenta como efeito fundador o discurso de segregação da população brasileira em dois grupos que se opõem, segundo critérios geográficos. Isso porque a relação de antagonismo que se instaura no contexto discursivo em análise (repercussão do resultado eleitoral de 2014) faz emergir do interdiscurso o processo conflituoso de migração dos brasileiros do Norte e do Nordeste para as regiões Sul e Sudeste, ocorrido nas décadas de 1930 e 1940.

Consideramos a migração de nortistas e nordestinos como referência básica do conflito que o discurso da FD1 retoma e reacende, pois, antes desse acontecimento, não há registros de produção de sentidos nessa direção, ou seja, numa direção que opõe os brasileiros em dois polos adversos.

O discurso fundador faz surgir uma nova tradição de sentidos: “instala-se outra ‘tradição’ de sentidos que produz os outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova ‘filiação’. E esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua ‘memória’” (ORLANDI, 2003, p. 13). O processo

que a migração em questão produziu estabeleceu, assim, um “novo sítio de significância”, conforme Orlandi (2003, p. 23) e, por isso, é por nós considerado efeito fundador, uma vez que

cria tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. **Instala-se irrevogavelmente.** É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). **Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim** (ORLANDI, 2003, p. 13-4, grifo nosso).

O discurso que estamos tomando como fundador produz esse efeito do familiar, no sentido de que a relação entre esses brasileiros só pode ser assim, conflituosa, agressiva e em permanente estado de antagonismo. Passemos a entender como se instaurou essa relação.

A migração de nortistas e nordestinos para o Sudeste e Sul do país foi motivada pela busca de trabalho e melhores condições de vida, uma vez que essas eram as regiões brasileiras mais desenvolvidas e industrializadas na época. Segundo Paulo Fontes (2008), a migração inicia nos anos 1930, o conflito estabelece-se lentamente. Nas décadas de 1940 e 1950, a tensão entre os grupos se agrava. O autor mostra que esse movimento migratório foi visto, por parte dos paulistanos, como um problema desde o princípio, pois

a acelerada industrialização e o crescimento da cidade eram acompanhadas por um vertiginoso aumento dos problemas de infraestrutura urbana. Dificuldades de transporte, ausência de moradias, ampliação da criminalidade e da miséria urbana passaram, lado a lado, com o progresso e desenvolvimento da metrópole, a fazer parte do cotidiano de São Paulo. **Para muitos setores da sociedade paulistana, longe de parceiros do desenvolvimento, os migrantes nordestinos eram considerados culpados e eventuais ‘bodes expiatórios’ pelas agruras advindas do rápido crescimento da cidade. Uma série de adjetivações e estereótipos a respeito dos trabalhadores migrantes nordestinos foi reiterada e forjada ao longo desse período** (FONTES, 2008, p. 72, grifo nosso).

A cada novo problema social, prontamente os “culpados” eram identificados: os migrantes. Esse estigma foi consolidado no/pelo discurso, seja por meio de adjetivações que insistiam na desqualificação do migrante, seja por meio de um estereótipo desse outro indesejado sempre associado a problemas sociais.

Os jornais populares da época legitimavam e reproduziam essa visão negativa acerca dos nortistas e nordestinos. Em sua pesquisa, Fontes reproduz trechos de reportagens da época para ilustrar como a mídia teve papel determinante na

consolidação e agravamento desse conflito. Os diversos jornais citados na pesquisa difundiam hostilidade aos trabalhadores migrantes e preconceito, reafirmando que “os migrantes eram considerados como o reflexo do ‘baixo nível cultural e técnico da população do país’ (FONTES, 2008, p. 73).

Assim, a rejeição dos paulistanos aos nordestinos frequentemente ganhava as folhas dos jornais em reportagens que, trabalhando no nível da repetibilidade, insistiam em efeitos de rejeição:

Uma extensa reportagem do popular diário paulistano *A Hora* em 1956 exemplifica bem essa visão negativa sobre os migrantes. A presença de nordestinos na cidade toma ares de uma verdadeira e assustadora invasão dos “mais desencontrados indivíduos [...] *personas non gratas* que vêm tentar sabotar o trabalho construtivo, decente e elevado dos bandeirantes” (FONTES, 2008, p. 73).

Os migrantes nordestinos, pública e reiteradamente considerados *personas non gratas*, eram homogeneizados numa estratégia para desqualificá-los e agredi-los, pois “ao chegar a São Paulo, as diferenças entre os “nortistas” tenderam a ser homogeneizadas. Os diversos migrantes nordestinos e mineiros que chegaram a São Paulo no fim dos anos 1940 e durante os anos 1950 foram genericamente chamados de ‘baianos’” (FONTES, 2008, p. 69). Portanto, esse movimento migratório vivido em São Paulo, o “centro nevrálgico do capitalismo industrial brasileiro”, constituiu um processo contraditório que iniciou outro processo: o de preconceitos e de hostilização aos brasileiros das regiões Norte e Nordeste, segundo Fontes (2008, p. 68).

Esse é o pano de fundo interdiscursivo que sustenta os enunciados em análise, sendo aqui tomado como efeito fundador dos saberes da FD1 que retomam e alimentam a polarização dos brasileiros. Surge dessa relação conflituosa a responsabilização dos nordestinos pelos acontecimentos que se opõem aos saberes da FD1, insistindo no estigma de bodes expiatórios. Seguindo esse caminho de significação do outro, em 2014, em razão do resultado eleitoral contrário aos saberes da FD1, esses sujeitos surgem recolocados em posição expiatória.

Uma das marcas discursivas que remonta ao conflito vivido no período de migração e que permite observar a presença desse efeito fundador no discurso da FD1 é a excessiva adjetivação do sujeito nordestino. Nas sequências discursivas em análise, esse sujeito surge, no fio do discurso, para ser desqualificado a partir de

termos como: fdp<sup>50</sup> (sd 1, 5 e 7), povo burro (sd 1), câncer (sd 2), desgraçados (sd 2), malditos (sd 3), merda de povo idiota (sd 9). Esse processo de desqualificação, nesse discurso, cumpre a função de demarcar as diferenças entre o sujeito enunciador e o outro (o sujeito nordestino), estabelecendo uma relação de superior *versus* inferior. No funcionamento dessa discursividade, esse processo é associado a um movimento de hostilização, para sustentar e justificar a recusa do outro, da liberdade e da igualdade do outro no que tange a sua atuação no processo democrático, em comparação (e em oposição) à atuação do sujeito enunciador do discurso da FD1.

Desse modo, a excessiva desqualificação do nordestino é produzida para marcar uma relação maniqueísta entre dois polos: quem presta/quem não presta. O nordestino é significado para ocupar o polo mal/negativo dessa relação e, por isso, merece ser rejeitado, hostilizado e excluído do grupo a que pertence o sujeito enunciador. De outro lado, este sujeito, ao marcar a desqualificação do outro nessa direção, se posiciona no polo oposto dessa relação maniqueísta: no lado do bem/positivo.

Esses excessos colaboram para a construção do antagonismo entre essas posições-sujeito. Um efeito de sentido que começa com qualificações negativas, avança, intensificando-se, saturando-se, até tornar-se um efeito de exclusão e de segregação, consolidando um discurso de ódio. O outro não é digno de existir, devendo ser morto ou excluído do Brasil, pois representa o próprio mal que aflige a nação (é o câncer, é maldito, é desgraçado). Nesse percurso de significação, apenas os sujeitos que se inserem no domínio de saber da FD1 seriam dignos de pertencer à nação brasileira.

Os nordestinos, no início do século XX, eram considerados a parcela da população brasileira que representava o baixo nível cultural e social, pessoas *non gratas* que sabotavam “o trabalho construtivo, decente e elevado”. Esse discurso, no contexto da discursividade em análise, aparece (re)significado em enunciados do tipo “Só outra arca de Noé pra dar jeito!” (sd 6). E, segundo esse ponto de vista, os nordestinos mereceriam ser aniquilados da espécie humana: “cair um meteoro aí e matar todos numa vez só... vsf<sup>51</sup>... merda de povo idiota” (sd 9).

---

<sup>50</sup> Sigla para a expressão “filho da puta”.

<sup>51</sup> Sigla para a expressão “vai se fuder”.

Portanto, o discurso do início do século XX volta a trabalhar, atualizando-se e produzindo efeitos de sentido em relação ao processo democrático e à atuação dos nordestinos na sociedade brasileira do século XXI: novos problemas sociais e condições de produções distintas fazem ressurgir, com maior intensidade, velhos dizeres.

Com isso, os saberes da FD1 resgatam um passado discursivo em que os nordestinos são a origem dos problemas do Brasil, havendo, por trás disso, dois 'Brasis': o dos nordestinos (ou seja, o Brasil de sujeitos filiados aos saberes da FD2, considerados no âmbito da FD1 como o polo ruim, atrasado e subdesenvolvido da nação), e o Brasil de sujeitos filiados à FD1 (que, do ponto de vista do discurso em pauta, se apresenta como o polo moderno, desenvolvido e promissor). Esse movimento de resgate de saberes de uma discursividade tomada como fundadora mostra a relação da língua com a história pela historicidade das palavras, permitindo que já-ditos voltem a trabalhar no discurso da FD1.

Atualizados, esses efeitos de sentido produzem uma nova culpabilização dos nordestinos. Responsabilizá-los pelo resultado indesejado por uma parcela da população, em relação à eleição presidencial, restabelece uma responsabilização mais profunda: a origem dos problemas do Brasil - no imaginário do sujeito enunciador do discurso da FD1, em sua posição-sujeito 1 - seria acolher os nordestinos (esse outro indesejado); seria o contato/convívio com o diferente, com sujeitos que não se filiam a mesma rede discursiva. Seria, também, compartilhar o mesmo espaço, os mesmos direitos, a mesma nação com esses sujeitos. Pelo funcionamento dessas práticas discursivas, compreendemos que o nordestino é um outro que não é considerado como igual e que não deve ser livre, pois quando livre usa sua liberdade na direção oposta aos interesses e saberes da FD1.

Assim, aliada à retomada de uma discursividade fundadora, é possível observar, na leitura das sequências discursivas objeto dessa análise, que todas resgatam, em maior ou menor grau, um *discurso de ódio* aos nordestinos.

### **3.1.2 Do discurso de ódio**

### 3.1.2.1 Considerações teóricas

A retomada da historicidade do discurso da FD1, a partir de seu efeito fundador, nos conduz a pensar o discurso de ódio produzido no contexto das eleições presidenciais de 2014 e que continua a trabalhar ao longo de todo o processo de rejeição e de destituição que analisamos. Os discursos que materializam as intolerâncias, discriminações e ódios em circulação social inserem-se num movimento sócio-histórico no qual a relação com outro é tomada como relação de antagonismo e não como uma relação de interlocução. O contato com outro instaura-se pelo viés do confronto e disso resulta a aversão à diferença, materializada em práticas discursivas que produzem efeitos de hostilização e ódio. Por isso, nesse discurso, o outro surge como alvo e não como interlocutor.

Esse caminho nos leva a pensar sobre a discursivização de relações antagônicas na sociedade brasileira atual. Reflexões que se espraiam para além dos movimentos de rejeição e de resistência, permitindo pensar a maneira dicotômica e hierarquizada de materializar as relações de força subjacentes a essas práticas discursivas. Pôr em questão o discurso de ódio diz respeito, sobretudo, aos limites dos direitos de liberdade de expressão; à forma como é engendrada a relação eu/outro; à forma como circulam em nossa sociedade os valores liberdade e igualdade.

Diante disso, nossa discussão leva em conta os valores essenciais ao regime democrático por considerar que o discurso de ódio, em análise, produz efeitos de intolerância à diferença, restringindo o alcance desses valores. Assim, ao afetar os eixos que estruturam o regime democrático, os efeitos produzidos por esse discurso interferem no próprio processo democrático.

Retomamos que a democracia, por ser uma forma específica de organizar a sociedade, implica certos pressupostos<sup>52</sup> e põe em movimento certos fins, os quais a caracterizam de fato (Cf. BOBBIO, 2014, p. 38). Em síntese, toda essa forma própria de organização social pressuposta pelo regime democrático não é apenas para tomar decisões coletivas, para gerir a *res pública*, para promover a participação ativa de cada cidadão; toda essa ordem específica é orientada para a construção de

---

<sup>52</sup> Tratamos minuciosamente desses pressupostos no capítulo 2, para não tornar enfadonha a leitura das análises não os repetiremos.

uma sociedade igualitária, baseada no valor liberdade. Portanto, quando tratamos de democracia, tratamos de liberdade e de igualdade, considerando-os valores que se implicam reciprocamente.

Essa forma de pensar a noção de democracia nos ajuda a compreender o funcionamento que discursos de ódio assumem quando põem em movimento a intolerância ao outro no que tange a sua participação no processo democrático. O discurso de ódio, ou *hate speech*, funciona a partir de um modo desigual de relação entre eu (sujeito enunciador) e outro, em que o primeiro é tido como superior e o segundo inferior e, por isso, alvo de intolerâncias, discriminação e ódio.

Ao trazer as questões sobre discurso de ódio para esta tese, pretendemos, em essência, pensar sobre nossa vivência democrática, sobre como nós brasileiros experienciamos a democracia. Como sugere Alain Touraine, na obra *Podemos viver juntos? Iguais e diferentes* (1998), pensar a democracia é refletir sobre a relação eu/outro, pois a democracia pode ser entendida como uma questão de *viver junto*, de lidar com o convívio com o outro e suas diferenças.

No âmbito jurídico, o *hate speech* é discutido, especialmente, na seara constitucional, quando se pensam os limites da liberdade de expressão. A discussão centra-se na distinção entre liberdade de expressão (que fica no nível da opinião, do pensamento) e ofensa a direitos de terceiros, o que configura um ato ilícito, na esfera cível, e/ou crime, na esfera penal<sup>53</sup>. Para tratar de ilícito de natureza cível, recorre-se à definição prevista no art. 187, CC, segundo a qual “também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, *excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes*” (BRASIL, Código Civil, grifo nosso).

Considerando essa definição, podemos pensar, inicialmente, que o discurso de ódio nasce, do ponto de vista jurídico, de um excesso. O excesso de liberdade de expressão, aliás, um excesso no uso, no exercício de um direito legítimo (o direito fundamental de liberdade). Mas que tipo de excesso é esse?

É um transbordar da liberdade; é exceder os seus limites e entrar na zona da ofensa, da violência contra o outro. Segundo Winfried Brugger, “o discurso do ódio refere-se a palavras que tendem a *insultar, intimidar ou assediar* pessoas em virtude

---

<sup>53</sup> Para tratar do discurso de ódio como ilícito penal, em nosso ordenamento jurídico, o enquadramento legal faz-se por meio da lei 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de *instigar* violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas” (2007, p. 118, grifo nosso). Para este autor, o *hate speech* centra-se em ações nucleares expressas pelos verbos insultar, intimidar, assediar e instigar como carga imediata, desse efeito primeiro surgem as consequências: violência, ódio, discriminação. São ações dirigidas a determinado grupo, como alvo, e contra o qual produzem os efeitos de violência.

Nessa mesma direção, Daniel Sarmiento, entendendo que se trata de “um debate sobre os limites da tolerância” (2006, p. 39), afirma que o discurso de ódio se configura como: “manifestações de ódio, desprezo ou intolerância contra determinados grupos, motivadas por preconceitos ligados à etnia, religião, gênero, deficiência física ou mental ou orientação sexual, dentre outros fatores” (2006, p. 2).

Ainda no âmbito das discussões jurídicas, podemos entender, considerando os dois autores citados, que o discurso de ódio, como uma expressão discursiva, envolve dois elementos: externalidade e discriminação, conforme explica SILVA et al. (2011). Isso porque “discurso não externado é pensamento, emoção, o ódio sem o discurso” (SILVA et al., 2011, p. 447), ou seja, quando não manifestado, não ultrapassa o plano abstrato dos pensamentos. É preciso linguagem para conferir materialidade a esse ódio e fazê-lo transbordar o nível das emoções e tornar-se discurso. Ao ser materializado, o ódio é posto em movimento: ao tornar-se discurso, torna-se ação<sup>54</sup> e, assim, produz efeitos/consequências de violência e discriminação. Esses efeitos decorrem de uma característica essencial do *hate speech*: “É uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor” (SILVA et al., 2011, p. 447). É dizer, subjaz a esse funcionamento a suposição de uma desigualdade essencial entre os polos em embate nesse discurso.

O grupo alvo da intolerância é significado, nesse discurso, como inimigo comum: “ao eleger o destinatário como inimigo comum incita a violência e seu extermínio, o que fere frontalmente o valor que serve de sustentáculo para o Estado

---

<sup>54</sup> Conforme a Teoria dos Atos de Fala, de John Langshaw Austin, considerando as três dimensões integradas dos atos de fala (locucionário, ilocucionário e perlocucionário), dizer é realizar uma ação: o discurso é ação. Ao tratar de discurso de ódio, pensamos, sobretudo, nas duas últimas dimensões referidas.

Democrático de Direito, qual seja, a dignidade da pessoa humana” (SILVA; BOLZAN, 2012, p. 3). Por esse caminho, observamos a extensão e gravidade da questão do discurso de ódio, que põe em ação a desvalorização do outro e de sua dignidade. Em nosso sistema constitucional, a dignidade é considerada ‘o princípio dos princípios’ e surge na CF88 como um dos fundamentos de nossa República:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana;

A dignidade humana está posta, em nossa ordem jurídica, como valor central. Com isso, todo sistema jurídico é orientado para a promoção e proteção da pessoa, sendo a dignidade significada juridicamente como um “princípio profundamente humanista, baseado na valorização da pessoa e comprometido com a garantia dos seus direitos básicos contra todas as formas de injustiça e opressão” (SARMENTO, 2016, p. 15). Assim, o respeito à dignidade surge como principal argumento capaz de coibir discursos de ódio e impedir que a liberdade de expressão funcione como mecanismo de proteção às injustiças e violências que esses discursos põem em movimento.

Deslocando essas considerações para o campo dos estudos da linguagem, compreendemos o discurso de ódio como violência simbólica. Entendemos essa noção tal como propõe Slavoj Žižek (2014) ao refletir sobre as diferentes dimensões da violência e suas causas. Para o autor, a violência nossa de cada dia pode ser subjetiva ou objetiva. A primeira dimensão da violência é a forma mais visível, claramente identificável, é aquela que salta aos olhos porque “é percebida como uma perturbação do estado de coisas ‘normal’ e pacífico”<sup>55</sup> (2014, p. 17-8). Já a violência em sua dimensão objetiva “é precisamente aquela inerente a esse estado ‘normal’ de coisas. [...] é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento” (2014, p. 18). A violência objetiva se realiza como violência simbólica ou como violência sistêmica. Essas são as formas de violências sob a perspectiva de Žižek.

---

<sup>55</sup> Como exemplo de violência simbólica o autor cita guerras, massacres, atos de terror, sendo uma forma de violência que deixa marcas bem concretas e visíveis.

Em sua forma sistêmica, a violência objetiva “consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político” (2014, p. 17). Quase invisível, esta violência está impregnada na estrutura social capitalista baseada nas relações de desigualdade-subordinação. É ela que ajuda a manter o *status quo* do sistema de relações sociais.

De outro lado, a violência simbólica é aquela “encarnada na linguagem”:

essa violência não está em ação apenas nos casos evidentes – e largamente estudados – de provocação e de relações de dominação social que nossas formas de discurso habituais reproduzem: **há uma forma ainda mais fundamental de violência que pertence à linguagem enquanto tal, à imposição de um certo universo de sentido** (ŽIŽEK, 2014, p. 17, grifo nosso).

O discurso de ódio expõe esta imposição de um certo universo de sentido. É por isso que desperta a atenção: porque faz emergir a violência por trás do estado normal de coisas e a intolerância com aqueles que desvirtuam/subvertem esse universo de sentidos. Esse tipo de discurso mostra que esse estado normal de funcionamento de nossa sociedade é baseado na relação superior/inferior e insiste que essa ordem deve ser respeitada. Quando essa normalidade não é observada emerge a intolerância, a discriminação, a hostilização materializada em discursos de ódio.

A violência simbólica opera no âmbito ideológico: encarna-se na linguagem para impor a reprodução das relações de dominação/subordinação. O discurso de ódio, ao sustentar-se na dicotomia superior/inferior, trabalha impondo e/ou lembrando o lugar de cada um na estrutura social; baseia-se na naturalização dessa relação dicotômica e dessa determinação de lugares. Atua perpetuando relações sócio-históricas de desigualdade-subordinação a partir da face mais intolerante que a dominação ideológica pode assumir.

### **3.1.2.2 Da violência simbólica encarnada no discurso da FD1: sobre o ódio na/à democracia brasileira**

Estamos considerando que a discursividade da FD1 se caracteriza como discurso de ódio porque, ao significar os nordestinos como culpados pelo resultado da eleição presidencial, instiga a intolerância e a discriminação contra esse grupo de eleitores, buscando excluí-los da nação e bani-los da fruição dos direitos de liberdade e de igualdade. Com esse funcionamento, e observando as regularidades desse discurso, entendemos que a violência contra o sujeito nordestino materializada no discurso da FD1 instaura um processo de violências que se inicia com a culpabilização desse sujeito, passa pela sua punição e tem como desfecho com a imposição de uma ‘solução’ para o conflito: dividir o Brasil.

Assim, a rejeição à Dilma e a seus eleitores, materializada no discurso em pauta, será, por nós, analisada a partir desse processo de violências, o qual será, metodologicamente, abordado conforme os três movimentos citados. No quadro abaixo, apresentamos cada um desses movimentos e as sequências discursivas que os representam:

Processo de violências contra o sujeito nordestino no discurso da FD1	
Movimento 1 - Culpabilização	sd 1, sd 2, sd 3, sd 4, sd 5
Movimento 2 - Punição	sd 6, sd 7, sd 8, sd 9
Movimento 3 - Imposição de uma solução para o conflito	sd 10, sd 11, sd 12

Quadro 1 – Do processo de violências e seus movimentos.

Os movimentos acima referidos, foram por nós nomeados e relacionadas a determinadas sequências discursivas conforme a preponderância desses efeitos de violência. Da mesma forma, salientamos que esses movimentos ocorrem como degraus sucessivos na escala de violências configurada, pois um movimento anterior produz um efeito de sustentação em relação ao próximo, permitindo que o mesmo se instaure. Ou seja, o movimento de culpabilização sustenta os próximos movimentos, por exemplo.

Levando em conta a historicidade do conflito em discussão e seu efeito fundador, ressaltamos que, neste trabalho, estamos entendendo o termo nordestino

de forma ampla: o nordestino, no discurso da FD1, representa o outro que não é aceito, a diferença que causa ojeriza e com a qual não se quer ter contato. Tal movimento por trás do uso desse termo pode ser observado em sequências em que são referidas outras regiões brasileiras:

▪ **sd 5** - “Hoje, qualquer suposto preconceito contra **cariocas, nordestinos e baianos** deixou de existir, ...”

▪ **sd 10** - “... Dilma para o **norte, nordeste e centro oeste...**” (grifos nossos).

A partir desse contexto e com a carga discursiva explicitada, mantemos o uso da palavra nordestino, pois foi a mais utilizada no âmbito das FDs 1 e 2. Porém, para nossas reflexões, tal expressão representa o sujeito que não partilha da mesma rede de saberes do sujeito enunciador de discurso da FD1, em sua posição-sujeito 1.

Passeamos a analisar cada um dos movimentos de violências contra o sujeito nordestino.

### 3.1.2.2.1 Da culpabilização

Nesse primeiro movimento de violência contra os nordestinos, o discurso da FD1 se ocupa, principalmente, de identificar e caracterizar esse sujeito indesejado para apresentá-lo como alvo de violências, de ódio. Tal se realiza, conforme já destacamos, a partir de um processo de adjetivação do outro, que funciona para desqualificá-lo, marcando a superioridade do sujeito enunciador e assentando a culpabilização do sujeito nordestino nessa caracterização negativa.

Vejamos nossas sequências discursivas, para visualizarmos esse processo, grifamos os adjetivos e eventuais substantivos com valor de adjetivo:

▪ **sd 1** - LUTO!!! NORDESTINOS **FDP !!! POVO BURRO** QUE NÃO SABE ANALISA[r] ESSA MERDA DE DILMA FDP

▪ **sd 2** - Esses nordestinos **desgraçados** são o **câncer** do país! E podem me processar se quiserem

▪ **sd 3** - Só aqueles nordestinos **malditos** que votam na dilma nossa espero que nunca mais chova la seca pra sempre

▪ **sd 4** - Nordestinos irão morrer na seca e **burrice** mesmoooo!!!!!!!

▪ **sd 5** - Hoje, qualquer suposto preconceito contra cariocas, nordestinos e baianos deixou de existir, porque virou Pós Conceito! **Bando de fdp** que destruíram nosso país e a economia por migalhas!

Os efeitos de sentido de culpabilização que aqui analisamos sustentam-se nesse processo de adjetivação do outro que não é aceito. Do ponto de vista gramatical, a partir de um critério morfo-sintático-semântico, adjetivo é a palavra variável que serve para modificar o substantivo<sup>56</sup>. Há uma relação de dependência entre substantivo e adjetivo, em que o primeiro é o termo nuclear e o segundo é um termo subordinado ao principal. Sob o aspecto sintático, o adjetivo qualificativo<sup>57</sup> pode assumir as funções de adjunto adnominal ou complemento predicativo. São termos ou locuções que se agregam ao substantivo e seu sentido é produzido sempre em relação ao termo principal, são um desdobramento desse.

A partir desse funcionamento dos adjetivos, o sujeito nordestino é vinculado a uma gama de características negativas que o identificam e o significam como um sujeito ruim por natureza. Para marcar sua culpabilização, o outro é significado como alguém desgraçado, câncer, maldito, fdp, povo burro. É tomado como um sujeito intelectualmente incapaz (“que não sabe analisa[r] essa merda de Dilma fdp”, sd 1), o que funciona para justificar a não aceitação desse sujeito, de seu voto e de seu poder de influenciar na democracia brasileira.

É a adjetivação que permite esse modo de significar o outro e a insistência no uso desse recurso funciona buscando estabilizar esse caminho de produção de sentido: o nordestino só pode ser significado assim. Pelo excesso (cf. Ernst, 2009), então, há a imposição de um universo de significação, para retomar Žižek (2014).

Esse processo excessivo de adjetivação do outro produz uma relação de causa e efeito no âmbito dos saberes da FD1: a causa é ser mal/ruim e o efeito é ser hostilizado, rejeitado, agredido. Com isso, o nordestino seria a própria causa das violências de que é alvo, pois é burro, maldito etc. E a culpa retorna para esse sujeito: culpado pelo resultado eleitoral, culpado pelos problemas da nação e culpado por ser alvo desse discurso violento.

---

<sup>56</sup> Conforme Macambira (1978, p. 38), Cunha e Cintra (2013, p. 259).

<sup>57</sup> Estamos considerando que os adjetivos podem ser entendidos a partir de dois grandes grupos: adjetivos qualificativos e adjetivos determinativos. Os determinativos são subdivididos em adjetivos numerais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos, exclamativos e indefinidos. Já os adjetivos qualificativos se dividem em qualificativos propriamente ditos e relacionais (cf. DUBOIS, 1999, p. 21-24). Em nosso *corpus* predominam os adjetivos qualificativos para a produção dos efeitos de sentido em análise.

E, diante desse quadro, o nordestino é significado como um sujeito que não pode superar essas características, portanto, não tem como redimir-se: “irão morrer na seca e burrice mesmoooo!!!!!!” (sd 4). Sendo assim, para o enunciador do discurso da FD1, o nordestino seria um caso perdido, insolúvel.

Nesse processo discursivo, o resultado da eleição presidencial significa a destruição do país: “Bando de fdp que destruíram nosso país e a economia por migalhas!” (sd 5). E, por isso, faz com que o sujeito enunciador se entenda em estado de luto, conforme sd 1. Assim, a atuação, no processo democrático, dos sujeitos que não se filiam aos saberes da FD1 não é considerada válida e, tampouco, em consonância com as regras do jogo, é um prejuízo à nação. Os sujeitos responsabilizados pelo resultado eleitoral não tiveram sua liberdade reconhecida e, também, não foram tratados de modo igual aos eleitores que assumiram posicionamento diferente.

Esse discurso insiste na validade e legitimidade apenas dos saberes da FD que o regula, pois, ao não aceitar o outro e as diferenças de posicionamento político-ideológico, do que resulta a reeleição de Dilma, funciona como uma forma de reiteração incessante de saberes interdiscursivos que se alinham ao discurso da FD1. Essa reiteração pode ser entendida como uma insistente afirmação de que existe um grupo de eleitores superiores e um grupo de eleitores inferiores, premissa que está na base do funcionamento do discurso de ódio. No primeiro grupo estão os eleitores filiados à FD1, no segundo estão os que não se inscrevem nessa mesma rede de filiação e, por isso, são alvo do discurso de ódio.

É este panorama que nos permite compreender que a discursividade da FD1 põe em funcionamento o que Žižek entende como violência simbólica. Pois, esse discurso (FD1) impõe ‘um certo universo de sentido’, em conformidade com os saberes de sua rede discursiva e insiste na dominância desses saberes e sentidos. Como o outro não se posiciona em conformidade com esses saberes e produz efeitos de sentido antagônicos, rompendo com o universo de sentidos aceitos pela FD1, esse sujeito surge como alguém inferior, alvo de intolerâncias e discriminação. E, assim, nessa discursividade, não se instaura uma interlocução com esse sujeito, que se torna apenas alvo desse discurso.

De outro lado, atentamos para a recorrência desse ódio ao nordestino no contexto de repercussão de resultados eleitorais. A sequência 2 nos traz uma pista

do retorno dessa hostilização, recuperada pela categoria da memória, pois emerge na linearidade do discurso sob a forma de discurso transverso:

▪ **sd 2** - Esses nordestinos desgraçados são o câncer do país! **E podem me processar se quiserem** (grifo nosso).

Tratar o outro como “desgraçado” e “câncer” do país remete a um pré-construído que emerge como discurso transverso: faz eco aí o que já havia sido discursivizado na década de 30 do séc. XX. Ou seja, toda a caracterização do sujeito nordestino que sustenta o efeito de culpabilização retoma pré-construídos observados no discurso tomado como efeito fundador da discursividade em pauta. O ódio ao nordestino já circula em nossa sociedade há muito e, de tempos em tempos, ressurgem em discursos que retomam esse processo de significação do outro em níveis de intolerância e violência.

Após produzir esse efeito de hostilização aos nordestinos, considerando-os o mal que aflige a nação (câncer), em “E podem me processar se quiserem”, emerge, no nível da formulação, a antecipação de um efeito de sentido já produzido em outras condições de produção na exterioridade da FD. São antecipados efeitos de sentido de reprovação à prática discursiva do sujeito enunciador e aos saberes da FD1.

Pêcheux ensina, em *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*, que todo processo discursivo “supõe, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor, sobre a qual se funda a estratégia do discurso” (2010, p. 83). Trata-se do mecanismo da antecipação, pelo qual podemos observar que

o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) (PÉCHEUX, 2010, p. 81-2).

Por esse mecanismo, o sujeito enunciador (A) antecipa-se ao dizer de seu interlocutor (B), num jogo que se estabelece a partir das imagens, representadas no discurso, do lugar que A atribui a cada um. Dessa forma, a antecipação também nos permite observar o diálogo entre os dizeres mobilizados no processo discursivo em que se inscreve o sujeito A.

Nesse mesmo percurso de compreensão, Orlandi explicita a antecipação como uma estratégia argumentativa. A autora entende que a antecipação discursiva

evidencia que

todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor (ORLANDI, 2013, p. 39).

Trata-se, assim, de um jogo de representações imaginárias, ou seja, é “a maneira como o locutor representa as representações de seus interlocutores e vice-versa” (ORLANDI, 2011, p. 158). Conforme Pêcheux, esse jogo estabelece-se entre formações imaginárias, pois são elas que fornecem as representações, projetadas no discurso, do lugar atribuído a cada interlocutor. O funcionamento desse mecanismo parte de processos discursivos anteriores, sendo determinado pelo atravessamento de já ditos:

as diversas formações resultam, elas mesmas, de processo discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco. [...] supomos que a percepção é sempre atravessada pelo ‘já ouvido’ e o ‘já dito’, através dos quais se constitui a substâncias das formações imaginárias enunciadas” (PÊCHEUX, 2010, p. 85).

Então, para que o sujeito enunciador antecipe efeitos de sentido que imagina que seu interlocutor produzirá é preciso mobilizar já ditos: elementos exteriores recortados do interdiscurso e capazes de sustentar esse jogo de representações imaginárias. Mas essa relação entre o sujeito enunciador e o interdiscurso não é aleatória, é regulada pela FD, de forma que as possibilidades e impossibilidades de retomadas de elementos interdiscursivos são determinadas pelo que pode, deve ou convém ser dito em dada FD. Assim, pelo mecanismo da antecipação o sujeito enunciador traz para o nível da formulação elementos de saber capazes de reforçar seu discurso, como numa estratégia argumentativa de convencimento.

A antecipação põe em movimento já ditos, pois resulta de processos discursivos anteriores, provenientes de outras CP. Na sequência em pauta, esse aspecto pode ser pensando como a emergência de um pré-construído, sob a forma de discurso transversal, na linearidade do discurso sem marca linguística, como retomada de já-ditos, resgatados via memória discursiva.

A relação que a sd 2 estabelece com o interdiscurso, consideradas as CP do discurso da FD1, remete a uma situação discursiva muito semelhante. Na eleição presidencial de 2010, em que Dilma Rousseff concorreu com José Serra, após divulgação do resultado oficial das eleições e confirmação da vitória de Dilma, também houve um movimento de responsabilização de uma parcela da população brasileira - os nordestinos, considerados os principais eleitores da candidata.

Na época, a hostilização aos nordestinos também ocorreu no ambiente virtual. No entanto, o alcance da internet, em 2010, era muito mais restrito do que em 2014. Por isso, teve dimensões muito menores do que a vivenciada na eleição em pauta.

Nesse movimento de ódio ao nordestino, em 2010, o caso que teve maior repercussão foi de uma estudante que postou na rede social *Twitter*, ao manifestar-se sobre a vitória de Dilma, o seguinte:

- "Nordestino não é gente, faça um favor a Sp, mate um nordestino afogado!";
- "AFUNDA BRASIL. Deem direto de voto pros nordestinos e afundem o país de quem trabalha pra sustentar os vagabundos que fazem filho pra ganhar o bolsa 171"<sup>58</sup> <sup>59</sup>.

Em 2012, a estudante foi condenada por incitação à violência e discriminação<sup>60</sup>, estabelecendo-se, na esfera jurídica, a natureza ilícita do discurso de ódio, de forma a impor um limite para a discursivização das relações de oposição.

Retomando nosso *corpus*, na sequência 2, entendemos que o sujeito enunciador antecipa o fato de que seu discurso pode ser entendido como discurso de ódio, como discriminatório, pois promove a intolerância e a violência contra o outro (representado pela figura do nordestino). Com isso, resgata a possibilidade de seu dizer ser questionado judicialmente e punido, tal como aconteceu em 2010.

---

<sup>58</sup> Conferir em:

<<http://exame.abril.com.br/brasil/justica-condena-jovem-que-ofendeu-nordestinos-no-twitter/>>  
<<https://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/05/16/justica-condena-universitaria-por-preconceito-contr-nordestinos-no-twitter.htm>>  
<<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/10/discursos-de-odio-contr-nordestinos-e-eleitores-do-pt-se-espalham-na-internet-4303.html>>  
<<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/brasil/noticia/declaracao-de-estudante-de-direito-paulista-contr-nordestinos-causa-polemica-em-redes-sociais/?cHash=d55513811e63fe37b4fb82b5c4d0c747>>

Acessos em 22 set. 2015.

<sup>59</sup> Mantivemos a grafia original dos enunciados citados.

<sup>60</sup> Nos termos da lei n.º 7.716/89.

A sd 2 remonta, através do mecanismo da antecipação, para o discurso-outro que não aceita um posicionamento intolerante à diferença. Ao trazer o discurso-outro para o intradiscurso produz um efeito de indiferença a esse outro e a seu discurso: “E podem me processar se quiserem” (sd2). Nesse funcionamento, ainda que o outro manifeste sua reprovação ao discurso da FD1, podendo até recorrer a um processo judicial para tanto, isso não será suficiente para calar ou alterar o discurso de ódio dessa rede discursiva. As reações externas são, portanto, irrelevantes para o sujeito enunciador.

Por fim, para encerrar a análise desse primeiro movimento de violência materializado no discurso da FD1, ressaltamos que o sujeito nordestino, significado como alguém de natureza inferior e ruim, passa a ser o culpado pelos problemas da nação, e o principal deles, nessa perspectiva e nessa conjuntura, é ter Dilma como presidenta.

Tratando a democracia da forma como propõe Bobbio, nosso gesto de leitura leva em conta que “regras do jogo, atores e movimentos fazem um todo único. Não se pode separar uma coisa das outras” (2002, p. 81). No entanto, quando alguns sujeitos responsabilizam outros pelo resultado do processo democrático, tratando esse resultado como um dano/prejuízo, não o aceitando, estão contrariando o próprio jogo. Estão desconsiderando as regras democráticas ao não respeitar os movimentos válidos realizados pelos outros jogadores, qual seja: escolher um candidato diferente.

Diante disso, podemos compreender que as rejeições e violências materializadas no discurso da FD1, nesse primeiro movimento de violência, se voltam não apenas para o sujeito nordestino, mas também para o próprio sistema democrático. Dessa perspectiva, a democracia colaboraria para essa situação de destruição do país e da economia (cf. sd 5) e de luto (cf. sd1), porque permitiria que esse sujeito tão inferior e incapaz participasse do jogo democrático (cf. Bobbio) e pudesse decidir os rumos da nação. É a democracia que abre espaço para que um representante de saberes adversos possa governar o país. E, assim, as violências observadas atingem diretamente o sujeito nordestino e, indiretamente, a presidenta Dilma e o próprio sistema democrático.

Esse movimento de culpabilização faz ressurgir a posição expiatória que é atribuída, por alguns brasileiros, aos nordestinos desde o período da migração,

tomado como efeito fundador. Então, se no passado, do efeito expiatório decorria a responsabilização dos nordestinos pelos problemas cotidianos da urbanização; na sociedade contemporânea essa responsabilidade alcança níveis mais amplos, sendo estendida ao não reconhecimento do direito de participar do processo democrático; não sendo reconhecida e aceita a participação desse sujeito no processo de escolha de representantes políticos. Trata-se, em última instância, do não reconhecimento da cidadania plena desses sujeitos, sendo-lhes negados os valores liberdade e igualdade e, por conseguinte, sua dignidade humana. E, assim, o posicionamento político-ideológico de parte da população brasileira (sujeitos inscritos nas práticas discursivas da FD2) não foi considerado como tal, mas sim como um dano para a outra parte da população (sujeitos inscritos nas práticas discursivas da PS1-FD1). O cidadão culpabilizado não foi tratado como livre para assumir a posição político-ideológica que entendesse melhor e, tampouco, igual aos eleitores que assumiram outro posicionamento.

### 3.1.2.2.2 Da punição

O segundo movimento observado no discurso da FD1, no processo de violências contra o outro, é a consolidação de uma punição. Nesse momento, instaura-se um discurso punitivo a partir da culpabilização já consolidada. Ou seja, nesse processo discursivo, está estabelecido que o sujeito nordestino é culpado, é incapaz e prejudicou o Brasil e, em razão disso, deve ser punido.

A punição apresentada nesse discurso é a pior possível: a morte/ o extermínio, conforme podemos observar nas seguintes sequências discursivas (grifos nossos):

- **sd 6** - Desejo do fundo do coração que **sejam tomados pela desnutrição**, que seus **bebês nasçam acéfalos**, que **suas crianças tenham doenças que os médicos cubanos não consigam tratar**, que o **ebola chegue** no Brasil pelo Nordeste e **mate a todos!** Só outra arca de Noé pra dar jeito!
- **sd 7** - **Mata** esses nordestino fdp
- **sd 8** - Se eu encontrar algum nordestino aqui em MG eu **jogo fogo**
- **sd 9** - Se vc é nordestino e votou no Aécio, venha para o Sul, pq já encomendei uma macumba pra **cair um meteoro aí e matar todos numa vez só...** vsf... merda de povo idiota

Todas as punições impostas nesse discurso convergem para o mesmo desfecho: a aniquilação do outro que não partilha das mesmas filiações do sujeito enunciador; que assume posicionamento político-ideológico oposto, que vota diferente e que, por isso, é responsável pela reeleição de Dilma. Não se trata de uma punição qualquer, é a mais extrema e definitiva das punições que existe na humanidade e deve se realizar de modo cruel, como um suplício infligido ao outro.

A morte é uma certeza que acompanha a todos nós, mas nessa situação a morte do outro deve ser antecipada, violenta e consequência da culpa que lhe foi imposta. Há, pois, uma relação de causa e consequência com o primeiro movimento de violência (culpabilização), resgatada pelas condições de produção desse discurso. No caso da sd 9, essa relação causal é explicitada na linearidade do discurso, conforme observamos na seguinte paráfrase: se você votou no Aécio, não merece essa punição, venha para o Sul e salve-se; mas se votou na Dilma deve ser punido.

Observando os modos de realização da punição imposta, temos um efeito de “terceirização” da morte do outro. Em quase todas as sequências, não é o sujeito enunciador que realiza a ação punitiva que busca impor ao sujeito nordestino.

Na sd 6, as punições impostas ao sujeito nordestino não dependem de ações realizadas pelo sujeito do discurso. O mal imposto ao outro são suplícios físicos que se realizam como distúrbios de saúde, ou seja, que doenças aflijam esse sujeito e o levem a morte. Na sd 7, temos “mata”, verbo conjugado na terceira pessoa (do presente do indicativo) ou segunda pessoa do discurso (do imperativo afirmativo). Ou seja, alguém deve matar, não o sujeito enunciador. Já na sd 8, o sujeito do discurso realiza a ação de “jogar fogo” como forma de punição. Trata-se da imposição de um suplício que leva a uma morte dolorosa e, possivelmente, lenta.

Assim, quando o sujeito enunciador é agente, a ação pode não ser capaz de exterminar o outro. Por último, na sd 9, temos “encomendei uma macumba para cair um meteoro aí e matar a todos de uma vez só”: o que mata o outro é queda de um meteoro provocada por uma ‘macumba’. Novamente, não é o sujeito do discurso que realiza diretamente a ação de matar.

Nesse movimento de punição do sujeito nordestino, surge um pré-construído<sup>61</sup> de uma religião de matriz africana, desprestigiada no âmbito dos saberes de uma FD

---

<sup>61</sup> Adiante, abordaremos detalhadamente a noção de pré-construído.

conservadora e de direita. Na linguagem popular, o termo macumba pode referir-se a rituais ou quaisquer manifestações de religiões de matriz africana. Também pode designar manifestações específicas que se realizam como feitiços, sortilégios, magias de modo geral. Porém, normalmente, quando utilizado o termo magia, esse substantivo surge acompanhado pelo modificador 'negra', o qual funciona para impor uma carga altamente negativa a essas manifestações religiosas. Trata-se de uma magia maligna, perniciosa, derivada de religiões desprestigiadas socialmente.

Esse pré-construído funciona aí mobilizando já ditos acerca de um modo negativo de significar as citadas religiões e suas práticas, por isso, quando emergem no discurso, são associadas ao mal, a fazer o mal a outrem. E, assim, podem ser um dos caminhos apontados para a concretização da punição imposta ao sujeito nordestino.

Disso, observamos que a pena de morte imposta ao sujeito nordestino, nesse discurso, é terceirizada, é transferida a outrem ou se cumpre de modo que o sujeito enunciador não realize a ação: que alguém mate, que uma doença mate, que um meteoro mate. O nordestino precisa ser punido, mas não é o sujeito enunciador quem aplicará a punição, a ele cabe o papel de impô-la e instigar a sua concretização. Com isso, é produzido um efeito de distanciamento do sujeito enunciador em relação aos movimentos de violências materializados em seu dizer. O que pode ser compreendido como um modo de minimizar o peso negativo desse discurso, pois, nessa perspectiva, o sujeito enunciador não realiza ações violentas, punitivas ou exterminadoras, ele 'apenas' produz um discurso que estimula esse modo de significar o resultado eleitoral e o sujeito nordestino. Esse é mais um caminho que nos leva a compreender que o discurso da FD1 funciona como um discurso de ódio.

Além disso, esse movimento de punição funciona, no discurso, produzindo efeitos em cascata, tendo destinatários sucessivos. Só é possível observar esse efeito se considerarmos a posição de dizer em que se inscreve o sujeito enunciador e as condições de produção desse discurso. Vejamos esse funcionamento tomando a sequência 7 como exemplo.

Esta sequência repercute o resultado da eleição hostilizando os supostos eleitores da candidata vencedora e instigando sua punição ao clamar pela morte do

sujeito nordestino. Baseia-se numa culpa já estabelecida: nesse processo discursivo já está definido quem é o sujeito responsável, agora a questão é puni-lo.

Ao agredir e buscar punir seus supostos eleitores, os efeitos de sentido produzidos nesse discurso se estendem à Presidenta, que passa a fazer parte dessa cadeia de rejeição e de punição. Então, o ódio (“mata esses nordestinos”) tem duplo destinatário: os eleitores que, com seu voto, reelegeram Dilma, mas também a própria candidata reeleita. Com isso, está em funcionamento um movimento de rejeição, cuja raiz é a não aceitação do resultado eleitoral. Diante desse quadro e considerando as FDs envolvidas nesse conflito, o enunciado em análise pode ser parafraseado na seguinte cadeia de significação:

- Mata esses nordestinos → ‘mata’ esse governo → ‘mata’ essa Presidenta → ‘mata’ tudo que contrarie os saberes da FD1

Discursivamente, essas relações de paráfrase funcionam como numa cadeia de punição dirigida aos saberes antagônicos à FD que regula esse dizer. Assim, o sujeito que ocupa uma posição de dizer oposta e tudo que se desdobra dessa posição é alvo desses efeitos de sentido. Observando esse primeiro efeito, compreendemos que subjaz a esse movimento de punição outra cadeia de sentidos: a de rejeição, a qual produz um efeito de sustentação que permite que a punição possa ser instaurada nesse discurso. Tais efeitos de rejeição podem ser representados, parafrasticamente, da seguinte forma:

- Não aceito esses eleitores → não aceito esse governo eleito por eles → não aceito essa Presidenta eleita por eles → não aceito saberes opostos aos da FD1

Logo, como num movimento de polarização representado pelo par antagônico nós/eles, essa é a Presidenta deles, não é a nossa Presidenta. Nesse panorama maniqueísta o *nós* está no âmbito da FD1 e o *eles* (a quem é dirigido o ódio, a rejeição e a punição) está no âmbito da FD2. Sendo assim, através dessas cadeias de produção de sentido, todos os elementos envolvidos no acontecimento discursivizado (reeleição de Dilma) são abrangidos pela punição imposta. Com isso, observamos as relações de sentido produzidas entre as posições-sujeito e as respectivas FDs analisadas.

Adiante, nossas reflexões voltam-se à sequência 6, pois consideramos que a mesma produz, de modo mais intenso, os efeitos de punição e de ódio ao sujeito nordestino que permeiam todo esse processo discursivo.

▪ **sd 6** - Desejo do fundo do coração que sejam tomados pela desnutrição, que seus bebês nasçam acéfalos, que suas crianças tenham doenças que os médicos cubanos não consigam tratar, que o ebola chegue no Brasil pelo Nordeste e mate a todos! Só outra arca de Noé pra dar jeito!

Esse discurso retoma, do interdiscurso, um forte antagonismo já em circulação em nossa sociedade, dando continuidade a um processo conflituoso de significação do outro. Ao mesmo tempo, o sujeito enunciador, em seu imaginário, apresenta-se como alguém superior, sendo este um dos aspectos que caracteriza o discurso de ódio, conforme explicitado.

No imaginário dos sujeitos inscritos na FD1, os nordestinos são considerados a parcela da população brasileira que representa o baixo nível cultural e social, pessoas que sabotam “o trabalho construtivo, decente e elevado” (FONTES, 2008, p. 73), por isso merecem ser aniquiladas da espécie humana: “Só outra arca de Noé pra dar jeito!” (sd 6).

A menção à narrativa bíblica de Noé remete, interdiscursivamente, ao episódio de destruição do mundo e à salvação de poucos animais, um casal de cada espécie. Os nordestinos, então, não seriam dignos de ser salvos, já que não deveriam sequer existir. Por não merecerem existência, lhes são dirigidos desejos dos mais graves distúrbios de saúde: desnutrição, acefalia, doenças não curáveis, ebola etc. para que, com isso, todos sejam mortos e, enfim, outra Arca de Noé possa solucionar os problemas de nossa sociedade, extirpando os nordestinos da nação brasileira. Nesse funcionamento discursivo, percebemos a emergência do discurso religioso utilizado, paradoxalmente, como argumento para sustentar o ódio ao outro. No caso em análise, há referência a uma possibilidade de salvação da sociedade brasileira, a qual se realizaria com a aniquilação dos nordestinos, uma vez que a salvação em si seria a morte dessa parcela da população brasileira.

Nesse processo, ocorre um atravessamento do discurso religioso, por meio de um pré-construído. Para Pêcheux, conforme formulado por Paul Henry, o pré-construído “designa o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (p. 89, 2009). A

narrativa bíblica de Noé é uma construção anterior, exterior e independente, ou seja, um pré-construído. A menção a Noé traz para o intradiscurso o discurso bíblico e, assim, é possível observar que “esse efeito de pré-construído consistiria numa discrepância pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado “antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, 2009a, p. 142).

No primeiro capítulo desta tese, ao explicarmos a noção de historicidade em AD, explicitamos que a produção de sentido se insere num processo de retomadas, repetições, de modo que as palavras significam porque já significaram. Indursky, ao estudar o regime de repetibilidade que sustenta alguns dizeres, explica que “todo elemento de discurso que é produzido anteriormente em um outro discurso e independentemente é entendido como um pré-construído” (2011, p. 69). Ao recorrer ao interdiscurso, o sujeito traz para o fio do discurso elementos externos. Ou seja, por esse procedimento fica explícita a presença da exterioridade no discurso, pela pré-existência do objeto do pensamento.

Há duas formas de presença da exterioridade no discurso quando pensamos o pré-construído, conforme diferencia Indursky. Há a modalidade do encaixe sintático e do discurso transversal como formas de apropriação do pré-construído, de retomadas, de repetições de já-ditos.

No primeiro processo, os elementos externos que emergem no discurso apresentam marcas sintáticas que traem a presença do outro. O discurso-outro é inserido no intradiscurso e essa inserção é linguisticamente marcada: “para ser aí encaixado, o pré-construído mobiliza uma operação sintática que sinaliza a fronteira entre o que veio de outro lugar, o pré-construído, e o que foi produzido pelo sujeito do discurso” (INDURSKY, 2011, p.69).

Pela modalidade do discurso transversal, o pré-construído emerge no fio do discurso como “retomada de saberes já-ditos em outro discurso, em outro lugar e cujo eco ressoa no discurso do sujeito” (INDURSKY, 2011, p. 69), porém trata-se de uma presença sem marcas linguísticas. Uma presença que pode ser apreendida pela categoria da memória, pois “o discurso-outro entra de viés no discurso do sujeito, tangenciando-o e nele fazendo eco de algo que foi dito em outro lugar” (INDURSKY, 2011, p.70).

No caso em pauta, o discurso religioso irrompe no intradiscurso pela modalidade do discurso transversal e surge deslocado, sofre algumas alterações em

seu processo de significação ao funcionar como uma das bases em que se funda o discurso de ódio dirigido aos nordestinos. Falamos de deslocamentos de sentidos porque esta narrativa bíblica não produz efeitos de ódio, discriminação ou violência. No entanto, quando destacada de seu contexto de produção e inserida num processo discursivo ancorado na polarização entre eu/outro, em que há uma relação hierarquizada entre superior/inferior, a salvação de cada espécie da fauna na narrativa bíblica transforma-se no extermínio de um grupo e na salvação de outro, no discurso da FD1.

Como vimos, o discurso religioso irrompe também na sd 9, em que uma prática de religiões de matriz africana surge no intradiscorso como um meio de efetivar a punição ao outro. Tal perspectiva religiosa é significada como má, perversa, punitiva, produzindo aí um efeito de intolerância religiosa. Em oposição, a narrativa bíblica, se alinha aos saberes do discurso da FD1, sendo significada como positiva, como a única que pode oferecer uma salvação para a situação do Brasil.

De outro lado, observamos que o efeito do discurso fundador, pelo viés do discurso transversal, constantemente atravessa esse discurso em análise, fazendo eco das divergências já existentes, só que agora as mesmas se agudizam a tal ponto de se transformarem em ódio. Ou seja, na origem do conflito entre essas parcelas da população, os sentidos eram produzidos como antagonismo entre paulistanos e nordestinos. No discurso da FD1, os sentidos são produzidos de forma mais intensa, em que o antagonismo inicial se torna ódio ao outro, do que resulta o desejo de aniquilá-lo.

Os efeitos de sentido do discurso que marca o início do conflito em questão, voltam a trabalhar, atualizando-se e produzindo efeitos em relação ao processo democrático e à atuação dos nordestinos na sociedade brasileira do século XXI: novos problemas sociais, condições de produção diferentes, mas o velho dizer/preconceito ressurgem de maneira intensa, produzindo uma nova culpabilização e punição dos nordestinos.

Outro aspecto que acirra o antagonismo e o ódio materializados nesse discurso, reiterando a rejeição à Dilma, a suas políticas de governo e ao próprio governo, é observado no seguinte trecho:

▪ **sd 6** - “[...] que suas crianças tenham doenças que **os médicos cubanos não consigam tratar**” (grifo nosso)

Este é mais um ponto de embate entre a FD anti-Dilma (FD1) e a FD pró-Dilma (FD2). Médicos cubanos foram trazidos para o Brasil no governo Dilma, a partir de 2013, através do programa *Mais Médicos*, para suprir a falta de profissionais em municípios do interior e em periferias<sup>62</sup>. Tal iniciativa do governo foi mal recebida por parte da população, da grande mídia, de alguns órgãos de classe de profissionais da área da saúde. Houve um forte movimento de boicote aos profissionais cubanos por parte de profissionais brasileiros. Instaurou-se, assim, uma polêmica em torno da presença de médicos cubanos no país. E, nesse contexto, a aceitação ou não do programa governamental e desses médicos foi significada atrelada à aceitação ou não do próprio governo Dilma.

Nessas condições de produção, da perspectiva do discurso da FD1, os médicos cubanos são fruto de uma política do governo Dilma, um governo ruim que fracassou e, assim como o governo e a Presidenta seriam ruins e fracassados, os 'seus' médicos cubanos também o seriam. Outro fator implicado nesse processo de significação é a aversão a posições políticas-ideológicas de orientação socialista, tal como a do regime vigente em Cuba. Faz eco nesse discurso a não aceitação de posições antagônicas, bem como a homogeneização do diferente, pois para o discurso da FD1 o governo de Dilma é igual ao governo cubano, sendo, por vezes, tratado como uma extensão de Cuba, conforme veremos na análise das sequências 11 e 12.

Além disso, no funcionamento maniqueísta observado no discurso desta posição de dizer, o sujeito que se opõe aos sabres da FD1 inscreve-se no domínio de saber da FD adversa: portanto, apoia as medidas do governo Dilma. Se as apoia, deve ser tratado apenas pelos médicos cubanos. Se tais médicos são tão ruins quanto o governo, o sujeito que deve ser tratado por esses médicos está fadado à morte. E, na expectativa de que essa cadeia de significação se cumpra, a morte do outro é desejada, esperada e significada como algo positivo para o sujeito enunciador da FD1.

Nessa mesma direção funciona a menção do vírus do ebola, ou seja, expõe essa cadeia de significação do outro e da relação com a diferença como uma relação de ódio:

---

<sup>62</sup> Conferir em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2013/08/mais-medicos-divulgada-a-lista-de-participantes>>; <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Mais\\_M%C3%A9dicos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mais_M%C3%A9dicos)> .

▪ **sd 6** - “[...] que o ebola chegue no Brasil pelo Nordeste e mate a todos!”

No fim de 2013, iniciou um surto de ebola na África<sup>63</sup>. O vírus se espalhou por vários países e tornou-se uma das mais graves epidemias já registradas. Junto com o vírus, o medo se alastrou pelo mundo. No discurso em pauta, são expostos vários fatores de aniquilação do outro, funcionando como numa cadeia sucessiva: se o primeiro não der certo, o segundo dará e assim sucessivamente até que o objetivo seja alcançado – a aniquilação do outro. O ebola surge como a última alternativa: se nada der certo para extinguir os nordestinos do Brasil, o ebola matará a todos.

Diante disso, observamos que, em seus efeitos de sentido, o discurso em pauta movimenta-se numa direção oposta às regras do jogo democrático: não as respeita, não as aceita como válidas, ignorando que é, necessariamente, a partir dessas regras que o processo democrático se concretiza. Sem essas regras, o jogo torna-se outro, qualquer outro que não o democrático.

O ódio dirigido a um grupo de eleitores revela um desejo de aniquilar o outro que pensa diferente, que vota diferente; um outro que, por divergir da FD1 (anti-Dilma) e votar na candidata adversária, não merece ser livre e igual e, em razão disso, influir no processo democrático e poder colaborar para decidir os rumos sociais e políticos da nação. É um ódio que se dirige ao nordestino como uma espécie nociva, por isso, na perspectiva do discurso da FD1, as crianças nordestinas devem fenecer, para que todo grupo feneça. Aqui, podemos observar o atravessamento do discurso xenófobo<sup>64</sup>, produzindo um efeito de exclusão. Pela segregação do país em dois grupos antagônicos, produz-se a exclusão dos nordestinos do jogo democrático: sua participação e sua inclusão no grupo dos brasileiros não é, por eles, aceita.

### **3.1.2.2.3 Da imposição de uma solução para o conflito**

O desfecho do processo de violências em análise é observado a partir de sequências que materializam a imposição de uma solução para o antagonismo

---

<sup>63</sup> Conferir em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Surto\\_de\\_%C3%A9bola\\_na\\_%C3%81frica\\_Ocidental](https://pt.wikipedia.org/wiki/Surto_de_%C3%A9bola_na_%C3%81frica_Ocidental)> <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/08/numero-de-casos-de-ebola>>.

<sup>64</sup> Xenófobo é “que ou quem manifesta aversão aos estrangeiros, ou à cultura estrangeira” (Houaiss, 2001). Podemos entender que é a aversão à diferença em geral, à cultura diferente.

discursivizado. Representam esse movimento, no discurso da FD1, as três últimas sequências que compõem nosso *corpus*: sd 10, sd 11 e sd 12. Vejamos a primeira:

▪ **sd 10** - O negócio é dividir o Brasil em 2... Dilma para o norte, nordeste e centro oeste...e Aécio para Sul e Sudeste... seria muito justo ... cada um ter o presidente que merece

Após culpabilizar e punir os nordestinos, surge a solução para a situação do Brasil, uma vez que o conflito em si já não pode mais ser solucionado, posto que o sujeito nordestino é significado, nesse domínio de saber, como “caso perdido”. Já foi declarado culpado, já foi punido, mas isso não é o suficiente. Para o sujeito enunciador, o nordestino não tem possibilidade de redenção, porque sua caracterização negativa é sua própria condição de existência, não mudará. É dizer, nesse discurso, o nordestino vai ser sempre burro, maldito, câncer, idiota; vai ser sempre o sujeito responsável pela destruição do país. Então, nesse processo de significação do nordestino, o único meio de evitar que ele continue causando prejuízos à nação é dividir o Brasil e os brasileiros. O único meio de evitar que o funcionamento democrático prejudique a FD1, é excluir o outro, é instaurar uma democracia apenas para os saberes dessa rede discursiva, banindo as diferenças.

Essa divisão dos brasileiros em dois grupos antagônicos corresponde à divisão entre sujeitos que se filiam aos saberes da FD1 (anti-Dilma) e os que se filiam à FD2 (pró-Dilma): “Dilma para o norte, nordeste e centro oeste...e Aécio para Sul e Sudeste”. Cada rede discursiva com seu presidente, com sua democracia. O conflito polariza a população brasileira conforme a aceitação ou não do resultado eleitoral e a solução mantém a polarização, mas suspende o conflito, pois suspende o contato entre os grupos.

Esse mesmo modo de significar o conflito, apontando uma solução para a situação brasileira, também foi materializado em imagens do mapa político do Brasil. Mas são mapas redefinidos ou redesenhados de acordo com os saberes dessa FD. Os efeitos de sentido são produzidos na mesma direção que observamos até aqui nesse processo discursivo. Ou seja, tais materialidades põem em movimento efeitos de segregação/separação dos brasileiros, seguindo a dicotomia nós/eles<sup>65</sup>. Eis os mapas:

---

<sup>65</sup> Essa dicotomia pode ser representada, no âmbito das práticas discursivas da FD1, como eu/outro, sulistas/nordestinos, superior/inferior, conforme observamos em nossas análises.

Sd 11





para aqueles que se inserem na mesma rede discursiva desse sujeito. Para esse outro corresponde um outro espaço: Nova Cuba, enquanto o sujeito do discurso permaneceria no Brasil (cf. sd 11). Um Brasil demarcado de modo a incluir em seus limites apenas os sujeitos inscritos na FD1. Assim, a não igualdade é revelada pela forma como o outro é tratado: um outro povo a quem corresponderia outra nação.

Ainda na sd 11, os nordestinos<sup>66</sup>, a parcela dos não iguais, deixariam de ser considerados brasileiros e passariam a ser denominados como ‘novos cubanos’. Cada parcela é identificada, ainda, com uma cor, a qual remete ao candidato que corresponde a cada povo: vermelho, de Dilma Rousseff, para os nordestinos, e azul, de Aécio Neves, para os sulistas.

A associação de cada grupo a uma dessas cores – vermelho para o âmbito da discursividade da FD2 e azul para a da FD1 – provém de já-ditos, de sentidos que habitam o interdiscurso. O vermelho faz ressoar dois outros discursos, pois remete ao vermelho do PT, partido da Presidenta Dilma, e ao vermelho símbolo do ideário comunista, considerado ainda vigente em Cuba. Com isso, é intensificada a relação dos saberes da FD2 com Cuba, daí surge a denominação de ‘Nova Cuba’ para o espaço geográfico que deveria concentrar apenas os sujeitos inscritos no seu domínio de saber. Sendo assim, ao colorir o espaço que caberia aos sujeitos filiados à FD2 com a cor vermelha, o sujeito enunciador significa essa rede discursiva nessa direção: como saberes de ordem comunista, de orientação política-ideológica de esquerda. E este é um dos motivos para o antagonismo, pois aí também está em jogo a questão econômica e a eterna luta de classes no sistema capitalista.

Já o azul faz ressoar a cor símbolo do partido de Aécio Neves, PSDB, sendo uma das cores mais utilizadas em sua campanha de *marketing* eleitoral em 2014. Mas, além disso, considerando que nessa materialidade é discursivizada a relação antagônica entre as duas FDs em pauta, ao colorir o espaço que caberia aos sujeitos filiados à FD1 com a cor azul, o sujeito enunciador desse discurso significa essa rede discursiva numa direção oposta à FD2. Ou seja, se o vermelho é associado à saberes de orientação socialista, o azul seria regulado por saberes de ordem capitalista e de orientação política-ideológica de direita.

---

<sup>66</sup> Reiteramos que o termo nordestino é aqui considerado de forma ampla, tal como explicado na página 92 desta tese. Trata-se do outro, do sujeito que não se inscreve no mesmo domínio de saber do sujeito enunciador da PS1-FD1.

Essas relações que os discursos estabelecem com a exterioridade são recuperadas pela categoria da memória discursiva: funcionam como retomadas de dizeres interdiscursivos sem deixar marcas linguísticas. Os sentidos que as referidas cores carregam são pré-construídos que emergem no discurso em análise.

Precisamos ressaltar que, em nossas análises, não consideramos a dicotomia nós/eles em termos geográficos (sulistas/nordestinos), tal como apresentada no discurso da FD1 e representada nos mapas em pauta. Por vezes, utilizamos os termos sulistas e nordestinos, mas a partir de alguns deslocamentos. Já explicamos em que direção entendemos o termo nordestino: o outro, a diferença que não é aceita. O termo sulista também é compreendido de forma ampla: é o *eu* (sujeito enunciador do discurso da FD1, em sua posição-sujeito 1) que se opõe ao *outro* (sujeito inscrito na FD2), não aceitando a diferença, sobretudo em relação ao posicionamento político-ideológico desse outro. Essa dicotomia pode ser pensada como *eu/outro* ou *nós/eles* ou *sulistas/nordestinos*. Mas, ressaltamos, quando pensada em termos discursivos, representa, de um lado, os sujeitos inscritos em práticas discursivas da FD1 e, de outro, os sujeitos inscritos em práticas discursivas da FD2.

Retomando os mapas em análise, temos que, na sequência 11, é representada uma terceira parcela de brasileiros, inferior à parcela dos não iguais (nordestinos), pois merece ser destruída. São os mineiros. Assim como os nordestinos, os mineiros são separados do “Brasil” porque boa parte deles assumiu uma posição político-ideológica divergente em relação aos saberes da FD1 e, também, pelo fato de ter sido a única parcela da população brasileira já governada pelo candidato Aécio Neves e que, mesmo assim, em sua maioria, rejeitou a possibilidade de ser governada novamente por esse candidato. Com isso, os mineiros fortaleceram a candidata vencedora, colaborando para sua vitória e enfraquecendo o candidato Aécio por ter sido rejeitado ‘em casa’. Na perspectiva desse discurso e conforme representado na sd 11, os mineiros opõem-se aos saberes da FD1 por esses dois motivos e merecem mais do que a segregação: precisam ser aniquilados do mapa do Brasil – “implodir e construir um lago” (sd 11). Com isso, em nosso ponto de vista, o discurso de ódio desta posição-sujeito atinge seu ápice.

É nessa direção de sentido que as relações de antagonismo são discursivizadas no processo discursivo da FD1, em sua posição-sujeito 1. A diferença, a divergência surge como algo inconciliável, incompatível com a (con)vivência coletiva, de forma que o outro é o indesejável, não podendo, nessa perspectiva, ocupar os mesmos espaços que o sujeito filiado aos saberes da FD1.

Na sequência 12, também é representada uma proposta de divisão do Brasil, mas não em duas nações diferentes. Aqui, tal como na sd 11, são representadas as parcelas dos iguais (sulistas/sujeitos filiados à FD1) e dos não iguais (nordestinos/sujeitos filiados à FD2), entretanto, a divisão proposta como solução para o antagonismo vivenciado consiste na construção de um muro: “MURO JÁ” (sd 12).

Esse enunciado, assim como as cores azul e vermelho, faz ressoar já-ditos, como pré-construídos provenientes do interdiscurso. Na história política brasileira, o advérbio *já* remete, dentre outros, a dizeres como ‘diretas já’<sup>67</sup>, ‘*impeachment* já’<sup>68</sup>. Surge associado a eventos em que a população brasileira se mobilizou massivamente para reivindicar seus direitos em momentos políticos conturbados (ditadura militar e investigações de corrupção na cúpula do Poder Executivo em 1992). Está marcado, ainda, pelo êxito das reivindicações ancoradas em tais bordões, sugerindo veracidade e legitimidade a esses movimentos, ou seja, envolvendo o advérbio *já* em um processo de significação positivo em nossa história política.

No contexto da sd em análise, esse advérbio forma um novo bordão: “muro já”. Entendemos que o pré-construído emerge aí pela modalidade do encaixe sintático, pelo uso do mesmo advérbio para formar um novo bordão.

O termo muro também remonta a já-ditos, também faz ressoar outros dizeres no intradiscurso, apreendidos pela categoria da memória discursiva. A ideia de muro como instrumento para separar polos de um mesmo conjunto ou de conjuntos diferentes remete ao Muro de Berlim, no período da Guerra Fria, e, também, ao muro que separa Estados Unidos e México contemporaneamente.

---

<sup>67</sup> O movimento das “*diretas já*” ocorreu em 1983 e 1984, no fim do período da ditadura militar brasileira, consistiu na reivindicação por eleições presidenciais diretas.

<sup>68</sup> *Impeachment já* foi um bordão utilizado, em 1992, em protestos dos ‘*caras pintadas*’ contra o então Presidente Fernando Collor de Melo.

O muro, no caso em pauta, impede o estabelecimento de laços entre sujeitos, dá existência física à fronteira, materializando-a como uma barreira e não um local de trocas, fluxos, misturas. Torna-se um impedimento à passagem, é um símbolo de separação, de exclusão, de banimento. Com o muro, o indesejável é banido, é impedido de transgredir a fronteira que demarca os limites entre nós/eles, ou entre sujeitos inscritos na FD1 e sujeitos inscritos na FD2.

O outro enunciado que compõe a sd 12 reforça essa proposta de separação, declarando que a cada polo da relação antagônica discursivizada cabe o seu governo: “Vamos respeitar os eleitores do PT e mandar a Dilma só pra eles”. Aliado ao enunciado anterior (“muro já”), temos que o muro determinaria o espaço que caberia a cada grupo e cada grupo teria o governo que escolheu.

Nesse discurso, separar o Brasil entre eleitores de Dilma e eleitores de Aécio enfatiza a carga negativa que é dada à primeira e a carga positiva dada ao segundo e às respectivas FDs. Ou seja, aqui trabalham efeitos de sentido, já observados, que, do ponto de vista do sujeito enunciativo, associam todos os problemas da nação à Dilma e ao seu governo. Com essa separação, Dilma seria Presidenta ‘só pra eles’, só deles; Aécio seria Presidente ‘só pra nós’. E o desfecho deveria ser cada um ter o governo que escolheu.

Novamente, subjaz a esse dizer o efeito de homogeneização dos grupos em embate. E, por isso, a solução, do ponto de vista do sujeito desse discurso, seria separar o povo que progride e quer ser governado por Aécio Neves, do povo que atrasa o desenvolvimento brasileiro e quer ser governado por Dilma Rousseff.

Por último, quanto a essa sequência, ressaltamos que estamos considerando que as cinco cores do mapa funcionam para diferenciar as cinco regiões brasileiras. Não produzem os mesmos efeitos de sentido como as cores no mapa da sd 11.

Nos dois mapas a divisão proposta para o Brasil é a mesma: Aécio para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e Dilma para as regiões Norte e Nordeste. O tratamento homogeneizante dispensado aos elementos que compõem a dicotomia em que se baseia (nós/eles, sulistas/nordestinos) também é o mesmo. Nesse discurso, os nordestinos são tratados, pelos sujeitos inscritos na FD1, de forma uniformizante, como se todos os brasileiros oriundos dessa região partilhassem as mesmas filiações. Como se todos assumissem a mesma posição político-ideológica e a mesma posição de dizer. Funcionando como uma via de mão dupla ou como a

outra face da mesma moeda, os sulistas também são considerados de maneira homogênea: como se todos os brasileiros que vivem nessa região partilhassem a mesma rede de filiações. Como se todos votassem igual.

Observamos, com isso, que a FD1, em sua posição-sujeito 1, imaginariamente não aceita a heterogeneidade de sua FD, tampouco aceita a heterogeneidade da FD que lhe é antagônica, por isso homogeneiza as duas. Ignora-se, então, a natureza heterogênea de toda FD, que abriga diferentes posições-sujeito, e, também, a heterogeneidade de toda posição-sujeito, conforme formulado por Cazarin (2004).

O maniqueísmo que subjaz ao discurso em análise funda-se na ilusão da homogeneidade, na desconsideração das diferenças internas e externas. Por isso, cada grupo, representado no mapa da sd 11, surge pintado com uma única cor, ignorando as possíveis nuances de azul e de vermelho em cada um, ou mesmo os tons avermelhados que podem conviver em meio ao universo dos saberes da FD1 (representado pela cor azul). E, do mesmo modo, ignora os tons azulados que podem estar presentes no universo dos saberes da FD2 (representado pela cor vermelha).

Assim, o efeito de homogeneização presente no discurso da FD1 é intensificado quando da representação imagética de seus saberes. Quando esse discurso é materializado sob a forma de mapas políticos do Brasil, a homogeneização dos grupos em embate nessas práticas discursivas assume ares separatistas muito fortes, pois é demarcado visualmente o espaço que, do ponto de vista dos saberes da FD1, deve corresponder a cada grupo.

O modo pelo qual a dicotomia em análise é significada, no âmbito do discurso da FD1, aponta para um desfecho extremo: a única solução para esse embate é separar o Brasil em dois, pois as forças antagônicas em confronto não são passíveis de ser conciliadas. Separar é, portanto, o último degrau na escala de violências contra o outro materializada no discurso da FD1.

Como último passo em nosso gesto analítico, observamos um excesso discursivo que perpassa todo o discurso de ódio produzido no âmbito da FD1.

Entendemos o termo excesso tal como propõe Ernst (2009) - como princípio geral que orienta a criação do gesto de interpretação frente aos propósitos de análise. Para a autora, o excesso funciona como “estratégia discursiva que se

caracteriza por aquilo que está demasiadamente presente no discurso” (2009, p. 4). Tal categoria de análise opera nos níveis intradiscursivo e interdiscursivo. Ou seja, podemos observar o excesso na linearidade do discurso por meio do uso de incisivas, de intensificadores ou pelas repetições de palavras ou expressões e orações<sup>69</sup>. E, também, podemos pensar o excesso no plano interdiscursivo como “reiteração incessante de determinados saberes interdiscursivos que tomam formas diferentes no intradiscursivo, mas mantêm os mesmos pressupostos ideológicos” (ERNST, 2009, p. 4). Em essência, o mote do excesso discursivo é a repetibilidade, uma vez que essa estratégia busca “estabelecer provavelmente a relevância de saberes de uma determinada formação discursiva através da repetição” (ERNST, 2009, p. 4).

Em nosso *corpus* observamos o excesso operando no nível interdiscursivo. O discurso de ódio aos nordestinos da FD1 é saturado de certos saberes, pois insiste na repetição de efeitos de não aceitação do outro, os quais já circulam em nossa sociedade desde a década de 1930. O discurso analisado retoma esses saberes e (re)atualiza-os, significando o nordestino como se fosse um outro que, além de ser inferior e responsável pelos males do país, não deve sequer participar da vida política da nação. Esse excesso que perpassa todo o discurso de ódio produzido no contexto de repercussão do resultado eleitoral de 2014 funciona como uma estratégia para legitimar os saberes intolerantes ao outro e instigar a ampliação de seu alcance; bem como para insistir na dominância dos saberes da FD em que se inscreve o sujeito enunciador.

Passemos, agora, a observar como funciona o discurso de resistência aos saberes da FD1.

### **3.2 Do discurso da FD2**

A repercussão negativa do resultado eleitoral e a rejeição à Dilma e a seus eleitores, observadas no âmbito do discurso da FD1, fez surgir um movimento de resistência. Nesse contexto, surgem as práticas discursivas da FD2, como uma reação, uma resposta que busca fazer frente ao discurso da FD1, procurando desqualificá-lo. Dessa forma, a compreensão do discurso da FD2 pressupõe o

---

<sup>69</sup> Conforme exemplos citados pela autora (ERNST, 2009, p. 4).

conhecimento dos saberes da FD1, sobretudo, da posição-sujeito 1, conforme observamos em nossas análises.

Para AD, a noção de resistência é pensada no contexto das relações de dominação ideológica, que encontram na língua um dos espaços de manifestação e materialização. Pêcheux, ao tratar dos rituais de dominação, faz um retorno aos pontos de resistência e de revolta aí implicados, explicitando certos meios de resistência através da língua:

As resistências: não entender ou entender errado; não 'escutar' as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de moco errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; **mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases**; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... **E assim começar a despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação**, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior de sem-sentido (1990, p. 17, grifos nossos).

A resistência no/pelo discurso configura-se como a instauração de movimentos discursivos contrários aos sentidos dominantes. Movimentos de ruptura, de desregularização, de contraidentificação, de desidentificação, movimentos que tomam os sentidos vigentes e os fazem funcionar a partir do eixo polissêmico da linguagem, retirando-os do âmbito da reprodução do discurso da dominação.

É com base nessa noção de resistência que tomamos a discursividade da FD2 como produtora de um contradiscurso que promove movimentos de resistência em relação ao processo de rejeição e de destituição de Dilma Rousseff. Pois, ao constituir-se como resposta aos efeitos de rejeição e de destituição instaurados no/pelo discurso antagônico, o discurso da FD2 realiza movimentos de desregularização em relação aos efeitos citados, buscando desconstruir o discurso-outro. E, assim, observamos o confronto de sentidos, de redes discursivas, de posições de dizer em jogo nesse processo de simbolização de relações de força.

Assim como observamos uma posição-sujeito 1 no domínio de saber da FD1<sup>70</sup>, adotamos o mesmo procedimento em relação ao domínio de saber da FD2: nos detemos na análise de práticas discursivas que procuram responder de modo mais firme ao discurso contrário, representando um movimento de não aceitação do

---

<sup>70</sup> Relembramos ao leitor que a PS1-FD1 é entendida como representativa da forma mais intensa de realização do movimento de rejeição no domínio de saber da FD1, considerando as CP desse discurso.

discurso da PS1-FD1. Então, de um lado, observamos o movimento de rejeição e, de outro, a resistência a essa rejeição.

Na discursividade em pauta, neste subtítulo, entendemos que há um modo específico de funcionamento para a interlocução instaurada com o discurso que lhe é antagônico. Observamos, em todas as sequências que compõem nosso *corpus*, um movimento de refutação aos saberes da FD1 e em algumas há um acirramento dessa refutação (como um discurso de ataque), por isso esses saberes forjam-se como um contradiscurso, de resistência, em relação aos saberes da FD oposta. Um tom agressivo permeia todo esse funcionamento, observável a partir de certas marcas linguísticas, conforme explicitaremos.

Para melhor compreender o discurso da FD2 organizamos nossa análise em dois pontos centrais. No primeiro, analisamos esse discurso como refutação ao discurso-outro. E, em seguida, nos detemos na análise da heterogeneidade mostrada no fio do discurso da FD2. Para tanto, nos deteremos nas sequências discursivas que seguem, as quais, no decorrer do processo de análise, serão metodologicamente retomadas.

- **sd 13** - Seus bunda, não tem vencedores e perdedores! Teu time é o Brasil! Se não tem o técnico que tu queria tu para de torcer?
- **sd 14** - Vendo os eleitores do Aecinho xingando nordestino e grato por esse tipo de pensamento não governar o país. THE CHORO IS FREE
- **sd 15** - Lógica coxinha: denegrir os nordestinos é liberdade de expressão. Dizer que o eleitorado de são paulo é burro: fascismo nazista petralha
- **sd 16** - Sozinha Dilma venceu Aécio, Marina, família do Eduardo Campos, Veja, Globo e toda imprensa brasileira. 51% q valeu por 100%!
- **sd 17** - Gente fina é outra coisa: Aécio vence em Miami e Israel; Dilma triunfa na Palestina e em Cuba (as pessoas repetindo/replicando uma manchete)
- **sd 18** - Que belo pensamento! Parabéns! Democracia pra que né?! Palmas!
- **sd 19** - A vontade do povo é soberana e o voto dos nordestinos, mineiros e cariocas não vale menos que dos sulistas.
- **sd 20** - Aqui em casa é assim: um filho aécio uma filha dilma. opiniões liberadas, palavrões interditados.

## ▪ sd 21



### 3.2.1 Do funcionamento da negação no discurso da FD2

Neste primeiro momento, nos deteremos na análise do funcionamento da refutação ao discurso-outro, pois a consideramos complexa neste contexto de produção e em relação aos objetivos traçados para essa tese: pensar a vivência democrática brasileira, destacando, especialmente, os valores liberdade e igualdade em sua circulação social.

A partir de um olhar inicial e considerando a análise do discurso da FD1, observamos que o discurso da FD2 se estabelece como um contradiscurso em relação à FD1, buscando desconstruir os efeitos de sentido que sustentam os saberes que lhe são antagônicos. Assim, a relação de interlocução entre esses discursos é determinante para a compreensão do discurso da FD2. É dizer, para compreender o que é objeto de refutação, de discordância, de desconstrução no processo discursivo da FD2, é imprescindível conhecer o que circulou no discurso da FD antagônica.

Estamos tratando do funcionamento da refutação para pensar as formas a partir das quais esse procedimento de desconstrução se materializa no discurso da FD2. Vejamos tal funcionamento em nossas sequências discursivas.

▪ **sd 13** - Seus bunda, não tem vencedores e perdedores! Teu time é o Brasil! Se não tem o técnico que tu queria tu para de torcer?

Esse dizer, em suas condições de produção, é entendido como uma resposta ao discurso da FD1 – a dizeres como: “LUTO!!! NORDESTINOS FDP !!! POVO BURRO QUE NÃO SABE ANALISA[r] ESSA MERDA DE DILMA FDP” (sd1). O interlocutor aí marcado (“seus bunda”, “teu time”, “tu queria”, “tu para”) funciona como uma generalização direcionando esse dizer para todos que ocupam uma posição-sujeito que significa o resultado eleitoral em termos de vencedores/perdedores e promovem os movimentos de violências analisados. Com isso, observamos marcas linguísticas da interlocução entre os discursos (e as posições-sujeito) em análise.

Nesta sequência, observamos que o discurso da FD2 põe em funcionamento o que propõe o princípio da maioria (cf. tratado no primeiro capítulo). Alerta que uma vez tomada a decisão, a escolha passa a representar todo o corpo social, a escolha não tem o condão de excluir aqueles que se opuseram a ela antes de sua consolidação. Ou seja, todos deveriam continuar participando do jogo democrático, não há uma parcela vencedora, apta a permanecer no jogo, e outra perdedora, sem possibilidade de continuar jogando.

Esse dizer traz o universo do futebol para, a partir dele, ressaltar a importância do respeito às regras do jogo democrático. E, com isso, valorizar os saberes da FD que regula essa posição de dizer, repetindo a necessidade de aceitação do resultado eleitoral e das diferenças de posicionamento político-ideológico.

Essa relação estreita com o futebol é uma das marcas de nossa sociedade. Para DaMatta (1994), antropólogo estudioso do ‘dilema brasileiro’, o futebol

no Brasil, transformou-se no primeiro **professor de democracia e de igualdade**. Pois não foi através do nosso Parlamento que o povo aprendeu a respeitar as leis, mas **assistindo a jogos de futebol, esses eventos onde o vitorioso não tem o direito de ser um ditador, e o perdedor, vale repetir, não deve ser humilhado** (1994, p. 12, grifos nossos).

Assim, retomar o futebol como um espaço em que as regras são cumpridas e o respeito ao outro são indispensáveis põe em funcionamento os saberes da FD2 na busca da desconstrução dos preconceitos e ódios postos em movimento no discurso da FD1.

Além desse efeito de valorização da democracia e da diferença, também funciona aí a valorização de um sentimento de pertencimento a um todo, opondo o

efeito de polarização produzido no discurso da FD1. O futebol é, pois, um jogo coletivo (assim como a democracia), promove a ideia de equipe, de grupo, de união de uma certa coletividade, criando elos que consolidam um sentimento de pertencimento a esse grupo, de forma que as individualidades se juntam para fazer funcionar o coletivo.

Esses sentidos que o universo do futebol põe em movimento proporcionam, segundo DaMatta, “uma potente lição de democracia” (1994, p. 17), afirmando diferentes valores sociais indispensáveis ao convívio coletivo, entre eles o igualitarismo, promovendo em nossa sociedade hierarquizada/hierarquizante, altamente dividida internamente, “a experiência da igualdade e da justiça social” (1994, p. 17).

Resgatar o universo do futebol para tratar de assuntos políticos, democráticos, faz trabalhar todas essas ideias de igualitarismo, de universalismos das regras do jogo, de espírito esportivo (o que retoma a ideia de saber vencer e saber perder, sem afetar a honra ou a imagem pessoal dos envolvidos no jogo), de pertencimento a uma mesma equipe/grupo. Em geral, é por este caminho que esse discurso busca desconstruir os efeitos de sentido postos em movimento no discurso adverso. E, assim, trabalham (e funcionam) as relações de oposição entre as FDs em pauta e entre os efeitos de sentido produzidos no âmbito de cada uma.

Seguindo nesse caminho de oposição e refutação do discurso-outro, temos as sd 14 e 15, a partir das quais podemos observar uma forma agressiva de promover esses movimentos no processo discursivo a FD2. Vejamos:

- **sd 14** - Vendo os eleitores do Aecinho xingando nordestino e grato por esse tipo de pensamento não governar o país. THE CHORO IS FREE
- **sd 15** - Lógica coxinha: denegrir os nordestinos é liberdade de expressão. Dizer que o eleitorado de são paulo é burro: fascismo nazista petralha

Essas sequências rechaçam o discurso da FD1, apontando, da perspectiva da FD2, uma incoerência central no discurso adverso: o desrespeito às regras do jogo democrático, a incongruência de pressupor uma diferença entre os jogadores que contraria a essência o jogo<sup>71</sup>. Esse discurso pressupõe que certo grupo de

---

<sup>71</sup> Lembramos ao leitor que estamos partindo da metáfora de Bobbio apresentada no capítulo 1, em que o autor faz uma analogia aproximando a democracia a um jogo, para assim explicar o funcionamento desse regime.

jogadores não pode escolher livremente os seus movimentos, as suas posições, ou seja, não pode jogar. Daí decorre o efeito de exclusão em relação ao processo democrático.

Na sequência 14, a resposta oferecida à FD1 põe em causa o desrespeito ao jogador pelo simples fato de ter realizado a sua jogada (votar). O nordestino, um jogador habilitado pelas regras, é hostilizado pelo simples fato de ter votado diferente dos sujeitos filiados à FD1: “Vendo os eleitores do Aecinho xingando nordestino e grato por esse tipo de pensamento não governar o país. THE CHORO IS FREE”. Ao ressaltar essas incoerências, é exposta uma satisfação por essa forma de viver o jogo democrático não prevalecer, “não governar o país”. Com isso, é evidenciada a necessidade de respeito ao jogo democrático, a suas regras e aos jogadores.

Contudo, por trás desse dizer aparentemente “bem humorado” e tranquilo, há um funcionamento discursivo calcado na agressividade, na troca de ofensas. Inicialmente, observamos o uso do diminutivo para referir o candidato Aécio Neves. Nesse contexto de produção, funciona como uma forma de menosprezo e ridicularização do outro: do candidato, dos sujeitos inscritos na FD1 e da própria FD1.

O diminutivo, em nossa língua, tem uma carga negativa muito forte quando usado num contexto de confronto e, normalmente, surge associado à ironia, como é o caso dessa sequência, em que a aparente gratidão por esse pensamento não governar o país funciona como um desdém em razão da derrota eleitoral. Funciona como um ataque do vencedor ao perdedor, uma forma de comemorar a derrota do outro.

Para estas reflexões a ironia não é tomada em sua acepção retórica, como uma figura de pensamento. Para estas análises, partimos de uma perspectiva discursiva. Amparando-nos nas considerações de Orlandi (2012c), entendemos a ironia como um tipo de discurso que produz uma dissonância, uma ruptura com sentidos em circulação: “a ironia desloca processos de significação já instalados” (2012c, p. 38). Trata-se de um modo específico de funcionamento que joga com o mesmo (sentidos já instalados) para produzir uma oposição e, com isso, apontar para outros sentidos. Ou seja, esse discurso funciona produzindo uma tensão entre os eixos parafrástico e polissêmico: “a ironia afirma o diferente (a polissemia) jogando sobre o mesmo (a paráfrase) e vice versa” (2012c, p. 39).

Sendo assim, nesse processo de produção de sentido o mesmo e o diferente

são postos em paralelo, são comparados para que seja instaurada a dissonância, pois “a ironia, ao se constituir, estabelece um conflito, ou pelo menos um paralelo, um mecanismo de comparação, com um modelo” (2012c, p. 31). Para realizar esse movimento, a ironia toma com alvo “aquilo a que ela faz eco. [...] O eco não é, pois, mera repetição. É, sobretudo, diferença, discordância, dissonância” (2012c, p. 32).

Nesse ponto, observamos a heterogeneidade que subjaz ao funcionamento da ironia. O discurso-outro é, necessariamente, mobilizado, senão esse jogo entre o mesmo e o diferente não se instaura. No entanto, nem sempre a presença do outro vem marcada na linearidade do discurso, sendo recuperada pela categoria da memória discursiva.

No caso das práticas discursivas em análise, a ironia presente no discurso da FD2 promove esse jogo entre sentidos já produzidos e novos sentidos, em que o discurso da FD1 representa a significação já instalada e o novo é representado pelos sentidos que o sujeito enunciador busca produzir. Instala-se um jogo de oposição entre os dois discursos em análise, em que a discursividade da FD2 recorre à ironia para romper, para discordar dos sentidos produzidos no âmbito do discurso adverso.

A ironia, entendida nesses termos, está na base do funcionamento da sequência 14, produzindo efeitos de menosprezo. O diminutivo associa-se a essa ironia para reforçar a pequenez do outro, do derrotado que merece ser tratado no diminutivo. A mescla das línguas portuguesa e inglesa funciona nessa mesma direção, com carga altamente irônica, sendo entendida, novamente, como a ridicularização da derrota: nós ganhamos e vocês perderam, portanto chorem perdedores - “the choro is free” (sd 14).

No Brasil, o conhecimento e fluência na língua inglesa é restrito, sendo de acesso, principalmente, das elites, por isso serve como fator de distinção social. O uso de uma expressão que mistura a língua inglesa e a portuguesa (“the choro is free”) finaliza a troca de agressões e o menosprezo pela derrota, funcionando como uma ridicularização das elites, enquadrando, assim, o enunciador do discurso da FD1 numa classe social e não num grupo geograficamente determinado. Portanto, para o sujeito enunciador da FD2 quem perdeu foi a elite brasileira.

Subjaz a esse dizer que prega o respeito ao outro e ao processo democrático uma ironia dirigida à FD1 e ao sujeito enunciador da posição-sujeito<sup>1</sup>. Esta ironia marca o conflito entre as discursividades antagônicas, ressalta a dissonância entre

esses dois discursos: traz os sentidos produzidos pelo discurso adverso para opô-los aos sentidos que o sujeito enunciador produz. A ironia é dirigida ao outro por não compartilhar a mesma posição de dizer, por não se inserir no âmbito discursivo da FD2 (a rede discursiva vencedora) e, portanto, o outro insere-se no domínio de saber perdedor – considerando a relação antagônica discursivizada em termos de vencedores e perdedores nesta sequência, conforme observamos.

Outro aspecto importante nessa sd diz respeito ao uso de letras maiúsculas. Na linguagem virtual, convencionalmente<sup>72</sup>, o uso de caixa alta é interpretado como um grito, tornando o texto agressivo, podendo ser lido como um xingamento. Este é mais um aspecto que evidencia a agressividade presente no discurso da FD2.

Portanto, a FD2 também se utiliza de um tom agressivo para discursivizar o conflito em tela, diferentemente do que ocorre na FD1 em que o modo de significar essa mesma relação conflituosa é fortemente marcado pela intolerância, discriminação e ódio ao outro. Ambos são agressivos, mas apenas o discurso da FD1 atinge o nível de um discurso de ódio, produzindo efeitos de hostilização de modo a incitar a discriminação e a violência contra o outro, que passa a ser um alvo e não um interlocutor.

De outro lado, na sequência 15, é desqualificada a forma como, no discurso da FD1, o jogo democrático é percebido: por uma perspectiva de menosprezar o jogador que joga diferente, mesmo que seguindo as regras do jogo. Mais do que isso, na perspectiva discursiva da FD1 todos os sujeitos que não se enquadram no seu âmbito discursivo são menosprezados. Nesse enunciado (sd 15), é explicitada a incoerência de pretender mudar as regras do jogo, ao não as aceitar, e continuar jogando o mesmo jogo. Ou seja, desvirtuar o processo democrático quando a decisão coletiva alcançada não for considerada correta por alguns sujeitos (isto é, por aqueles que se inscrevem na FD1): “Lógica coxinha: denegrir os nordestinos é liberdade de expressão. Dizer que o eleitorado de são paulo é burro: fascismo nazista petralha” (sd 15).

Por este funcionamento discursivo, os efeitos de sentido produzidos buscam desqualificar da FD1 a partir da explicitação de suas incoerências. A incoerência levantada é o fato de que hostilizar alguns jogadores (nordestinos, que representam

---

<sup>72</sup> Conferir em: < <http://www1.uol.com.br/mundodigital/beaba/etiqueta.htm>>; <<http://www.melhorweb.com.br/artigo/264-CAPS-LOCK-ou-CAIXA-ALTA--nao-precisa-gritar.htm>>.

o diferente) é considerado próprio do sistema democrático, porém tornar a hostilização permitida e generalizada (cuja consequência seria dizeres como “eleitorado de são Paulo é burro”) extrapola o âmbito democrático e torna-se “fascismo nazista petralha”. Com isso, esse funcionamento expõe as práticas discursivas da FD1 em seu avesso.

Ao apontar a disparidade entre os sujeitos filiados às FDs em embate que a FD1 pressupõe e afirma como válida, a sequência 15 funciona na mesma direção da sequência 14: desacredita os dizeres adversos e seus efeitos de sentido ridicularizam as incoerências dessa discursividade recorrendo à ironia. Nesse caso, a ironia está na forma como é representada a postura discursiva da FD1 que trata de modo desigual os atores sociais de um mesmo processo e com igual atuação nesse processo, como se a ordem democrática fosse naturalmente díspar/desigual. Ou, conforme Bobbio, é uma postura que quer regras não democráticas, mas continua a chamar o jogo de democrático. Parafrasticamente, a sd 15 poderia ser: Lógica da FD1 (coxinha): é democrático o jogo quando os seus interesses são alcançados (ou acatados). Não é democrático quando os interesses da FD2 (petralha) são alcançados.

Sendo assim, entendemos que as sd 14 e 15 evidenciam as fragilidades das práticas discursivas da FD1, mostram essa discursividade pelo avesso: trazem o mesmo dizer como uma paráfrase construída a partir de uma posição discursiva antagônica. Com isso, o outro faz-se presente no discurso e, assim, estabelece-se a interlocução entre esses dizeres, em que as sd 14 e 15 forjam-se como uma contraposição aos dizeres da FD1.

O discurso da FD1 produz efeitos de sentido em direção ao que Bobbio pretende rechaçar: a discursivização da democracia como um jogo em que uma parte dos jogadores pode realizar mais jogadas, enquanto a outra parte pode realizar menos movimentos no mesmo jogo. É esse aspecto dessa discursividade que é exposto pelas sequências 14 e 15, e a isto estamos chamando de avesso do discurso. Avesso porque traz o discurso da FD1 remodelado: o mesmo dizer a partir de um processo discursivo diferente, de posições discursivas diferentes. Porém, trata-se de um modo de perceber e expor essas diferenças ressaltando que vistas de outra perspectiva (o avesso) as falhas desse discurso ficam evidentes. O avesso não é o contrário da FD1, mas uma forma de ver esse discurso em suas

incongruências.

Nesta análise, a ideia de avesso é tomada a partir de uma metáfora: foi pensada a partir do modo como o avesso funciona no universo da costura e do bordado. Olhar o avesso de uma peça é observar a qualidade da costura e, portanto, da própria peça: se é forte o suficiente e a costura não se abrirá facilmente; se a costura está reta ou curva como o modelo da peça exige; se o gancho foi feito de forma adequada; se a manga está costurada corretamente, e assim por diante.

Por esse funcionamento do discurso em análise, a discursividade da FD1 é tomada a partir de um outro lugar de dizer e exposta em suas fragilidades e incoerências: o desrespeito ao jogo e aos jogadores sendo tratado como movimento válido e permitido pelas regras apenas para parte dos jogadores (os sujeitos filiados à discursividade da FD1). E mais, a inconsistência de, por trás desse desrespeito, querer mudar as regras, transformando o jogo democrático em não democrático, mas sem assumir tal deturpação.

Ao trazer o outro para o fio do discurso como uma paráfrase a partir de outra posição discursiva, entendemos, apoiando-nos nas considerações de Indursky (2011), que a produção discursiva sob o regime da repetibilidade permite o deslize e o deslocamento de sentidos.

A esse respeito, seguindo as lições de Pêcheux de que o sentido sempre pode ser outro, uma vez que todo enunciado pode ser “linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis” (2008, p. 53), esclarecemos como os termos deslize e deslocamento são entendidos em nossas reflexões. A delimitação teórica acerca desses conceitos ainda não é suficientemente desenvolvida na AD. Partimos das considerações de Orlandi e Indursky sobre deslizamento e propomos uma forma de compreensão da noção de deslocamento de sentidos, tentando diferenciar esses dois movimentos que, não raro, são tratados indistintamente.

Os deslizamentos de sentido têm relação com a metáfora discursiva – uma palavra por outra, em que a movência dos sentidos se dá ainda no eixo parafrástico de funcionamento da linguagem. Orlandi (2013, p. 79, 80, 88), por vezes trata do deslize como deriva de sentidos ou como efeito metafórico, mas sempre o considerando um movimento parafrástico de produção de sentidos:

O ponto de partida (a, b, c, d, e, f) e o ponto de chegada (g, h, i, j, k, l), através de deslizamentos de sentidos, de próximo em próximo, são totalmente distintos. No entanto, **algo do mesmo está nesse diferente;**

pelo processo de produção de sentidos, necessariamente sujeito ao deslize, **há sempre um possível 'outro' mas que constitui o mesmo (o deslize de sentido de a para g faz parte do sentido de a também)** (ORLANDI, 2007b, p. 81, grifo nosso).

Indursky (2011, p. 71) fala em migração de sentidos, em que o deslizamento representa essa volubilidade inexorável dos sentidos. A autora explica que pelo deslizamento há uma espécie de reorganização interna dos saberes de uma FD, que se realiza pela migração dos sentidos para outra posição de dizer (na mesma rede de filiações). Ao analisar o deslize de sentidos de “descobriu o Brasil” para “inventou o Brasil”, a autora entende que “o processo metafórico deslocou-se de uma posição de sujeito para outra, embora ambas ainda se inscrevam no interior da mesma FD, [...] Ou seja, **os saberes desse domínio de conhecimento estão sendo interrogados**” (2011, p. 79, grifo nosso). Assim, pelo movimento de deslize não há rupturas, há questionamentos, reorganizações internas, é um caminho para a contraidentificação, mas não para a desidentificação (que resulta em rupturas no domínio de saber).

De outro lado, o deslocamento tem a ver com o movimento dos sentidos para outra rede de filiações, ou seja, trata-se de um movimento produzido a partir do eixo polissêmico de funcionamento da linguagem. Aqui há ruptura com sentidos prévios para a instauração do novo no processo de significação, conforme Orlandi. A autora levanta essa questão ao explicar a polissemia, entendendo que “na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processo de significação” (ORLANDI, 2013, p. 36).

Então, no movimento de deslocamento há uma desregularização dos sentidos que se deslocam para outro domínio de saber e passam a ser regulados por outra FD em que os parâmetros do que pode, deve ou convém ser dito são outros. Assim, os sentidos passam a ser outros já que são produzidos em outra FD e, para retomar Pêcheux, os discursos recebem seus sentidos da FD em que são produzidos.

Portanto, a diferença essencial entre essas duas modalidades de movimentação de sentidos diz respeito à FD em que se realizam. Pelo deslize, os sentidos se movem dentro da FD, o que evidencia a heterogeneidade da rede discursiva e das posições de dizer que ela comporta. Já o deslocamento é um movimento que leva os sentidos para outra FD, resultando em desidentificações e produzindo o novo nos processos de significação.

Retomando a sequência em discussão, ainda é necessário atentar para a agressividade e ofensividade observada na sd 15, movimentando-se na mesma direção dos efeitos produzidos pela sequência 14. Na sd 15, o uso das palavras *coxinha* e *petralha* marca uma troca de xingamentos entre as posições-sujeito 1 da FD1 e da FD2, em que o sujeito enunciador da primeira foi apelidado de *coxinha* e o da segunda de *petralha*. Ambas alcunhas apresentam carga pejorativa muito intensa. Tais expressões foram usadas ao longo de todo processo eleitoral, ressaltando o tom mutuamente agressivo.

O termo *coxinha* tem origem em São Paulo. Das diferentes e controversas origens apontadas, o uso do termo, nas condições de produção do discurso analisado, remete a uma gíria utilizada para referir as pessoas das classes sociais mais abastadas naquele estado. Em essência, a palavra serve para

descrever uma pessoa 'certinha', 'arrumadinha' [...]. É alguém conhecido pelo excessivo cuidado com a imagem, hábitos burgueses, por ostentar um padrão de vida de custo elevado, e posturas políticas conservadoras. Aponta-se, também, o coxinha como aquele que se opõe com vigor a ideias políticas ou econômicas consideradas de esquerda<sup>73</sup>.

O termo, portanto, está fortemente associado à classe média alta paulistana e sua popularização e disseminação de uso se deram nessa direção de sentidos. Com o tempo, os efeitos de sentido do termo foram estendidos “a todo cidadão excessivamente preocupado com segurança e, daí, a ser associado à classe média alta paulistana, pelas características tradicionalmente conservadoras”<sup>74</sup>. Com isso, podemos compreender que o uso do termo funciona, também, como uma localização social da posição-sujeito 1, da FD1, e de seu sujeito enunciador: alguém de classe social mais alta, com poder e influência social<sup>75</sup>, que se identifica com ideais políticos ditos de direita, considerados conservadores e/ou liberais.

Já a palavra *petralha* evoca os escândalos de corrupção envolvendo o partido de Rouseff. O termo é fruto de um jogo de palavras que remete à sigla do partido (PT) e à palavra metralha. Essa expressão foi empregada pelo jornalista Reinaldo Azevedo no título do livro *O País dos Petralhas*, publicado em 2008. Na capa da obra, as letras P e T surgiram destacadas para evidenciar a relação com o Partido

---

<sup>73</sup> Texto retirado do sítio eletrônico *Wikipédia, a enciclopédia livre*, sem autoria identificada. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Coxinha\\_\(alcunha\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Coxinha_(alcunha))>, acesso em: 19.fev.2016.

<sup>74</sup> Texto retirado do sítio eletrônico *Wikipédia, a enciclopédia livre*, sem autoria identificada. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Coxinha\\_\(alcunha\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Coxinha_(alcunha))>, acesso em: 19.fev.2016.

<sup>75</sup> Ou que imaginariamente se identifica com essa classe social.

dos Trabalhadores. O outro termo que compõe o trocadilho evoca uma história em quadrinhos dos anos 1950 que, posteriormente, tornou-se uma animação da *Disney*: *Os irmãos Metralha*. Nessa história, há um trio de irmãos que protagoniza a trama, são ladrões atrapalhados, sendo este o efeito ofensivo e a historicidade que a palavra petralha carrega. Esse efeito agressivo que o termo produz busca associar a FD2 (pró-Dilma) e os sujeitos a ela filiados à corrupção, a ilegalidades. Mas como, na origem, o termo relaciona-se com a desordem/confusão, a corrupção desses sujeitos é sempre descoberta: são corruptos atrapalhados e, por isso, seus atos sempre são percebidos pelos sujeitos filiados à rede adversa, FD1.

Além disso, esse termo, do mesmo modo que o termo *coxinha*, pode ser compreendido como uma localização social de sujeitos inscritos nas práticas discursivas da FD2: trata-se de alguém que partilha os mesmos ideais do partido mencionado, um partido normalmente considerado de esquerda, ao qual são associadas, geralmente, classes sociais economicamente menos favorecidas, sobretudo, a classe trabalhadora.

Os dois termos são, portanto, os principais adjetivos observados em nosso *corpus* da discursividade da FD2. Contudo, em geral o uso da adjetivação é bastante reduzido nesse discurso, ao contrário do que verificamos em relação ao discurso antagônico.

Por fim, destacamos que, no âmbito da FD2, as sequências analisadas representam manifestações que buscam desqualificar/rechaçar as manifestações extremistas produzidas no âmbito da FD1. Com isso, são trabalhadas as incoerências e fragilidades dos efeitos que sustentam as práticas discursivas da FD1: o tratamento expiatório dados aos nordestinos e a segregação do Brasil e dos brasileiros.

Outras sequências em que podemos observar esse funcionamento da agressividade no discurso da FD2 são a 16 e 17. As mesmas evocam a presença do discurso-outro, mas produzindo um movimento diferente nesse processo discursivo. O sujeito do discurso 'fala' sobre o outro, reafirmando alguns efeitos de sentido produzidos no âmbito da discursividade da FD1. Vejamos as sequências:

▪ **sd 16** - Sozinha Dilma venceu Aécio, Marina, família do Eduardo Campos, Veja, Globo e toda imprensa brasileira. 51% q valeu por 100%!

▪ **sd 17** - Gente fina é outra coisa: Aécio vence em Miami e Israel; Dilma triunfa na Palestina e em Cuba (as pessoas repetindo/replicando uma manchete)

Nesses dizeres é reafirmada a vitória de Dilma e a derrota de Aécio, ressurgindo o efeito de polarização produzido no discurso da FD1. Tal efeito, instaurado no discurso-outro, constrói-se a partir da segregação da população brasileira e da própria nação: “Se vc é nordestino e votou no Aécio, venha para o Sul” (sd 9 FD1); “o negócio é dividir o Brasil em 2” (sd 10 FD1). Nesse discurso, o efeito de segregação baseia-se na dicotomia sulistas/nordestinos, eleitores de Aécio/eleitores de Dilma.

Quando essa polarização ressurge no discurso em análise, é remodelada a dicotomia que a sustenta. Agora, os polos antagônicos são demarcados em termos de perdedores/vencedores. O discurso-outro é retomado, em seu efeito de polarização, para ser atacado, ou seja, é evocado para marcar a posição do derrotado e enfatizar a posição do vitorioso. Com esse funcionamento discursivo, o antagonismo das FDs se estabelece em níveis de ataque, de agressões mútuas.

Essa dicotomia remodelada também funciona demarcando as diferenças entre a FD1 e a FD2. Explicamos. Nessas duas sequências, os representantes dos saberes da FD1 são da ordem do conservadorismo e do elitismo: “Aécio, Marina, família Eduardo Campos, Veja, Globo e toda imprensa brasileira” (sd 16). Tais nomes representam políticos tradicionais e de orientação conservadora, bem como a grande mídia, tradicional, conservadora e associada a interesses elitistas. Esse domínio de saber também surge situado geograficamente em áreas de elite: Miami e Israel. Em razão disso, os representantes dos saberes da FD1 são, ironicamente, tratados como “gente fina”, remetendo, novamente, ao caráter elitista dessa rede discursiva.

Nesta sequência, resistir é insistir na vitória de Dilma. É repetir que quem venceu foi ela e repetir quem são os derrotados (“Aécio, Marina, família Eduardo Campos, Veja, Globo e toda imprensa brasileira”). A repetição funciona como forma de sustentar a legitimidade do resultado da eleição, do governo e, portanto, da Presidenta. Repetir, aqui, é resistir e rejeitar ao mesmo tempo. É resistir ao movimento contrário à Dilma realizado pela FD1, sobretudo em sua posição-sujeito 1, e, com isso, rejeitá-lo ao insistir na legitimidade da reeleição da presidenta.

Em oposição a essa direção conservadora e elitista, na sd 17 os representantes dos saberes da FD2 são situados geograficamente em Cuba, país

organizado em um regime de orientação socialista, em que, a rigor, não há elites, posto que é marcado pela igualdade entre as classes. E também está situado geograficamente na Palestina, território que não é reconhecido como nação autônoma e vive em conflitos há décadas. Trata-se de um local em que a população vive a face mais cruel da falta de humanidade, solidariedade, compaixão pelo outro, pela dor vivida pelo outro. É, portanto, nessa direção que os saberes da FD2 são demarcados nessas sequências.

Outras marcas linguísticas observadas são os termos utilizados para referir as diferenças entre a vitória de cada candidato: em alguns locais *Aécio vence*, em outros Dilma *triunfa*. Tais termos explicitam as diferenças entre os candidatos e entre as FDs em embate – os saberes da FD1 vencem, enquanto os da FD2 triunfam.

Os dois vocábulos indicam o mesmo caminho de produção de sentido: discursivizam vitórias. Mas, nesse contexto em que o sujeito do discurso propõe expor as diferenças entre os polos em antagonismo, triunfar surge com uma carga semântica mais intensa, como uma vitória gloriosa, pomposa, honrosa. O verbo triunfar enfatiza os valores positivos atribuídos à candidata Dilma, aos locais de sua vitória e aos saberes da FD2.

Já o verbo vencer demarca uma vitória comum, simples, sem honras, glórias ou pompas. Vencer é da ordem do ordinário, enquanto triunfar é da ordem do extraordinário. O verbo vencer, ao ser contrastado com o verbo triunfar, funciona marcando as fronteiras entre os polos antagônicos e, também, atribuindo certa carga negativa ao candidato Aécio, aos locais em que ele vence e aos saberes da FD pró-Aécio, pois vencer é menos do que triunfar. Com isso, o mesmo acontecimento é discursivizado diferentemente para ressaltar a distância entre as vitórias (entre os candidatos, entre as FDs), significando uma vitória como positiva e superior e a outra como negativa e inferior.

Portanto, no discurso da FD2, tais verbos, nessas condições de produção, potencializam o antagonismo discursivizado e, novamente, os polos em embate são significados em termos de superior/inferior. Assim, o uso e as diferenças entre esses termos revelam a posição de dizer do sujeito enunciador, que coloca em um polo superior a candidata Dilma e os saberes da FD em que se inscreve e, ao mesmo tempo, inferioriza o candidato Aécio e os saberes da FD anti-Dilma.

Diante de nossas análises, entendemos que o discurso em pauta, ao constituir-se como contradiscurso, atua na direção de valorização da ordem posta e dos direitos que a estruturam. Contudo, por vezes, o faz em tom irônico como um escárnio do vencedor sobre o perdedor. E, assim, funciona de modo agressivo na desconstrução do discurso adverso, ou seja, não se trata de uma pacífica defesa dos saberes da FD2 diante do ódio do discurso da FD1.

Dessa forma, subjaz a esse discurso aparentemente não agressivo que busca enfatizar o respeito à diferença e ao processo democrático uma ironia dirigida à FD1, ao seu sujeito enunciativo. É uma ironia dirigida ao outro por não compartilhar a mesma posição de dizer, por não se inserir no âmbito discursivo da FD2, o que mostra a não aceitação do outro também no âmbito da FD2, mas que, no nosso ponto de vista, não atinge níveis de ódio, apenas um acirramento do antagonismo discutivizado.

### **3.2.2 Do enunciado dividido no discurso da FD2**

Outro aspecto que entendemos importante analisar em nosso *corpus* diz respeito à forma como o discurso-outro é incorporado ao discurso da FD2, seja para ser refutado, seja para ser atacado. Entramos, com isso, no campo da heterogeneidade discursiva.

Sinalizamos, anteriormente, que todo dizer é atravessado por outros dizeres. Esta é a heterogeneidade constitutiva que, segundo Authier-Révuz (2004), está na base de todo o dizer, de forma que o outro se manifesta como uma onipresença discursiva: está em todos os dizeres.

A presença do discurso-outro é, assim, irrefutável, pois “pensando a linguagem como fundamentalmente dialógica, a alteridade é parte constitutiva do dizer que o delimita e regula, sendo o discurso sempre atravessado por ‘outros’ discursos” (ORLANDI, 2012b, p. 133-4). Partindo desse ponto, entendemos, em AD, que o que pode variar é a forma como o outro surge no intradiscurso. Foi a partir dessa modalidade de heterogeneidade que observamos, em nossas análises, a presença de discurso-outro no discurso da FD2 até aqui.

Conforme Authier-Révuz (2004), há uma segunda modalidade de heterogeneidade: a mostrada. Trata-se da presença explícita do discurso-outro 'na linha do discurso', podendo ela ser marcada ou não marcada linguisticamente.

A heterogeneidade mostrada no discurso manifesta "diversos tipos de 'negociação' do sujeito falante com o que eu chamo de heterogeneidade constitutiva" (AUTHIER-RÉVUZ, 2004, p. 11). Por meio dessa noção, são observadas as diferentes formas a partir das quais o locutor inscreve o outro na linearidade de seu discurso.

O sujeito do discurso (sujeito-autor) recorre à presença mostrada do discurso-outro como tentativa de "controle-regulagem do processo de comunicação" (Authier-Révuz, 2004, p. 14). O outro é mostrado no intradiscurso na ilusão de o sujeito-autor tomar para si os sentidos do discurso-outro e, ao controlá-los, (re)significá-los em conformidade com os saberes da FD em que se inscreve.

O outro surge na linearidade do discurso da FD2 a partir de "formas marcadas que atribuem ao outro um lugar linguisticamente descritível, claramente delimitado no discurso" (Authier-Révuz 2004, p. 21). Inicialmente, temos enunciados que 'falam' sobre o discurso-outro sob a forma de glosa como desconstrução. Para pensar a glosa recorreremos a Serrani-Infante: "a glosa, ligada à atividade de **reformulação, tem a especificidade de apresentar-se como** explicação, comentário, **desconstrução do enunciado-fonte**, do qual ela parece ter a finalidade explícita de 'esclarecer' o sentido" (1993, p. 45, grifo nosso). Esse funcionamento, encontramos na maioria das sd, em que o discurso-outro é evidenciado em seus aspectos negativos, como forma de desconstruí-lo.

Vejamos algumas sequências, com grifos nossos:

- **sd 14 - Vendo os eleitores do Aecinho xingando nordestino** e grato por esse tipo de pensamento não governar o país. THE CHORO IS FREE
- **sd 15 - Lógica coxinha: denegrir os nordestinos é liberdade de expressão.** Dizer que o eleitorado de são paulo é burro: fascismo nazista petralha
- **sd 18 - Que belo pensamento!** Parabéns! **Democracia pra que né?!** Palmas!
- **sd 19 - A vontade do povo é soberana e o voto dos nordestinos, mineiros e cariocas não vale menos que dos sulistas.**

Nessas sequências, observamos o discurso da FD1 emergir ao ser evocado o efeito de hostilização que produz em relação à parcela da população brasileira

designada como “nordestinos” (“denegrir nordestinos”, “xingar nordestinos”); bem como, o efeito antidemocrático que o discurso-outro produz (“Que belo pensamento! Democracia pra que né!”). Assim, o sujeito-enunciador da FD2 retoma dizeres antagônicos para desconstruí-los, é preciso saber que circula em nossa sociedade esse discurso hostil e antidemocrático. Entendemos, então, que as sequências 14, 15, 18 e 19 funcionam como glosas do discurso-outro porque reformulam esses dizeres para desconstruí-los. Mobilizam o enunciado-fonte, conforme Serrani-Infante(1993), para construir novos (e opostos) efeitos de sentido a partir dele.

Observamos, ainda, outra forma de marcar a presença do discurso-outro no nível da formulação. Trata-se da negação discursiva. Em AD, a negação mobiliza algo que está fora do discurso, mas que emerge no nível da formulação: só é preciso negar aquilo que é afirmado por alguém em algum lugar.

A compreensão da negação, do ponto de vista discursivo, surge atrelada à noção de enunciado dividido, formulada por Courtine. Trata-se de um enunciado que se desdobra em dois (afirmação e negação) e faz emergir o discurso-outro: “a negação é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos, podendo indicar a existência de operações diversas no interior do discurso em análise. Em suma, essa construção evidencia a presença do discurso-outro” (INDURSKY, 1997, p.213). A negação, portanto, está no âmbito da heterogeneidade mostrada e linguisticamente marcada, tal como propõe Authier-Révuz.

Sendo assim, a negação traz à tona a relação do discurso-um com o discurso-outro como antagonismo, pois o enunciado dividido explicita a existência e a relação entre dois dizeres, dividindo-se em um enunciado que afirma x e outro que afirma y. Indursky (1997, p. 215) refere que a negação, ao funcionar opondo dois enunciados, pode estabelecer tal relação de antagonismo no âmbito de uma mesma FD (chamada negação interna), no âmbito de duas FDs opostas (chamada negação externa) ou, ainda, a operação de negação pode funcionar demarcando, ao mesmo tempo, a oposição interna (dentro da mesma FD) e externa (mobilizando duas FDs diferentes para opô-las), trata-se da chamada negação mista.

Em nosso *corpus*, a operação de negação presente na sd 19 marca a relação de oposição entre FD1 e FD2, posto que a afirmação de uma se contrapõe com a de outra. Com esse funcionamento discursivo, a negação mostra-se como uma operação que demarca as diferenças entre discursos antagônicos, contribuindo para

o processo de estabelecimento do que pode, deve ou convém ser dito ou não no âmbito das FDs (em relação às posições-sujeito em pauta).

▪ **sd 19** - A vontade do povo é soberana e **o voto dos nordestinos, mineiros e cariocas não vale menos que dos sulistas.**

A partir das lições de AD referidas acima e após a leitura da sequência 19, podemos entender que na exterioridade da FD2 é entendido que o voto de determinados brasileiros vale menos do que o voto de outros. O que pode ser representado do seguinte modo:

**sd 19**

<b>E</b>	<b>X</b>	O voto dos sulistas vale mais do que o dos nordestinos, mineiros e cariocas (FD1)
	<b>Y</b>	O voto dos nordestinos, mineiros e cariocas vale igual ao voto dos sulistas (FD2)

Nessa sequência, observamos a negação externa, aquela que “incide sobre um discurso que provém de uma formação discursiva adversa. Assim, essa modalidade estabelece fronteiras entre discursos ideologicamente antagônicos” (INDURSKY, 1997, p. 215-6). Nesse caso, a negação externa opõe: a) o discurso que aceita o resultado eleitoral e não aceita os efeitos de hostilização e segregação produzidos pelo discurso-outro (FD2), e b) o discurso que não aceita o resultado eleitoral e, por isso, produz os referidos efeitos (FD1).

Há, ainda, outra forma de negação observada no âmbito da FD2. Entendemos que as sequências 13 e 20 materializam operações de negação mista, nos moldes em que tal categoria é tratada por Indursky. Vejamos a primeira materialidade discursiva:

▪ **sd 13** - Seus bunda, **não tem vencedores e perdedores! Teu time é o Brasil!** Se não tem o técnico que tu queria tu para de torcer?

Essa negação traz para o nível da formulação a afirmação que lhe subjaz: em algum lugar alguém diz que há vencedores e perdedores. Eis sua representação:

### sd 13

X	O resultado da eleição mostrou que temos vencedores e perdedores. Há dois 'Brasis': o dos vencedores e o dos perdedores (FD1 e também FD2)
Y	Mesmo após resultado da eleição, o Brasil é um só. Todos são vencedores (FD2)

Há a negação do efeito de polarização do Brasil e dos brasileiros: não há vencedores, nem perdedores porque estamos todos no mesmo time. Estamos considerando como negação mista porque o efeito de polarização, conforme observamos nas análises anteriores, instaura-se nos dois discursos<sup>76</sup>, fundando-se em cada um em dicotomias diferentes, as quais polarizam o Brasil e os brasileiros.

No âmbito da FD1 essa polarização assenta-se nas dicotomias nós/eles, sulistas/nordestinos, eleitores de Aécio/ eleitores de Dilma. Já na FD2 esse efeito de polarização é construído a partir da dicotomia vencedores/perdedores. Trata-se de uma negação mista porque na mesma emerge tanto o discurso-outro (FD1), quanto se opõe a efeitos produzidos no âmbito do discurso da própria FD2, dada a sua própria heterogeneidade, ou seja, aparece aí um discurso-outro produzido nesta mesma posição-sujeito em outra situação de discurso, por outro sujeito enunciador.

Na segunda materialidade referida, sequência 20, encontramos uma outra forma de negar, ou melhor de afirmar para negar. Vejamos o enunciado a seguir:

▪ **sd 20** - Aqui em casa é assim: um filho aécio uma filha dilma. opiniões liberadas, **palavrões interditados**.

Nessa sequência, temos uma afirmação que funciona discursivamente como negação, pois produz um efeito de sentido de negação. Observamos esse efeito ao transformar a afirmação em negação: palavrões interditados = palavrões não permitidos / não liberados. A partir da forma negativa podemos apreender o enunciado dividido que subjaz a essa formulação:

---

<sup>76</sup> Abordamos o efeito de polarização no âmbito da FD2, sobretudo, nas análises das sequências 15 e 16. No âmbito da FD1 esse efeito perpassa todo o processo discursivo, sendo observado de forma mais intensa nas análises dos mapas políticos do Brasil (sd 11 e 12) e na sd 10.

## sd 20

X	Para repercutir o resultado eleitoral as opiniões estão liberadas e os palavrões também (FD1)
E	_____
Y	Para repercutir o resultado eleitoral as opiniões estão liberadas e os palavrões interditados/proibidos (FD2)

Assim, se palavrões estão interditados, ou seja, não são permitidos, é porque em algum lugar alguém usa palavrões para repercutir o resultado eleitoral. Essa negação instaura-se em relação à maneira de repercutir a vitória de Dilma. Esse dizer refuta o discurso-outro ao negar o uso de certa forma de expressão: “palavrões interditados”. Nega, nesse contexto, uma forma de posicionamento que é da ordem do agressivo, do violento, que se vale de palavrões. Ao negá-la, remete para a existência dessa posição agressiva.

Uma vez transformada em enunciado negativo, essa negação pode ser considerada como mista, pois esse modo de expressão e posicionamento agressivo é verificado no âmbito das duas FDs em pauta. Essa negação marca uma oposição à agressividade do discurso externo, FD1, e à agressividade verificada também no âmbito da própria FD2<sup>77</sup>.

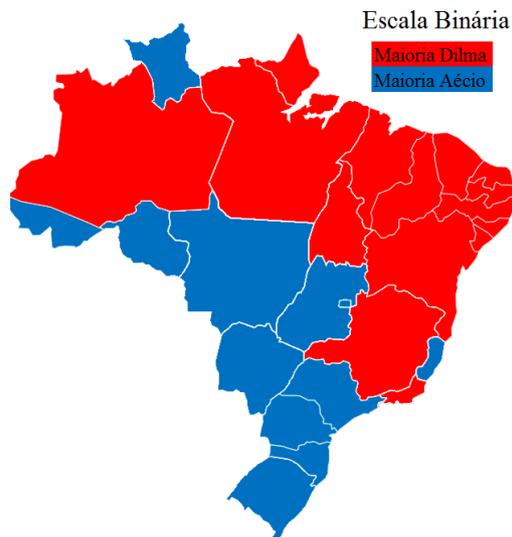
Por último, temos a sd 21 (composta por mapas, enunciados, tabelas e escalas), a qual se impõe como um contraponto ao viés separatista da FD1 (ou à solução imposta para o conflito nesse processo discursivo). No âmbito da discursividade da FD2, foi postado nas mídias sociais um outro “desenho” do mapa político do Brasil, como uma forma direta e explícita de fazer frente aos mapas políticos produzidos em conformidade com os saberes da FD1 (os quais, em nosso corpus, são representados pelas sd 11 e 12):

---

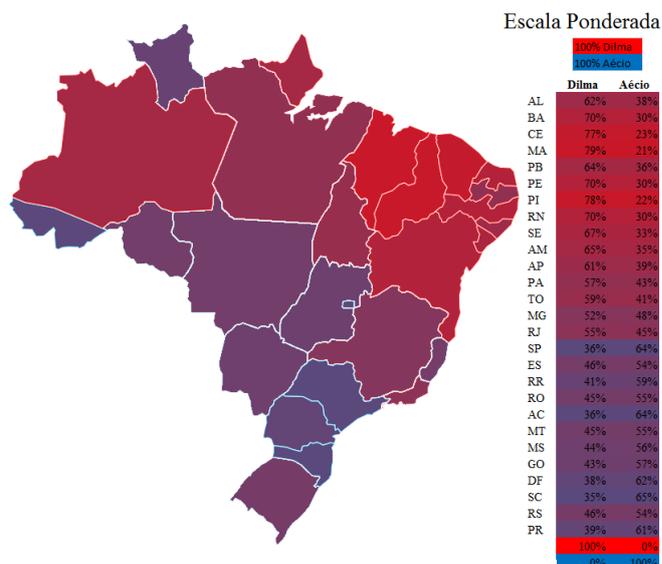
<sup>77</sup> Esse efeito agressivo foi observado, principalmente, nas análises das sd 14 e 15.

sd 21

COMO DIZEM QUE É:



COMO É DE VERDADE:



# MENOS ÓDIO POR FAVOR!

Elaboração: Thomas Victor Conti. Site: <http://thomasconti.blog.br>

Tão logo os saberes separatistas da FD1 foram materializados sob a forma de mapas do Brasil, veio a resposta. Conforme observamos até aqui, as práticas discursivas da FD2 surgem como uma reação para rejeitar, refutar os saberes da FD1, nesse caso, procurando desqualificar o viés separatista desse discurso (ou desqualificar a solução para o conflito imposta no âmbito da FD1).

O discurso da FD2 busca rebater os efeitos de sentido produzidos no âmbito da FD1, desconstruindo seus pressupostos. Explicamos. O discurso da FD1, representado pelas sequências 11 e 12, sustenta-se em efeitos de homogeneização, segregação e exclusão produzidos a partir de uma representação polarizada e hierarquizada do Brasil e dos brasileiros. A sd 21 surge como um contra-argumento que busca desfazer tais efeitos. Para tanto, recorre aos mesmos instrumentos utilizados nas sequências 11 e 12: representação imagética do mapa político do Brasil e atribuição das cores azul e vermelho para cada polo da relação antagônica representada.

Na parte esquerda da imagem que compõe a sd 21, são reproduzidos os saberes da FD1 com a representação dicotomizada do Brasil e dos brasileiros, acompanhada do enunciado “como dizem que é”. A esse mapa corresponde uma escala binária, construída a partir de duas cores consideradas isoladamente, sem

nenhuma possibilidade de mistura, conforme podemos observar na imagem abaixo, uma ampliação da sd 21:



Imagem 1 – Ampliação 1 da sd 21.

No mapa elaborado a partir dessa escala, cada cor dá conta de representar apenas a maioria: azul para os espaços de maioria Aécio e vermelho para os espaços de maioria Dilma. Com isso, são apagadas as diferenças que compõem essas maiorias; ou, em termos discursivos, os dois grupos representados são homogeneizados.

Depois, na parte direita da imagem, a sequência 21 busca desfazer o efeito de homogeneização, ao retratar as nuances de azul e de vermelho em todo o espaço brasileiro, representando de modo diferente o mapa político. Essa representação é construída a partir de uma escala ponderada que relativiza os efeitos apresentados como absolutos no âmbito das práticas inscritas na FD1, representadas pelo mapa em escala binária. Conforme podemos observar abaixo, na seguinte ampliação da sd 21:

## COMO É DE VERDADE:

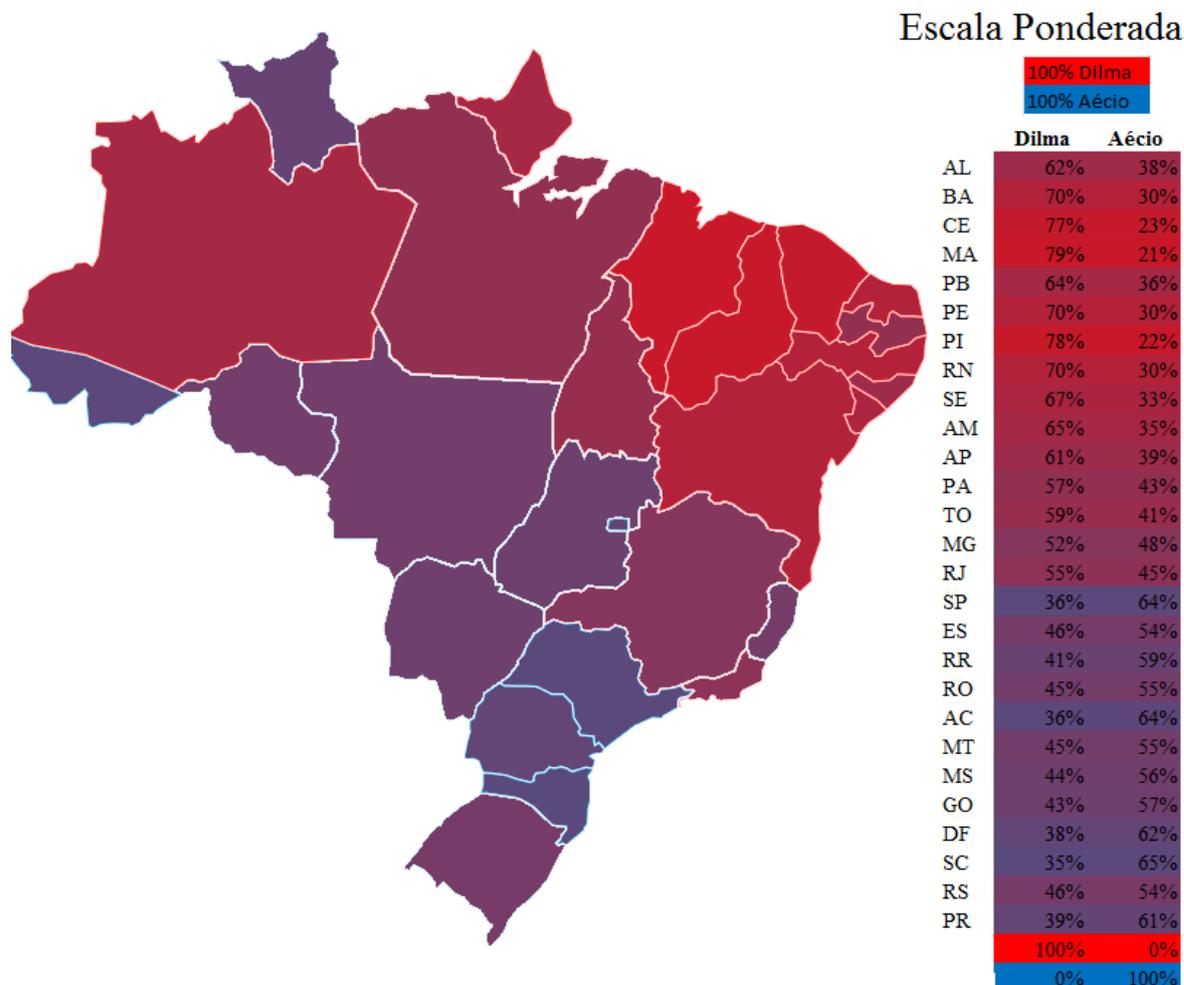


Imagem 2 – Ampliação 2 da sd 21.

Essa nova organização das cores no mapa, a partir de uma representação baseada numa média ponderada dos eleitores de cada candidato, procura dar conta de evidenciar a diversidade que perpassa todo território nacional. Assim, o azul do mapa da esquerda deixa de ser tão azul e passa a ser arroxeadado, pois se mistura com o vermelho. Do mesmo modo, o vermelho não é mais tão puro e vívido, passa a ser rosado, um vermelho mais calmo ao misturar-se com o azul. Portanto, nenhum espaço nesse mapa é 100% azul ou 100% vermelho, conforme observamos na base da tabela reproduzida na imagem 2.

A relativização que o uso da escala ponderada permite realizar desfaz, também, o efeito de polarização, pois os diferentes azuis e vermelhos convivem em todas as regiões do mapa: não existe um espaço integralmente azul e outro

integralmente vermelho. Ao desconstruir os efeitos que sustentam o discurso da FD1, o Brasil e os brasileiros são representados de forma heterogênea.

Agora, passemos aos enunciados que compõem a sd 21.

O mapa que corresponde ao discurso da FD1 é acompanhado do texto verbal: “como dizem que é”. E o mapa que corresponde aos saberes inscritos na FD2 é acompanhado do texto “como é de verdade”. A partir desses enunciados é demarcado o lugar do discurso-outro em relação ao discurso-um para desconstruí-lo. Porém, mantém-se a oposição e a dicotomia nós/eles, pois “eles” dizem X e “nós” dizemos Y. Em que X é desqualificado, apontado como sendo da ordem da ilusão, da mentira, da distorção, pois não é X, é Y. Assim, a contraposição aos saberes da FD1 pode ser apresentada sob a forma de um enunciado dividido:

#### sd 21

<b>E</b>	X	O mapa do Brasil, pós-eleição 2014, é este: dividido em duas cores (FD1)
	Y	O mapa do Brasil, pós-eleição 2014, é uma diversidade de cores (FD2)

Essa é a representação esquemática do enunciado dividido, que manifesta “a contradição entre dois domínios de saber de FD antagônicas” (COURTINE, 2009, p. 184). A marca do enunciado dividido é a contradição. Trata-se de um dizer que se constitui a partir da oposição de saberes, reunindo num mesmo enunciado pares antagônicos. Expõe, com isso, a heterogeneidade do discurso, constituído, essencialmente, a partir das relações que estabelece com o discurso-outro. O outro, surge, então, como elemento essencial no processo de significação, atuando na delimitação das fronteiras do dizível em determinada rede discursiva, a partir de relações de aliança, contradição, repetição etc.

No enunciado dividido que observamos em nosso *corpus*, representado acima, a FD2 reivindica para si “a verdade”. Ou seja, o mapa produzido no âmbito do discurso da FD1 é tido, imaginariamente, como ilusório, falso; enquanto o mapa produzido em conformidade com os saberes da FD2 é tido, imaginariamente, como ‘verdadeiro’, sendo da ordem da ‘realidade’.

Abaixo dos dois mapas representados na sd 21 lemos o enunciado “menos ódio por favor!”, o qual, em nosso entender, faz alusão ao discurso de ódio produzido no âmbito do processo discursivo da FD1 a partir dos movimentos de violências e

seus efeitos de hostilização, segregação e discriminação, conforme observamos em nossas análises. Com esse enunciado é encerrada, nessa sequência, a comparação entre os discursos das FD1 e FD2, a qual é engendrada como refutação dos pressupostos dos saberes da FD1, buscando desconstruí-los. Assim, para os sujeitos filiados à FD2, o discurso da FD1 produz efeitos de ódio a partir de uma visão dicotomizada e hierarquizada do Brasil e dos brasileiros.

Ainda, na sequência 21, observamos uma contradição na interlocução instaurada entre os saberes das FDs em pauta. O discurso da FD2 surge como uma refutação que mantém o tom agressivo da interlocução. É dizer, esse discurso quer contrapor-se aos saberes da FD1 a partir do mesmo *modus operandi* - baseado na agressividade. Entendemos, então, que a FD2 produz um discurso agressivo que não consegue desfazer a dicotomia nós/eles, mantendo a polarização do Brasil e dos brasileiros. Continua, pois, discursivizando a relação antagônica em termos binários e maniqueístas, uma vez que em um mapa está “a verdade” sobre o Brasil e os brasileiros e no outro a ilusão, a distorção. Contudo, com base nas análises até aqui realizadas, é possível compreender que essa contradição não chega a consolidar um discurso de ódio no domínio de saber da FD2.

### **3.3 Reflexões sobre as análises do terceiro capítulo**

Os funcionamentos discursivos analisados neste capítulo apontam para um horizonte de significação em que liberdade e igualdade não são considerados universais no âmbito da FD1. Neste discurso, apresentam-se como direitos fundamentais apenas para uma parcela da população: para os sujeitos filiados aos saberes da FD1, os quais não colaboraram para a reeleição de Dilma Rousseff. Aos demais brasileiros resta a desqualificação, a posição expiatória, ao invés do reconhecimento de direitos fundamentais. É desse modo que se constrói a relação hierarquizada entre o eu, sujeito inscrito na FD1, e o outro, sujeito que não se filia a esses saberes. Essa forma de relação com o outro é subjacente ao discurso de ódio, que se produz num regime de repetibilidade de saberes que significam o outro como inferior e, pela repetição, atuam na estabilização das relações sociais de dominação, fazendo funcionar a ideologia dominante. Esse modo de significação do antagonismo

em pauta consolida, neste imaginário, o Brasil e os brasileiros da FD1 e o Brasil e os brasileiros da FD2, de modo homogeneizante. Assim, emerge o ódio dirigido ao eleitor nordestino, o qual acaba produzindo um outro efeito de sentido: o ódio ao próprio regime democrático.

No discurso da FD2, observamos um trabalho discursivo no sentido de valorização dos direitos fundamentais: há um movimento para lembrar que a atuação do sujeito nordestino no processo democrático é válida. Tão válida e legítima quanto a atuação de outros 'jogadores'. Porém, como ressaltado, o discurso da FD2 não é pacífico, não é uma resposta amistosa, pois, embora com menor intensidade, retribui a agressividade presente na rede discursiva adversa e, em alguns de seus efeitos, mantém a relação polarizada entre as FDs em análise.

Esse discurso também funciona expondo as fragilidades das práticas discursivas produzidas no âmbito da FD1, pois, ao constituir-se como um contradiscurso, os dizeres da FD2 buscam mostrar os saberes da FD1 pelo avesso: trazem o mesmo dizer como uma paráfrase construída a partir de uma posição discursiva antagonica. Com isso, o discurso-outro faz-se presente no fio do discurso e, assim, estabelece-se a interlocução entre esses dizeres. Nesse processo discursivo, então, a repetibilidade insere-se num processo de desregularização e transformação de sentidos que instaura um processo de desqualificação dos sentidos adversos, acirrando o antagonismo entre esses dois domínios de saber.

De outro lado, acerca dos efeitos de ódio à democracia produzidos no âmbito das práticas discursivas da FD1, pensamos, com Rancière (2014, p. 10), que se trata do ódio ao respeito às diferenças, aos direitos das minorias, às políticas afirmativas. Para o autor, a democracia surge como fator de mediação da relação entre a oligarquia e o povo: mediando a relação tensa entre dominados e dominadores.

Rancière, a partir de um retrospecto da ideia de democracia, de suas práticas e da discussão acerca das incongruências dos regimes modernos, entende que, atualmente, vivemos em Estados de Direito Oligárquicos, os quais são construídos a partir da "apropriação da coisa pública por uma sólida aliança entre a oligarquia estatal e a econômica" (2014, p. 93). Assim, nesse contexto, o ódio à democracia nasce da intolerância das elites, e seus porta-vozes

dizem que ela [democracia] já é real demais. Nenhum se queixa das instituições que dizem encarnar o poder do povo nem propõe medidas para restringir esse poder. É do povo e de seus costumes que eles se queixam,

não das instituições de seu poder. Para eles, a democracia não é uma forma de governo corrompida, mas uma crise da civilização que afeta a sociedade e o Estado através dela (RANCIÈRE, 2014, p. 10).

O autor explica que as elites não conseguem se adaptar à democracia e seus consectários para a vida em sociedade, para um convívio democrático. As elites não toleram os valores democráticos, por isso “os males de que sofrem nossas ‘democracias’ estão ligados em primeiro lugar ao apetite insaciável dos oligarcas” (RANCIÈRE, 2014, p. 94). É para esse caminho que se orientam os discursos em análise. Pois, quando o sujeito-enunciador da FD2 situa socialmente o discurso adverso como sendo de elite (o que observamos, especialmente, nas análises das sd 14, 16 e 17), expõe esse viés do ódio e das violências materializadas no discurso da FD1.

Com isso, nossa compreensão dessas discursividades evidenciou a contradição entre as pretensões do sistema jurídico-político democrático e a forma como vivenciamos e significamos a democracia no Brasil. Essa reflexão é possível na medida em que consideramos o discurso como parte do funcionamento social (cf. Orlandi, 2011, p. 26).

#### **4 DA DESTITUIÇÃO: SOBRE O PAR GOLPE/IMPEACHMENT E #TCHAUQUERIDA**

*dar sentido é construir limites, é desenvolver domínios, é descobrir sítios de significância, é tornar possíveis gestos de interpretação.*  
Orlandi, 2003

*o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.*  
Foucault, 1996

Neste último capítulo, nossas reflexões centram-se no desfecho do *processo político, jurídico e social de rejeição e de destituição de Dilma Rousseff*, conforme nosso recorte de análise. Trataremos de materialidades que ao longo de todo processo de *impeachment* procuraram impor um movimento em direção à destituição da Presidenta; abordaremos, também, materialidades que respondem a esse movimento discursivo.

Num primeiro momento, nos dedicamos à análise dos termos golpe e *impeachment*. Explicitamos suas condições de produção, abordamos a noção de designação e analisamos seu funcionamento nos discursos das FDs 1 e 2. Depois, na segunda parte do capítulo, tratamos da *hashtag #TchauQuerida*, seus desdobramentos e os efeitos metafóricos produzidos nos processos discursivos das duas FDs, analisando seu funcionamento nessas redes de significação.

Sendo assim, neste capítulo, continuamos a observar como o referido processo é discursivizado no âmbito das duas FDs em pauta e como são produzidos os movimentos de rejeição e de resistência em relação à destituição de Dilma.

#### 4.1 Golpe/*impeachment*: do surgimento e uso dos termos no processo em análise

Prosseguindo com o processo de descrição, interpretação e compreensão das práticas discursivas tomadas como objeto de análise, nosso olhar se expande na observação do processo de rejeição e de destituição da Presidenta e, agora, debruçamo-nos sobre um segundo momento de produções discursivas. Trata-se da discursivização do par golpe/*impeachment* e do seu funcionamento. Para esta fase de nossa análise, estamos considerando as duas FDs sem deter-nos em uma posição-sujeito específica, pois os termos em questão são usados no discurso das FDs 1 e 2 em todas as suas posições de dizer.

O movimento de rejeição à Presidenta foi além da repercussão de sua reeleição e, ato contínuo, da rejeição, passamos a um movimento de destituição. Este movimento consolidou-se a partir da evocação/convocação de um processo político-jurídico de impedimento. Na outra face da moeda, temos a reação a esse movimento de resistência e inconformismo. Assim como tivemos uma reação à repercussão negativa da reeleição de Dilma, tivemos uma reação a esse pedido.

Essa situação instaurou-se discursivamente de forma que para cada domínio de saber correspondia uma forma de designar o processo político, jurídico e social que estávamos vivenciando. Aqueles que se inscrevem no âmbito dos saberes da FD1, utilizaram (e utilizam) a palavra *impeachment*, enquanto aqueles que se inscrevem no âmbito dos saberes da FD2 recorreram (e recorrem) à palavra golpe.

Antes de nos determos no funcionamento discursivo dessas designações, importa explicitar, mais amiúde, as condições de produção dessas designações.

Conforme abordado quando tratamos das CP das práticas discursivas em análise, logo após as eleições de 2014, manifestações contra Dilma e sua reeleição aconteceram em diferentes cidades brasileiras. Em primeiro de novembro de 2014, em tais manifestações os gritos de “Fora Dilma, e leva o PT junto”, já eram acompanhados pela palavra *impeachment*. Ou seja, o movimento para promover a destituição de Dilma começou nessa época, por meio do pedido de *impeachment* nos protestos contra seu governo<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> Conferir em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml> > ; <<http://exame.abril.com.br/brasil/protesto-em-sao-paulo-pede-o-impeachment-de-dilma/> > ;

Salientamos que apresentamos algumas imagens para ressaltar a cronologia do uso dos termos em análise e, também, para evidenciar a forma e a intensidade com que foram empregados nos discursos em pauta. Assim, as imagens que seguem são ilustrativas e não serão objeto de análise.



Imagem 3 - *Impeachment* em novembro de 2014 <sup>79</sup>.

No mês de março de 2015, já estava em circulação a reação ao pedido de *impeachment*. Nos protestos realizados ao longo do ano de 2015 e de 2016 o binômio esteve sempre presente, conforme podemos observar nas imagens que seguem.

---

<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/11/15/com-bolsonaro-protesto-contradilma-reune-mais-de-6000-mil-em-sp.htm#fotoNav=17>>.

<sup>79</sup> Imagem disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/11/15/com-bolsonaro-protesto-contradilma-reune-mais-de-6000-mil-em-sp.htm#fotoNav=17>>. Acesso em: 15 mai. 2016.



Imagem 4 - Golpe em março de 2015 <sup>80</sup>.

No mês de março de 2016, o par *Golpe/Impeachment* circulava nas ruas, nos protestos e no espaço virtual com força e intensidade<sup>81</sup>. Igualmente, na Câmara dos Deputados circulavam livremente os termos golpe e *impeachment*, como num clima de campanha eleitoral entre os congressistas. Os termos já eram usados diferentemente, junto com outras expressões. Na última seção desse capítulo, abordaremos esses desdobramentos do par em análise.

---

<sup>80</sup> Imagem disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/13/entidades-sindicais-realizam-novos-atos-pro-dilma-em-11-estados.htm#fotoNav=33>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

<sup>81</sup> Conferir em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/03/especialistasdebatemseprocessodeimpeachmentfereconstituicao5648986.html>>;

<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/13/entidades-sindicais-realizam-novos-atos-pro-dilma-em-11-estados.htm#fotoNav=33>>.



Imagem 5 - *Impeachment no Congresso* <sup>82</sup>.



Imagem 6 - *Golpe no Congresso* <sup>83</sup>.

<sup>82</sup> Imagem disponível em:

<<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/04/plenariodacamaracomecadiscutirprocessodeimpeachmentacompanheo>>. Acesso em 15 mai. 2016.

<sup>83</sup> É impeachment ou golpe?", por Malu Gaspar, em 31/03/2016, Revista Piauí. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/questoes-da-politica/e-impeachment-ou-golpe/>>. Acesso em 15 mai. 2016.



Imagem 7 - Golpe/Impeachment<sup>84</sup>.

Em maio de 2016, a Presidenta foi notificada a prestar esclarecimentos pelo uso do termo golpe, em função de uma ação proposta por deputados dos partidos PSDB, DEM, SD, PP e PPS<sup>85</sup>.

Por fim, é preciso esclarecer que, neste trabalho, não abordaremos os aspectos estritamente jurídicos do *impeachment*. É dizer, não entraremos na discussão acerca da legitimidade ou não da destituição da Presidenta. Não discutiremos a existência ou inexistência de crime de responsabilidade, embora tenhamos um juízo formado a esse respeito. Nosso foco não é o nível jurídico-constitucional do processo de destituição, mas, sim, a discursivização do processo, levando em conta o recorte discursivo realizado. Nosso objetivo, portanto, é compreender as práticas discursivas que materializaram esse processo.

---

<sup>84</sup> Imagem disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1759503comissadoimpeachmentdevemantervotacaoorpaineleletronico.shtml>>. Acesso em 15 mai. 16.

<sup>85</sup> Conferir em:

- <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/stf-notifica-dilma-para-explicar-acusacao-de-que-sofreu-golpe.html>>;

- <<http://jornalggn.com.br/noticia/dilma-explica-a-rosa-weber-que-foi-golpe-por-mais-de-100-fontes>>.

#### 4.1.2 Designação e Análise de Discurso: do funcionamento discursivo do par Golpe/*Impeachment*

Neste contexto, entendemos que o uso dos termos golpe e *impeachment* não se limita a um simples gesto de nomeação, pois, dadas as relações que procuram representar e expor, designam todo o processo que aqui analisamos. Assim, se, no início, o termo *impeachment* era utilizado como nome do pedido de afastamento definitivo (ou seja, o nome dado a um processo político e jurídico), com o tempo, tornou-se uma designação para a situação vivida no cenário político nacional. Do mesmo modo, a palavra golpe deixou de ser simplesmente um outro nome ao pedido de *impeachment* e passou a designar todo o contexto no qual foi produzida.

Ao evocar o contexto de sua produção, o uso de cada termo também funciona como uma forma de posicionamento, pois ao utilizar uma palavra e não outra o sujeito demarca de qual espaço discursivo enuncia, revelando suas filiações, sua posição de dizer, a FD que o afeta em suas práticas discursivas.

O par em análise representa os saberes de duas FDs antagonistas, aqui denominadas de FD1 (anti-Dilma) e FD2 (pró-Dilma). Tais palavras, neste contexto, referem-se a mesma situação a partir de posições opostas e em embate. Cada uma, por estabelecer relações próprias com a exterioridade, traz o interdiscurso de uma forma específica para o fio do discurso, em processos discursivos diferentes, mas com o mesmo objetivo: legitimar os saberes da FD em que se inscrevem e as posições sustentadas em relação à rejeição e à destituição da Presidenta.

Assim, entendemos que tais termos representam um contexto discursivo determinado, funcionando como uma 'cápsula discursiva'<sup>86</sup>: um pequeno elemento que representa, como num processo metonímico, todo o movimento de saberes engajado em sustentar e legitimar o discurso das FDs em que se inserem.

---

<sup>86</sup> A expressão *cápsulas discursivas* foi utilizada por Jael S. Sigales-Gonçalves no VIII Seminário Nacional sobre Linguagem e Ensino (VIII SENALE), em 2016, quando tomamos conhecimento da mesma. Depois disso, passamos a utilizá-la em nossas reflexões, mas apresentando-a da forma como a entendemos. Sigales-Gonçalves aprofunda suas reflexões sobre tal expressão em sua tese de doutorado, a qual se preocupou com o que a autora chamou de discurso de divulgação jurídica (SIGALES-GONÇALVES, 2017). Na análise discursiva do discurso do Ministro-Relator do "Mensalão" no Supremo Tribunal Federal (STF), o estudo identificou que as discrepâncias entre o texto preparado para ser lido e o que de fato foi lido pelo Ministro no Plenário da Corte podem ser entendidas como cápsulas de sentido, isto é, como *cápsulas discursivas*, que metonimizam os sentidos produzidos pela disjunção entre o que pode ser escrito e o que pode ser lido na formação discursiva que determina o discurso.

Para pensar a noção de designação, recorreremos às considerações de Eduardo Guimarães, estudioso do tema que diferencia nomeação e designação. Segundo ele, a nomeação diz respeito ao “funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” (GUIMARÃES, 2005, p. 9). Trata-se da relação nome/objeto, está no nível da indicação da existência ou da classificação da coisa da qual se fala.

Partindo dessa definição, sustentamos que os termos em análise ultrapassam o nível da nomeação, pois sua compreensão exige que sejam considerados além da relação de nomeação que estabelecem com o processo a que se referem. Isso porque encerram em si todo o complexo de relações discursivas envolvidas nesse processo, como cápsulas discursivas. Aqui, a ambiguidade que a expressão “nesse processo” pode produzir é proveitosa, pois os termos em análise (*golpe/impeachment*) sintetizam a rede de relações envolvidas no processo de significação dos próprios termos e também no processo de rejeição e de destituição de Dilma. Desse modo, para entender que cada termo funciona como uma tomada de posição em relação a determinado processo discursivo é preciso atentar para as relações que cada um estabelece com o contexto de sua produção.

Para desenvolver essas reflexões e compreender os termos em questão na direção em que estamos indicando, entendemos que designar é muito mais do que simplesmente nomear. Nesse sentido, Guimarães nos diz que designação é a

**significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome.** A designação é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real. Por isso um nome não é uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. Para mim tal como considera Ranciere os nomes identificam objetos (2003, p. 54, grifo nosso).

Nas práticas discursivas analisadas, o uso de cada termo, por si só, estabelece e expõe determinadas relações com a exterioridade, revelando, com isso, a dimensão sócio-histórica e ideológica do discurso. Este olhar sobre os termos nos permite considerar as suas significações em relação “com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome”. E, assim, observar, em nosso *corpus*, que o papel da designação “não se reduz ao papel de indicar a existência ou de servir de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte” (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Os nomes *golpe* e *impeachment*, ao discursivizarem o mesmo processo (mas em direções opostas e em confronto), funcionam como elementos das relações que ajudam a constituir nesse processo e, também, as materializam. Cada termo funciona como uma tomada de posição, entendida como efeito de identificação do sujeito enunciador em relação à forma-sujeito de determinada FD. Assim, o uso desses termos, nesse contexto de produção, não é aleatório: vincula o seu enunciador a certa FD e, com isso, ao mesmo tempo, o coloca em posição antagônica com outros saberes. Por esse efeito de identificação, a utilização de um dos termos implica em interdição do uso do outro termo. Com esse funcionamento, *golpe* e *impeachment* passam a constituir as relações de força que materializam no discurso e deixam de representar um mero processo de nomeação, classificação ou qualificação do objeto a que remetem.

Feitas essas considerações, começamos a compreender que essas palavras funcionam como cápsulas discursivas, representando toda a urdidura de relações mobilizadas, nesse contexto de produção, pelos dois domínios de saber que sustentam cada uma. Seus funcionamentos evocam da memória discursiva diferentes suportes para justificar as posições sustentadas, mantendo a produção de sentidos em direções dissonantes, mantendo o embate entre as FDs.

A FD1 mobiliza a memória do movimento *Caras Pintadas* que culminou com a saída do Presidente Fernando Collor de Mello e, a partir dessa memória, estabelece relações com o processo atual de modo a reafirmar os sentidos produzidos no âmbito de seus saberes. De outro lado, a FD2 mobiliza a memória da ditadura militar vivida no Brasil e, a partir dessa retomada, também estabelece relações com o processo atual para reafirmar a legitimidade de seu discurso. As diferenças e contradições que essas designações põem em movimento ajudam a compreender o funcionamento da ideologia materializada no discurso.

Essas palavras fazem funcionar um complexo processo de significação que relaciona as duas FDs ao interdiscurso e à memória discursiva, atualizando diferentes efeitos de sentido já em circulação para sustentar posições de dizer diferentes e divergentes. Conforme Indursky, essas relações diferentes e específicas com a memória discursiva são possíveis porque cada FD é regulada por uma memória discursiva, que é determinada ideologicamente:

constata-se que **uma FD é regulada por uma memória discursiva que faz aí ressoar os ecos de uma memória coletiva, social**. Por outro lado, a memória discursiva que se depreende de uma FD não é plena, não é saturada, pois **nem todos os sentidos estão autorizados ideologicamente a ressoar em uma FD**. Essa é a diferença que se estabelece entre o memorável, que é de ordem do “todos sabem, todos lembram”, e a memória discursiva que é de ordem ideológica. É o ideológico que responde pela natureza lacunar de uma FD e da memória discursiva por ela representada (2011, p.87, grifo nosso).

Essas múltiplas memórias retomadas e realocadas pelas designações em pauta são mobilizadas para ocupar espaços específicos em processos discursivos específicos (num discurso e não em outro, promovendo, ao mesmo tempo, movimentos de legitimação e deslegitimação de saberes). É compreendendo esse movimento de resgate de memórias e o lugar que passam a ocupar que podemos observar a ideologia funcionando no discurso. Pois o que pode, deve e convém ser retomado no âmbito do discurso de cada FD é ideologicamente determinado.

Para pensar os sentidos que as duas designações produzem, importante pensar as noções de interdiscurso e memória discursiva. Compreendemos, conforme propõe Indursky, que

**se o interdiscurso remete, como nos diz Orlandi, à memória do dizer, isto significa que tudo que já foi dito inscreve-se no interdiscurso e, se isso ocorre é porque o interdiscurso constitui-se de um complexo de formações discursivas**. Ou seja: **todos os sentidos já produzidos aí se fazem presentes, e não apenas os sentidos que são autorizados pela Forma-Sujeito**. E, se é assim, nada do que já foi dito pode dele estar ausente. O interdiscurso **não é dotado de lacunas**. Ao contrário. Ele se apresenta **totalmente saturado**. Esta é a natureza do interdiscurso: reunir todos os sentidos já produzidos por vozes anônimas, já esquecidas. E **é por comportar todos os sentidos que ele se distingue da memória discursiva** (2011, p. 86, grifo nosso).

Nessa perspectiva, não consideramos interdiscurso como sinônimo de memória discursiva. Para traçar essa diferença, entendemos que o primeiro é saturado de sentidos, abrange todos os dizeres (passados e presentes) e todas as possibilidades de dizer (os dizeres futuros). Nele estão os sentidos que ‘todos sabem, todos lembram’, ou seja, estão os saberes memoráveis, passíveis de serem retomados.

Diferente é a memória discursiva, porque mantém suas relações não com esse todo saturado que é o interdiscurso, mas com a FD em que o discurso é produzido. Ou seja, tem um compromisso com a rede de filiações da FD: “se a memória discursiva se refere aos enunciados que se inscrevem em uma FD, isto

significa que ela diz respeito não a todos os sentidos, como é o caso do interdiscurso, mas aos sentidos autorizados pela Forma-Sujeito no âmbito de uma FD” (INDURSKY, 2011, p. 86-7).

Nesse caminho, compreendemos que as retomadas de dizeres são feitas a partir de certa posição de dizer, determinada por certa FD, que é regulada por certa FI, ou seja, as retomadas dos saberes interdiscursivos obedecem a um funcionamento ideológico. Por isso, entendemos que a memória discursiva faz parte do interdiscurso, mas abrange uma região de saberes mais restrita: é um recorte do desse todo saturado determinado pela posição-sujeito e pela FD em que o sujeito do discurso se inscreve. A memória discursiva, portanto, é lacunar e está circunscrita pelo que pode, deve ou convém ser dito e lembrado no âmbito dos saberes da FD.

Então, como numa via de mão dupla, se a memória discursiva está circunscrita pelo dizível em certa FD, também está circunscrita pelo não dizível na FD: “ao ser refutado um sentido, ele o é também a partir da memória discursiva que aponta para o que não pode ser dito na referida FD. A memória discursiva ainda tem um outro funcionamento: é em função dela que certos sentidos são ‘esquecidos” (INDURSKY, 2011, p. 87). É por meio da memória discursiva, determinada ideologicamente, que os efeitos de apagamento e esquecimento de certos dizeres são produzidos. No entanto, a produção desses efeitos não acarreta o apagamento ou esquecimento definitivo desses saberes, pois eles permanecem, inexoravelmente: “um sentido pode desaparecer de uma FD, mas não pode ser apagado do interdiscurso, onde ele permanece recalcado” (INDURSKY, 2011, p.87).

São essas relações e diferenças entre memória discursiva e interdiscurso que podemos observar nas designações em análise: cada uma mobiliza diferentes elementos do interdiscurso para sustentar-se e para discursivizar o mesmo processo. Todos esses elementos são passíveis de serem retomados, mas dadas as diferentes relações ideológicas que subjazem a cada FD, estão autorizadas as retomadas de uns e desautorizadas a retomada de outros.

Golpe e *impeachment* significam o mesmo acontecimento, mas percorrendo caminhos divergentes. Isso é possível porque essas significações do mesmo são produzidas no âmbito de FDs diferentes, reguladas por memórias discursivas diferentes. Observar esses termos nos faz retomar a lição de Pêcheux, quando

afirma que “as palavras, expressões e proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (2009a, p. 147), porque

**o sentido de uma palavra**, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a materialidade significante), mas, ao contrário, **é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas** (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões e proposições etc., **mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aquele que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem** (PÉCHEUX, 2009a, p. 146-7, grifo nosso).

Sendo assim, para compreender como o mesmo processo de rejeição e de destituição da Presidenta é discursivizado em direções diametralmente opostas a partir das designações golpe e *impeachment* precisamos observar os processos discursivos em que se inserem. Voltemos, então, às designações, as suas FDs e aos movimentos de recorte realizados no interdiscurso (por meio da memória discursiva).

A FD1 defende que o processo vivido em nosso cenário político deve ter como desfecho o impedimento da Presidenta e, portanto, é nesse discurso que se (re)utiliza a designação *impeachment*. O uso dessa designação sustenta-se nos efeitos de rejeição à Dilma e aos seus supostos eleitores que o discurso da FD1 produz. Nesse contexto de produção, o uso desse termo mobiliza a memória do *impeachment* do Presidente Collor, conforme já ressaltado. Subjaz a esse movimento de memória a reafirmação da legalidade e legitimidade do processo de destituição da Presidenta: assim como foi legal e legítima a destituição de Collor, o é a de Rousseff.

O processo de impedimento de Collor foi instaurado a partir de denúncias e investigações de esquemas de corrupção. A memória do caso Collor de Mello está envolta em denúncias de corrupção e marcada pela condenação do Presidente, o que sugere a veracidade das denúncias. Ressaltamos que não houve impedimento, pois Collor renunciou antes do desfecho do processo de *impeachment*. No entanto, mesmo assim, tal episódio ficou marcado na memória discursiva brasileira como *impeachment* e será assim tratado em nossas reflexões.

De outro lado, a memória do *impeachment* de Collor está fortemente marcada por um movimento popular que tomou as ruas para, num grito coletivo contra a corrupção, pedir o *impeachment* do Presidente. Ressoa, no contexto atual, a

mobilização popular intensa que colaborou para o desfecho de Collor: grande parte da população brasileira foi para as ruas protestar, pedir o afastamento definitivo de um Presidente corrupto, exigindo um novo Presidente. Assim, no âmbito da FD1 e de sua memória discursiva, o papel da população é associado a uma memória muito positiva: o povo reagiu, requereu seus direitos indo às ruas.

Rememorar o episódio Collor, no contexto de produção discursiva dos saberes da FD1, retoma efeitos de sentido positivos em relação à democracia e ao povo brasileiro. Explicamos. O resgate dessas memórias funciona aproximando os dois aspectos citados do *impeachment* de 1992 ao processo de *impeachment* de 2016, quais sejam: corrupção e atuação popular. Esses fatores são (re)significados para reforçar a legitimidade e a necessidade de afastamento da Presidenta e, do mesmo modo, a legitimidade e a necessidade da atuação da população (indo às ruas protestar até que o *impeachment* se concretize).

Essa memória associa a corrupção investigada no processo de Collor à situação de Dilma (e de todo o cenário político brasileiro) em razão de uma operação federal de combate à corrupção, capitaneada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. Derivada de operações menores que iniciaram em 2008, em 2014 foi deflagrada a *Operação Lava Jato* para investigar a corrupção no alto escalão da política brasileira. No decorrer das investigações vários políticos foram indiciados e processados, dentre esses, há muitos nomes do partido de Dilma. Desde então, o PT era (é) noticiado como o mais corrupto<sup>87</sup>.

É a partir dessas condições de produção que esse movimento de memória e de produção de efeitos de sentido, na FD1, associa a Presidenta à corrupção e inflama a população a reagir. Tomando o contexto de Collor e a retomada do bordão “impeachment já!”, temos, parafrasticamente, o seguinte funcionamento dessas memórias nas práticas discursivas em análise: reagimos, em 1992, à corrupção de Collor e conseguimos tirá-lo da presidência, portanto, precisamos reagir, hoje, e tirar Dilma do poder.

Deslocando esses sentidos para o momento atual, o processo de resignificação dessa memória traz o passado político brasileiro como um exemplo a ser seguido. E, parafrasticamente, funciona na seguinte direção: vivemos isso no

---

<sup>87</sup> Conferir em:

<<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o\\_Lava\\_Jato](https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Lava_Jato)>

passado e fizemos o correto, estamos vivenciando isso novamente e temos o dever de agir corretamente novamente. Diante dos efeitos de sentido que sustentam a designação *impeachment*, no discurso da FD1 o impedimento de Dilma Rousseff surge como a única saída para a situação social e política brasileira, como a solução correta e como dever da população exigí-la. Portanto, observamos que nesse intrincado processo de significação em que é produzida e utilizada a designação *impeachment*, todos os efeitos de sentido mobilizados convergem para a consolidação de uma aura positiva em torno do processo de rejeição e de destituição da Presidenta.

De outro lado, e numa direção oposta, a FD2 recorta do interdiscurso a memória da ditadura militar brasileira para discursivizar os acontecimentos políticos relativos aos movimentos de rejeição e de destituição de Dilma. Essa discursivização se dá promovendo movimentos de resistência, consolidando o discurso da FD2 como um contradiscurso. Por isso, é (re)utilizado, no âmbito desse discurso, o termo golpe para significar o processo de rejeição e de destituição em questão. Esse movimento de memória busca deslegitimar a destituição de Dilma, pois assim como foi um abuso e um excesso o regime militar, o é a retirada de Dilma da presidência. Assim como foi ilegítima a tomada de poder pelos militares, é ilegítima a tomada de poder pelos adversários da Presidenta.

O golpe militar de 1964 refere-se a um conjunto de eventos contra o então Presidente da República, João Goulart, ocorridos em 31 de março, que culminaram com a tomada de poder pelos militares. Desfazendo a ordem constitucional vigente, os militares encerraram ilegitimamente o governo democraticamente eleito. Instaurava-se, com isso, uma ordem política autoritária que perdurou até 1985<sup>88</sup>.

Os sentidos negativos que são retomados desse passado referem-se à tomada de poder de forma ilegal e ilegítima, ao autoritarismo do regime militar e às diversas arbitrariedades vivenciadas ao longo da exceção política (cassação de direitos políticos, censura, redução dos direitos e garantias individuais do cidadão frente ao poder do Estado, repressão aos opositores e movimentos sociais por meio de muita violência).

---

<sup>88</sup> Conferir em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Golpe\\_de\\_Estado\\_no\\_Brasil\\_em\\_1964](https://pt.wikipedia.org/wiki/Golpe_de_Estado_no_Brasil_em_1964)>

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>>

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura\\_militar\\_no\\_Brasil\\_\(1964%E2%80%931985\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_militar_no_Brasil_(1964%E2%80%931985))>

Assim como observamos no âmbito da FD1, mas em uma direção diametralmente oposta, as memórias postas em funcionamento pelo discurso da FD2 convergem para a produção de efeitos de sentido que consolidam uma aura negativa em torno do processo de rejeição e de destituição de Dilma. Então, na contramão do movimento que a FD1 realiza, no discurso da FD2 o afastamento da Presidenta é significado de forma negativa e o passado político brasileiro ressurgiu como um exemplo a não ser seguido. Considerando essas memórias discursivas e o discurso em que são alocadas, temos, parafrasticamente, o seguinte funcionamento: se no passado sofremos com a retirada ilegítima de um Presidente e com a tomada de poder por um grupo igualmente ilegítimo, hoje não será diferente; portanto, temos o dever de agir e impedir um novo golpe à democracia brasileira.

Ressaltamos, ainda, que o par *golpe/impeachment* remete à memória da ditadura militar por outro viés. Na época em que foi instaurado o regime militar circulavam em discursos antagônicos os termos *golpe* e *revolução* para discursivizar a tomada de poder pelos militares – num processo de significação muito semelhante ao que analisamos no contexto do movimento de rejeição e de destituição de Dilma Rousseff.

De um lado, os sujeitos favoráveis ao regime militar utilizavam o termo *revolução* para designar a tomada de poder pelos militares e o regime político por eles instaurado<sup>89</sup>. De outro lado, os sujeitos contrários à ditadura utilizavam o termo *golpe* para referir os mesmos acontecimentos, mas, nesse contexto de produção, o termo normalmente surge associado a um modificador que o adjetiva: golpe militar.

Essa discursivização das relações de forças antagônicas a partir de duas designações ressoa no contexto do processo de impedimento de Dilma apontando para a forma como o poder é retirado da Presidenta. Para aqueles que entendem que é legítimo o impedimento o termo utilizado é *impeachment*, sendo legítimo retirá-la do poder. Paralelamente, no passado, aqueles que entendiam ser legítima a retirada do Presidente João Goulart do poder utilizavam o termo *revolução*. Diversamente, para aqueles que entendem que é ilegítimo o impedimento da Presidenta o termo é *golpe*, sendo ilegítimo retirá-la do poder. Do mesmo modo, no

---

<sup>89</sup> INDURSKY (1997) apresenta uma análise detalhada do discurso presidencial militar do período da ditadura brasileira em que podemos observar os efeitos de sentido que o termo *revolução* assume nesse processo discursivo. Também é possível compreender a relação de oposição que o termo *revolução* estabelece com o termo *golpe*.

passado, aqueles que entendiam ser ilegítima a destituição do Presidente, usavam o termo *golpe (militar)*.

Desse modo, *impeachment* está para *revolução*, assim como *golpe* está para *golpe (militar)*. Podemos observar uma mesma direção de significação em relação aos quatro termos. No âmbito das designações *impeachment* e *revolução* a retirada do(a) Presidente(a) do poder é vestida com efeitos de sentidos positivos: é legítima, legal, necessária, sendo apresentada como um caminho benéfico para a nação. No entanto, no âmbito das designações *golpe* e *golpe (militar)* a retirada do(a) Presidente(a) do poder é marcada por efeitos de sentido negativos, pois a ênfase está no fato de o Presidente(a) por ser legítimo e democraticamente eleito, por isso a forma legítima de retirá-lo do poder também deve ser democrática. Assim, é ilegítimo e ilegal destituir o(a) Presidente(a).

Observamos, ainda, que, ao longo do processo de rejeição e de destituição, as designações *golpe* e *impeachment* desdobraram-se em diferentes bordões utilizados para fazer ressoar os saberes das FD1 e 2. Assim, o que iniciou sua produção como um simples gesto de nomeação, passou a representar um complexo processo de designação e, discursivamente, desenvolveu-se, produzindo diferentes enunciados, tais como os que apresentamos a seguir:

<b>FD2</b>	<b>FD1</b>
#AceitaDilmaVez	#SaiDilmaVez
Não vai ter golpe Não vai ter golpe, vai ter luta	Vai ter impeachment
Contra o Golpe Golpe nunca mais Impeachment sem crime é golpe	Impeachment já!
Em defesa da democracia: Dilma fica!	Tchau querida!
Em defesa da democracia, contra o golpe	Fora Dilma

Quadro 2 – Golpe/*Impeachment* e seus desdobramentos discursivos.

As imagens 3, 4, 5, 6 e 7, apresentadas no início deste capítulo, mostram algumas das expressões apresentadas no quadro 2. Todos esses desdobramentos do par em pauta inserem-se num regime de repetibilidade das memórias que subjazem cada designação e que sustentam os efeitos de sentidos que cada uma atribuiu ao mesmo acontecimento. Estão no eixo parafrástico da produção de sentidos: são formas diferentes de dizer o mesmo, de manter o processo de significação na mesma direção de produção de efeitos, estabilizando-o.

Observamos, ao longo de nossas análises, que as discursividades analisadas, não raro funcionam como respostas umas das outras. Em razão dessa constante ‘conversa’ entre as práticas discursivas analisadas, organizamos (no quadro 2) as expressões que derivam das designações *golpe* e *impeachment* em pares.

O funcionamento discursivo da repetição é questão central nas reflexões em AD, pois, conforme Indursky, “a repetibilidade está na base da produção discursiva. É ela que garante a constituição de uma memória social que sustenta os dizeres, pois só há sentido porque antes já havia sentido” (2011, p. 88). Em nosso *corpus*, destacamos a repetição das designações em análise e seus desdobramentos em diferentes bordões para observar as variadas formas de insistir na legitimidade dos saberes das FDs em que são produzidas. Com isso, ressaltamos que, assim como as designações representam uma trama de relações com a exterioridade no âmbito de cada FD, os bordões selecionados mantêm esse funcionamento, repetindo e reforçando essas relações sócio-históricas materializadas na língua.

Os saberes de cada FD se inscrevem em uma matriz de sentidos que guia o processo de significação no âmbito do processo discursivo da FD. É a partir da matriz que são configurados os limites da produção de efeitos de sentido, trata-se do que pode, deve ou convém ser dito (e lembrado) no âmbito da FD. Ou, nas palavras de Indursky, “se a matriz de sentidos se institui através do processo de repetibilidade, ela também coloca os limites dessa repetição, pois a matriz de sentido estabelece o que pode e deve ser dito no interior de uma FD” (2011, p. 68).

Sendo assim, os pares selecionados reverberam, pela repetição, os efeitos de sentido atribuídos ao processo de rejeição e de destituição. Com isso, funcionam guiando as significações para mantê-las na mesma direção em cada FD, estabilizando-as. Relembramos: para a FD1, todo o processo de rejeição e de

destituição da Presidenta é discursivizado de forma a produzir uma aura positiva em torno desses acontecimentos, surgindo a destituição da Presidenta como algo positivo e necessário para o Brasil e para os brasileiros. Já para a FD2, o processo em questão é discursivizado de forma a envolvê-lo em efeitos negativos, sendo prejudicial para o Brasil e para os brasileiros.

Tais enunciados explicitam a insistência e a força dos movimentos de rejeição e de destituição, de um lado, e dos movimentos de resistência de outro. O primeiro par é formado por duas *hashtags*<sup>90</sup>. Não nos deteremos nas outras expressões apresentadas porque, conforme já esclarecido, entendemos que todas mantêm o mesmo funcionamento e representam, de modo mais ou menos uniforme, o mesmo processo. Explicamos o contexto de sua produção para exemplificar e explicitar o clima de interlocução que subjaz aos demais pares.

Em abril de 2015, ocorreu mais um protesto contra Dilma e seu governo, sendo, portanto, mais um ato para intensificar os clamores por *impeachment* e insistir nos sentidos que essa palavra põe em funcionamento. Nesse mesmo dia, foi realizado um ‘*tuitaço*’ pró Dilma proposto na *fanpage* oficial do Partido dos Trabalhadores<sup>91</sup>, como uma reação ao protesto antigoverno.

Estamos entendendo *tuitaço* como um evento virtual, que exige a atuação virtual de muitas pessoas, e consiste em saturar a rede social de um determinado conteúdo através do uso e replicação insistente de uma determinada *hashtag*. Neste caso, a *hashtag* #AceitaDilmaVez, produzida no âmbito do discurso da FD2. Considerando que essa *hashtag* foi uma resposta ao protesto citado, no âmbito da FD1 foi produzida, no mesmo ambiente virtual, uma réplica: #SaiDilmaVez.

Esse primeiro par de expressões derivadas das designações em discussão, constrói-se a partir de um jogo de palavras. Temos um trocadilho em que a sentença

---

<sup>90</sup> Na linguagem das redes sociais, “*hashtag* é uma palavra-chave antecedida pela cerquilha (#) que as pessoas geralmente utilizam para identificar o tema do conteúdo que estão compartilhando nas Redes Sociais” (cf. <<http://marketingdeconteudo.com/o-que-e-hashtag/>>). As *hashtags* são identificadas pelo seu símbolo #, funcionam como indexadores dos temas abordados na rede social e “viram hiperlinks dentro da rede, [...] outros usuários podem clicar nas *hashtags* (ou buscá-las em mecanismos como o Google) para ter acesso a todos que participaram da discussão. As *hashtags* mais usadas no *Twitter* ficam agrupadas no menu *Trending Topics*” (cf. <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Hashtag>>). Ou seja, no ambiente virtual, o uso das *hashtags* confere maior visibilidade ao tema abordado, porque a indexação permite que outros usuários o rastreiem. Além disso, se a *hashtag* alcançar um grande número de replicações ganhará ainda mais destaque através do menu *Trending Topics*.

<sup>91</sup> Conferir em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1615676-em-dia-de-protestos-petistas-fazem-tuitaco-a-favor-de-dilma.shtml>> Acesso em 25 jan. 2017.

“Aceita de uma vez”, em razão da similaridade em nível fonético-fonológico, passa a ser representada como “Aceita Dilma vez”. Ou seja, o nome Dilma surge como a representação gráfica das palavras “de uma”, trocadilho possível graças à proximidade sonora entre as pronúncias. O mesmo processo se dá em #SaiDilmaVez.

No plano do discurso da FD2 temos uma *hashtag* que põe em movimento sentidos a favor de Dilma e de seu governo, em defesa da manutenção de sua condição de Presidenta do Brasil. Funciona como um clamor: aceitem logo que ela é nossa Presidenta, porque é legítima e deixem ela presidir; parem de boicotá-la pedindo o seu afastamento. Portanto: aceitem porque ela foi eleita democraticamente. Nesse caminho de significação, esse enunciado retoma e reafirma a relação entre Dilma e Democracia, um dos esteios em que se ancora a designação golpe no âmbito da FD2.

Na contramão desse discurso, temos a *hashtag* #SaiDilmaVez, produzida no âmbito do discurso da FD1 e baseada no mesmo trocadilho. Aqui, ecoam os clamores pelo *impeachment* de Dilma, por isso ela deve “sair de uma vez”. Igualmente, ecoam as justificativas que sustentam o impedimento de Dilma como algo positivo para a nação.

Outros desdobramentos são as expressões “golpe nunca mais” e “*impeachment* já!”. A primeira, retoma a associação ao golpe militar, reafirmando a deslegitimidade da destituição de Dilma: já vivemos um golpe uma vez, não viveremos de novo. A segunda, associa o impedimento de Dilma ao *impeachment* de Collor, em que foi utilizado esse mesmo bordão, retomando um movimento de memória engajado em reafirmar a legitimidade e a necessidade do *impeachment* de Dilma, conforme já explicitamos. Observamos, assim, o mesmo funcionamento: já tivemos um *impeachment* em nossa história e foi o melhor caminho, hoje essa história se repete e o *impeachment*, novamente, é a solução.

Enfim, em todos os enunciados apresentados reverberam os saberes que legitimam o discurso de cada FD. Nesse contexto, entendemos que tais repetições operam como um excesso, pois buscam saturar os processos discursivos com determinados efeitos de sentido, funcionando como uma forma de interditar outros caminhos de significação, por não dar espaço para que outras possibilidades de significação dos mesmos acontecimentos sejam produzidas.

A partir das designações golpe e *impeachment*, cada FD mobiliza memórias capazes de, além de legitimar as posições sustentadas, associar sentidos positivos ou negativos ao processo de rejeição e de destituição de Dilma Rousseff, conforme a direção da produção de efeitos de sentido no âmbito de cada FD. A FD1 associa sentidos positivos, para marcar, pela repetição, que o *impeachment* é correto e é legal, sendo apresentado, nesse discurso, como o melhor caminho para a nação (ou o único caminho benéfico para ‘todos’). Já a FD2 associa sentidos negativos ao processo de rejeição e de destituição da Presidenta para, com isso, repetir e insistir que não é um bom caminho, não é o correto, não é legal, ao contrário: é a pior opção porque pode desembocar em caminhos como os de um regime de exceção.

A insistência na legitimidade dos pressupostos que sustentam cada discurso (da FD1 e da FD2) funciona buscando estabilizar os processos de significação, controlando os sentidos e guiando as direções que se movimentam. Repetir tanto e de diferentes formas confere uma aparência de unicidade: os sentidos só podem ser esses. É dizer, nas práticas discursivas inscritas na FD1, os sentidos atribuídos ao processo de rejeição e de destituição só podem ser construídos de forma positiva, levando a compreender que a destituição da Presidenta é necessária e legítima. De outro lado, nas práticas discursivas inscritas na FD2, os sentidos só podem ser negativos, levando a uma única conclusão: a destituição de Dilma é ilegítima e constitui um golpe à democracia.

Por fim, a partir de nossas análises, observamos que as duas FDs se posicionam em defesa da democracia, mas instauram processos discursivos que se movem em direções opostas. Discursivizam a mesma situação, usam argumentos semelhantes<sup>92</sup>, mas propõem caminhos opostos. Ambas entendem que representam a vontade do povo, da maioria, o que serve para reforçar o suposto caráter democrático de cada discurso. Para o discurso da FD1 o ‘povo’ quer o *impeachment* (como consequência do clamor das manifestações populares). Já para o discurso da FD2 o ‘povo’ elegeu Dilma, que deve continuar ocupando esse espaço de poder porque o povo assim o quis (e ainda quer). Sendo assim, nossas reflexões mostram

---

<sup>92</sup>As FDs mobilizam os mesmos argumentos que, em síntese, são: defesa da democracia e solução da crise política e institucional. Na FD1 a defesa da democracia se dá por meio da destituição de Dilma; a solução da crise política e institucional também se dá somente com a destituição da Presidenta. Na FD2, defender a democracia é impedir a destituição ilegítima de Dilma; solucionar a crise política e institucional somente deixando a Presidenta legítima exercer seu poder.

como o mesmo pode ser significado diferentemente, ou seja, mostram o jogo de forças materializado na língua.

#### 4.2 #TchauQuerida

Outro enunciado que traz em si toda carga de sentidos envolvida no processo de rejeição e de destituição de Dilma é *Tchau Querida*, o qual se movimentou de uma FD para outra. Apresentamos tal enunciado no quadro 2, como um dos desdobramentos do par golpe/*impeachment*.

Antes da votação na Câmara sobre a admissibilidade do processo de impedimento da Presidenta surgiu a *hashtag* #TchauQuerida, utilizada tal como um *slogan* de campanha. Inicialmente, foi produzida e repetida no domínio de saber da FD1. Em resposta, no âmbito da FD2, foi produzida a *hashtag* #FicaQuerida.



Imagem 8 - #FicaQuerida e #TchauQuerida<sup>93</sup>.

Conforme já ressaltamos, entendemos as *hashtags* como cápsulas discursivas. Funcionam como pequenos elementos que condensam todo um contexto discursivo, como num processo metonímico, em que uma pequena parte representa o todo. Ao representar esse todo complexo, esses elementos, observados em seu funcionamento discursivo, são capazes de revelar tomadas de

<sup>93</sup> Imagem disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/04/surpresas-desafios-a-cunha-e-tchau-querida-os-votos-mais-marcantes-da-sessao-do-impeachment-5780254.html>>.

posição, filiações discursivas, movimentos interdiscursivos envolvidos na produção de sentido etc.

A expressão *Tchau Querida* foi uma apropriação, pelo discurso da FD1, da forma de tratamento íntimo entre Lula e Dilma. Em 16 de março de 2016, foi divulgado na mídia o áudio de uma conversa telefônica entre a Presidenta e o ex-Presidente<sup>94</sup> interceptada pela Polícia Federal no curso da Operação Lava Jato<sup>95</sup>. Nessa conversa, Lula trata Dilma por “querida” e se despede com o mesmo tratamento: “Tchau, querida”. No contexto dos movimentos de rejeição à Dilma, no processo discursivo da FD1, a conversa interceptada foi discursivizada como sendo o estopim da crise política nacional e o afastamento da Presidenta foi significado, novamente, como uma necessidade, como o único meio para resolver a instabilidade institucional e política. Assim, nesse domínio de saber, ao marcar um adeus à Presidenta, “tchau querida” intensifica os movimentos de rejeição e de destituição produzidos pelo discurso FD1.

Há um efeito irônico no funcionamento dessa apropriação, marcado pela dissonância entre o uso original da expressão na conversa interceptada. Quando se desloca para a FD1, o uso dessa expressão provoca uma ruptura com sentidos em circulação alhures, baseando-se na tensão entre os sentidos produzidos na conversa interceptada e os sentidos que passa a produzir na FD1. Conforme vimos, Orlandi (2012c), em uma abordagem discursiva acerca da ironia, esclarece que essa dissonância põe em paralelo dois processos de significação distintos e instaura aí um conflito para enfatizar os sentidos produzidos com essa ruptura.

---

<sup>94</sup> Íntegra da conversa interceptada:

**Dilma:** "Alô."

**Lula:** "Alô."

**Dilma:** "Lula, deixa eu te falar uma coisa."

**Lula:** "Fala, querida. Ahn?"

**Dilma:** "Seguinte, eu tô mandando o 'Bessias' junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?!"

**Lula:** "Uhum. Tá bom, tá bom."

**Dilma:** "Só isso, você espera aí que ele tá indo aí."

**Lula:** "Tá bom, eu tô aqui, fico aguardando."

**Dilma:** "Tá?!"

**Lula:** "Tá bom."

**Dilma:** "Tchau."

**Lula:** "Tchau, querida."

Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

<sup>95</sup> Conferir em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/audios-complicam-dilma-e-lula-acompanhe.html>>;

<<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/conversa-entre-dilma-e-lula-e-grampeada-pela-pf>>.

Novamente, emerge a heterogeneidade discursiva, pois o discurso-outro é mobilizado para que esses movimentos de comparação e ruptura possam ser instaurados no discurso da FD1. Nesse funcionamento, se discurso-outro não emergir, não há jogo, não há tensão, nem conflito.

Nesse movimento de comparação entre os discursos em pauta, os sentidos que o sujeito enunciator produz são postos em oposição aos sentidos já em circulação no discurso da FD2 e, assim, a expressão *Tchau Querida* passa a funcionar contra o discurso em que originalmente foi produzida.

Com esses movimentos de apropriação e de ruptura, os sentidos se agitam, deslocando-se para o domínio de saber da FD1, assumindo, aí, viés de ataque, de agressão. Assim, o que no início era um tratamento amigável e íntimo entre os interlocutores da conversa gravada, torna-se um tratamento agressivo, ofensivo, em que *#TchauQuerida* funciona na mesma direção de *#SaiDilmaVez* – *hashtag* referida anteriormente.

A expressão em análise funciona como uma cadeia de significação, produzindo um efeito de sentido que leva a outro e assim sucessivamente. Ou seja, no âmbito dos saberes da FD1, a partir desse funcionamento, a saída de Dilma é discursivizada como necessária, pois representa o fim dos problemas da nação:

- Tchau querida → tchau Dilma (e tchau Lula) → tchau corrupção → tchau crise → tchau problemas políticos → tchau problemas econômicos ...

Na contramão desse processo discursivo, no domínio de saber da FD2 muitas respostas foram produzidas, uma delas, conforme já explicitamos, foi a *hashtag #FicaQuerida*. Essa expressão produziu uma oposição mais direta ao *slogan Tchau Querida*. Funciona enfatizando que, se de um lado, são produzidos movimentos de rejeição, clamando pela saída de Dilma; de outro, são produzidos movimentos de resistência, que clamam pela permanência da Presidenta.

Outra reação ao *#TchauQuerida* foi construída a partir de um efeito polissêmico atribuído à expressão, no sentido de que esse adeus seria para a democracia brasileira, e não apenas para a Presidenta Dilma. Seria, então, “tchau querida democracia”, “tchau democracia” ou apenas “tchau querida”<sup>96</sup> - em que democracia estaria implícito, sendo revelada pela posição de dizer do sujeito

---

<sup>96</sup> Conferir em <<http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/tchau-querida-e-tchau-a-democracia-tchau-as-urnas-diz-telmario-mota-04020D193670D4C15326?types=A&>>.

enunciador (inscrito no âmbito da FD2). É o que podemos observar no enunciado que segue: "Tchau querida, tchau CLT, tchau valorização do salário mínimo, tchau dignidade do trabalhador, tchau democracia, tchau combate à corrupção. Oi Temer"<sup>97</sup>. Assim, a expressão tchau querida é envolta numa polissemia que permite condensar esse complexo movimento de discursivização do afastamento de Dilma como sendo o afastamento da Presidenta legítima e também o afastamento da democracia brasileira.

Então, na FD2, os sentidos também funcionam como numa cadeia de significação em que a saída de Dilma é discursivizada como sendo ilegítima<sup>98</sup>, representando uma agressão à democracia e às instituições democráticas, bem como o início de tempos sombrios para as classes sociais mais baixas:

▪ Tchau querida → tchau democracia → tchau direitos do trabalhador → tchau combate à corrupção → tchau inclusão social....

Considerando as relações de paráfrase que funcionam nesse discurso, observamos que a mesma expressão foi usada nos dois domínios de saber analisados, mas produziu efeitos antagônicos. Novamente, podemos observar que o mesmo pode significar diferente, porque os sentidos não estão nas palavras, são produzidos na FD (cf. PÊCHEUX, 2009a, p. 146-8 e 239-40).

Nesse sentido, Indursky aborda a repetição também como possibilidade de instauração do novo, de ressignificação do mesmo:

Repetir, para a AD, não significa necessariamente repetir palavra por palavra algum dizer, embora frequentemente esse tipo de repetição também ocorra. Mas a repetição também pode levar a um deslizamento, a uma ressignificação, a uma quebra do regime de regularização dos sentidos (INDURSKY, 2011, p. 71).

A repetição é entendida como um modo de manifestação da memória no discurso e pode associar-se ao efeito de regularização de sentidos, quando se realiza no eixo parafrástico, ou como deslocamento e ressignificação, quando se realiza no eixo polissêmico da linguagem. É esse segundo movimento que observamos quando *#TchauQuerida* passa a ser enunciada por sujeitos inscritos na FD2.

---

<sup>97</sup> Disponível em <[https://www.facebook.com/pg/quebrandootabu/posts/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/quebrandootabu/posts/?ref=page_internal)> Publicado em 29 abr. 2016. Acesso em 18 jun. 2016.

<sup>98</sup> Conforme observamos na análise do termo golpe no capítulo anterior.

Sendo assim, essa *hashtag* funciona como uma outra excelente mostra do processo complexo de produção de sentido e do funcionamento da repetição no discurso. Na análise do par *golpe/impeachment* observamos o papel da repetição no nível da estabilização dos processos discursivos. Agora, nesta análise, podemos observar uma atuação inversa da repetição nos processos discursivos em pauta.

A expressão em análise nos permite perceber que repetir não é apenas renovar o mesmo. A repetição pode produzir movimentos polissêmicos, pode romper com processos de significação já instalados. Dessa forma, ao analisar o efeito parafrástico e o efeito polissêmico verificáveis em um discurso, é preciso ter em vista que repetir não significa necessariamente fixação ou enrijecimento de sentidos. A repetição pode também mover sentidos, uma vez que

se por um lado, a repetição é responsável pela cristalização dos sentidos, por outro, também é a repetição que responde por sua movimentação/alteração. Ou seja, os sentidos se movem ao serem produzidos a partir de outra posição-sujeito ou de outra matriz de sentido (INDURSKY, 2011, p. 77).

A repetição pode alterar o curso do processo de significação das mesmas palavras, justamente porque a produção de sentido é uma questão de determinação ideológica, de relações com a exterioridade: os sentidos são regulados por certa FD, que é afetada por certa FI. O sentido não é um produto da língua enquanto estrutura, mas da língua enquanto fato social produzido na interseção do histórico e do ideológico.

É isso que o funcionamento da expressão *Tchau Querida* expõe ao deslizar dentro dos domínios de saber em pauta e deslocar-se de um para outro e em cada um significar diferentemente, mostrando que

os sentidos podem atravessar as fronteiras da FD em que se encontram, e deslizam para outra FD, inscrevendo-se, por conseguinte, em outra matriz de sentido. [...] o fechamento das FDs não é rígido e suas fronteiras são porosas, permitindo migração de saberes (INDURSKY, 2011, p. 71).

Então, os sentidos que inicialmente foram produzidos na FD2, foram apropriados pela FD1 e, num outro movimento, deslocaram-se, retornando, para a FD2. E, nesta rede discursiva, *#TchauQuerida* deixa de ser produzir efeitos de rejeição, deixa de marcar um adeus a tempos ruins e o alvorecer de tempos melhores (sentidos produzidos no âmbito da FD anti-Dilma). Para a FD pró-Dilma, essa mesma expressão marca o exato oposto: *#TchauQuerida* representa o fim de bons tempos

e o alvorecer de tempos difíceis para o Brasil, para os brasileiros e para nossa democracia.

Observamos ainda outro movimento. A mesma expressão produziu outro deslize no processo de discursivização do pedido de afastamento de Dilma no âmbito dos movimentos de resistência. #TchauQuerida, por um efeito metafórico, se torna #VoltaQuerida, no domínio de saber da FD2. Aqui verificamos a mesma polissemia subjacente à expressão “tchau querida” quando inserida no processo discursivo desta FD: ‘querida’ pode ser Dilma, pode ser democracia ou ambas; uma vez que o impedimento da Presidenta, no discurso da FD2, afeta, a um só tempo, a ordem institucional, política e democrática, não apenas a Presidência da República.

Diante disso, observamos a intrincada trama de significação em que se inseriu essa expressão, produzindo vários desdobramentos, enriquecendo o trabalho dos sentidos no processo de discursivização dos movimentos de rejeição e de resistência aqui analisados. E, a partir disso, permitem que o mesmo acontecimento histórico seja significado diferentemente.

Salientamos que o enunciado *Tchau Querida* continua nessa rede invisível de significação e, até hoje, vem sendo trabalho, continua produzindo movimentos metafóricos, deslizando e se deslocando entre diferentes domínios de saber. Uma vez colocado em rede, os sentidos continuam trabalhando e, de tempos em tempo, emergem em diferentes discursos.

## (IM)PONDO UM NÓ NA REDE: EFEITO DE FECHAMENTO

*É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede.*  
Foucault, 2013

Esta tese surgiu a partir da intensa repercussão negativa que o resultado da eleição presidencial de 2014 alcançou. Na época, não imaginávamos que esse processo se desdobraria até alcançar como desfecho o impedimento definitivo da Presidenta. E, assim, a medida que os movimentos de rejeição, destituição e resistências se intensificavam fomos moldando nosso olhar e nossa pesquisa. A partir do recorte inicial, conseguimos desenvolver nosso objetivo central: promover uma discussão sobre igualdade e liberdade, sobre visões hierarquizadas/hierarquizantes da sociedade materializadas no discurso. Nesse ínterim, nosso *corpus* nos defrontou com o discurso de ódio, como um desdobramento das reflexões sobre (des)igualdade e democracia.

Esse exercício analítico foi construído levando em conta que todo dizer pode ser outro, que os sentidos não estão nas palavras, que a compreensão de qualquer discurso nos defronta com uma rede invisível e os movimentos que aí se instauram:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, **mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho** (mais ou menos consciente,

deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) **de deslocamento no seu espaço** (PÉCHEUX, 2008, p. 56, grifos nossos).

Na leitura que apresentamos acerca da produção discursiva de cidadãos brasileiros em repercussão ao resultado eleitoral presidencial, partimos do princípio de que os direitos de liberdade e de igualdade se constituem como eixos estruturantes de nossa ordem jurídica e do Estado Democrático de Direito. São a base do processo democrático, instituído juridicamente, e de observância obrigatória para todos os sujeitos habilitados a participar do jogo democrático. Por isso, nesse contexto de pesquisa, tomamos as práticas discursivas analisadas como materialidades a partir das quais podemos observar esses valores em sua circulação social e refletir sobre eventuais incoerências em nosso processo democrático.

Compreendemos os direitos fundamentais de liberdade e de igualdade como parâmetros jurídicos para a organização de toda ordem jurídico-política. No entanto, nosso gesto de análise mostrou que tais direitos não foram tratados como essenciais ao processo democrático.

De um lado, na discursividade da FD1, os valores liberdade e igualdade circulam socialmente de forma restritiva e segregacionista. Este domínio de saber representa uma parcela da população que não aceita que todos os brasileiros sejam iguais e livres, em especial para decidir os rumos políticos do país. De outro lado, observamos uma reação, em um processo discursivo (FD2) que procura insistir na ampla abrangência de tais valores, na necessidade de preservar a liberdade de participação democrática, mas o faz mantendo os efeitos de polarização e de agressividade no modo de instaurar uma interlocução com o discurso-outro.

Nesse contexto, tratamos também da questão da repetibilidade com fundante de sentidos em todo dizer, levando em conta o que ensina Indursky ao explicar que a repetibilidade:

sustenta a um só tempo a regularização dos sentidos que se encontram em circulação no social e sua desregularização e transformação. Os dois processos embasam a produtividade dos sentidos sociais e se fazem presente na cena do discurso, embora com ênfases diversas (INDURSKY, 2011, p. 88).

Observamos que na FD1 a repetição de dizeres atualiza sentidos já produzidos, atuando na regularização de dizeres em circulação social. São os

sentidos que remontam ao início da migração de brasileiros nordestinos/nortistas para a região sul/sudeste, momento em que os nordestinos foram forjados discursivamente como bodes expiatórios dos problemas de São Paulo. Esse discurso foi tomado como efeito fundador dos sentidos produzidos no âmbito da FD1 e, assim, compreendemos a presença desses efeitos de sentido como pré-construídos.

De outro lado, na discursividade da FD2, a repetibilidade insere-se num processo de desregularização e transformação de sentidos e, dessa forma, culmina com a produção de um contradiscurso. Discurso esse que produz movimentos de resistência e, assim, se constitui para desqualificar os efeitos de sentido produzidos na discursividade da FD1. Para isso, procura mostrar a heterogeneidade do Brasil, dos brasileiros, dos saberes em circulação em nossa sociedade, das posições de dizer.

A FD1 resgata sentidos que acompanham uma parcela da sociedade brasileira desde a formação do país: lugar de privilégios, de diferenças sociais bem demarcadas às quais correspondem espaços sociais bem definidos. Trata-se do espaço dos direitos, de um lado, e, de outro, o espaço da ausência de direitos. É dizer, o espaço dos saberes da FD1, em oposição ao espaço dos saberes da FD2. Também podemos pensar que esses sentidos movimentam-se na direção do “*você sabe com quem está falando?*”, bordão tão conhecido dos brasileiros e tão bem explicado pelo sociólogo Roberto DaMatta. Representa o discurso que expõe o lugar que caberia a cada um na sociedade brasileira, resgata a tão importante falta de igualdade que nos é congênita.

O discurso da FD1, ao tematizar o resultado eleitoral, produziu efeitos de hostilização, polarização, segregação e ódio. Efeitos produzidos a partir de uma relação maniqueísta engendrada entre os polos em embate: sujeitos inscritos na FD1 *versus* sujeitos inscritos na FD2 (designados de modo homogeneizante como nordestinos). No âmbito da FD1, essa polarização produz outro efeito, o de segregação, instaurando uma discursividade avessa ao outro e à diferença. Assim, a relação de antagonismo foi discursivizada de forma a não reconhecer o outro como igual e livre, tomando-o como alvo de violências. E, diante do que entendemos como discurso de ódio, metodologicamente, procuramos mostrar seu funcionamento a

partir de três movimentos de violências contra o sujeito nordestino e, conseqüentemente, contra a democracia.

Consideramos o discurso de ódio como um caminho de desvalorização do sujeito e de sua dignidade, entendemos que esse tipo de discurso por si só já tem caráter antidemocrático, uma vez que “dignidade é liberdade e empoderamento da pessoa” (SARMENTO, 2016, p. 328). Assim, significar o outro como um sujeito sem dignidade (ou menos digno) é privá-lo de sua liberdade democrática; é restringir o alcance dos preceitos democráticos.

Com isso, observamos como esse ódio toma, também, a democracia como alvo. Ancoramos tal reflexão nas considerações de Rancière (2014), o qual entende que o ódio à democracia sempre existiu, mas hoje se revela a partir do excesso de democracia: para as elites a vida democrática tornou-se insustentável em razão do excesso de democracia.

No segundo momento do processo de discursivização dos acontecimentos em torno da reeleição de Dilma e da crise política brasileira, tomamos os movimentos de destituição e de resistências como objeto de nossas reflexões. Analisamos o par *Golpe/Impeachment* e a hashtag #TchauQuerida, observamos como essas práticas discursivas materializaram os referidos movimentos e como funcionaram nos dois discursos em pauta. São dizeres que discursivizam os mesmos acontecimentos a partir de posições opostas, materializando as relações de força (antagônicas) em jogo.

Compreendemos que os termos em análise funcionam como designações que produzem um efeito de identificação em relação a uma FD e, ao mesmo tempo, um efeito de oposição em relação a outra FD. Isto é, constituem uma tomada de posição do sujeito em relação a determinado processo discursivo. Também produzem um efeito de legitimação dos saberes da FD em que se inscrevem e de deslegitimação dos saberes da FD a que se opõem. A análise dos termos permitiu observar, ainda, o memorável no âmbito dos saberes de cada FD em pauta, através das categorias do interdiscurso e da memória discursiva, bem como os movimentos metafóricos e os efeitos polissêmicos envolvidos nesses processos de significação do mesmo.

Esse percurso discursivo que cada termo expõe, com os movimentos de saberes que os subjazem, permite concluir que, no âmbito da FD1, são produzidos efeitos positivos em torno do processo de rejeição e de destituição de Dilma;

enquanto que, no domínio de saber da FD2, são produzidos efeitos de refutação ao processo discursivo da FD1, os quais ancoram os movimentos de resistência nesse discurso.

Portanto, considerando que a democracia se propõe a reconhecer o pluralismo e a diferença e, sem apagá-los ou desfazê-los, obter uma unidade social; o modo como as relações de forças antagônicas são materializadas no discurso da FD1 mostra um funcionamento não democrático. Mais do que isso, mostra um funcionamento que pode inviabilizar o regime democrático, pois a diferença e a divergência são vividas e significadas em termos de segregação, de exclusão.

Em uma sociedade democrática a questão é abrir espaço para as diferenças que compõem o grupo, em vez de excluí-las ou homogeneizá-las, pois a democracia se propõe a reunir os sujeitos (BOBBIO, 2002, p. 24). Assim, as práticas discursivas analisadas mostram a distância entre o jurídico ideal e o social real do cotidiano dos brasileiros, dos discursos que circulam em nossa sociedade. Mostram a dificuldade de conviver com a diferença.

Essa tese, então, pode ser entendida como uma reflexão sobre viver junto em meio às diferenças. Como um caminho para (re)pensar a organização social em que vivemos, baseada numa hierarquização em que, com o jeitinho brasileiro, vive-se a hierarquia das relações sociais como se todos fossem iguais, mas desde que cada um saiba o seu lugar, conforme explica Roberto DaMatta<sup>99</sup>. E, assim, o excesso de democracia, de que fala Rancière (2014), pode ser controlado pelas elites e o discurso dominante se mantém, bem como as relações de sentido e de força se perpetuam.

Por fim, tal como faz Bobbio (2014), também ousou resistir e faço minha profissão de fé acerca de nossa vivência democrática. Para tanto, encerro tomando de empréstimo alguns versos de um samba-enredo de 1989<sup>100</sup>:

*“Liberdade, liberdade!  
Abre as asas sobre nós  
E que a voz da igualdade  
Seja sempre a nossa voz”*

---

<sup>99</sup> Conforme as obras *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* e *O que faz o Brasil, Brasil?*.

<sup>100</sup> Samba enredo da escola Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense, campeã do carnaval do Rio de Janeiro em 1989.

## REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre (Org.). **O papel da memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010, p. 11- 21.

ALTHUSSER, Louis. **Da Reprodução**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

\_\_\_\_\_. **La filosofía como arma de la revolución**. Madri, Espanha: Siglo Veintiuno Editores, 1974.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Escala educacional, 2006.

AUTHIER-RÉVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: \_\_\_\_\_. **Entre a transparência e a opacidade**. Um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BARROSO, Luiz Roberto. **Vinte anos da Constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil**. 2008

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/vinte-anos-da-constituicao-de-1988-a-reconstrucao-democratica-do-brasil>. Acesso em 5 jul. 2016.

BAUMANN, Zigmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade** – Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

\_\_\_\_\_. **O futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Qual democracia?** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral da política** – A filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

\_\_\_\_\_. Três textos sobre a violência. **Revista USP**. Março-abril-Maio 1991, p. 3-8.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em: 23 out. 2016.

BRASIL. **Constituição, 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. **Jornal do Senado**: Especial Jornal do Senado – Constituição 20 anos. Ano XIV, Nº 2.896/192, Brasília (DF), 6 a 12 de outubro de 2008.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Relatório das eleições 2014 – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2016. Disponível em: [http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/relatorio\\_eleicoes/relatorio-eleicoes-2014.pdf](http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/relatorio_eleicoes/relatorio-eleicoes-2014.pdf). Acesso em: 15 dez. 2016.

BRUGGER, W. Proibição ou Proteção do Discurso do Ódio? Algumas Observações sobre o Direito Alemão e o Americano. **Revista de Direito Público**, Brasília, v. 15, n. 117, p. 117-136, jan-mar. 2007.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, [20--].

CAZARIN, Ercília Ana. A análise do discurso e a sua interface com o político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (Org.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. **Heterogeneidade discursiva**: relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político de L. I. da Silva. 1997. 119 p. Dissertação, Mestrado em Estudos de Linguagem, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

\_\_\_\_\_. **Identificação e representação política**: uma análise do discurso de Lula (1978-1998). 2004. 270 p. Tese, Doutorado em Estudos de Linguagem, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. O “povo” no discurso de Lula: das greves no ABC à Presidência da República. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília A. **Práticas discursivas e Identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 206-217.

\_\_\_\_\_. Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo. In: FERREIRA, Maira Cristina; INDURSKY, Freda (Org.) **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 109-121.

CAZARIN, E. A.; RASIA, G. S. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 193-210, jan./jun. 2014.

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1990.

\_\_\_\_\_. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

\_\_\_\_\_. Política e Cultura democráticas: o público e o privado entram em questão. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. , Coimbra, v. 2, n. 32, p. 57-64, jun. 1991.

CORTEN, André. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C. L. (Org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

COUTRINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, J.-J. (1981). Algunos Problemas Teóricos y Metodológicos en Análisis del Discurso, a propósito del discurso comunista dirigido a los cristianos. Tradução: Maria del Carmen Saint-Pierre.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.

\_\_\_\_\_. Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol. **Revista USP**. São Paulo, v.22, p.10-17, jun/jul/ago 1994.

\_\_\_\_\_. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

\_\_\_\_\_. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1999.

DUGNANI, Patrício. **O Ódio, o Mal Radical e a Mídia: O Azul, o Vermelho e a Intolerância Constante nas Redes Sociais**. 2016. Disponível em: [http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT4/GT04-PATRICIO\\_DUGNANI.pdf](http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT4/GT04-PATRICIO_DUGNANI.pdf).. Acesso em: 09 jan. 2017.

ERNST-PEREIRA, Aracy. **A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo**. 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Uma introdução à Análise do Discurso. In: **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 84, p. 7-20, 1991.

\_\_\_\_\_. Uma introdução à Análise do Discurso. **Revista Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 7-20, jun. 1991. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/16098/10571>.

FERNANDES, Carla M. et al. Humor e espetáculo político: uma análise dos memes do impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) na mídia on-line. **ALCEU – Revista de Comunicação, Cultura e Política**, Rio de Janeiro, v. 17, n.33, p. 202-18,

jul./dez. 2016.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 24, n. 48, p. 1-12, 2010.

FERREIRA, Maira Cristina Leandro; INDURSKY, Freda (Org.) **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)**. São Paulo: FGV Editora, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso - uma introdução à obra de Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1986.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Letras**, Santa Maria-RS, n 26, p. 53-62, jan./jun. 2003.

\_\_\_\_\_. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY; MITTMANN; FERREIRA (Org.). **Memória na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, p. 69-89.

\_\_\_\_\_. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo (Org.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001.

\_\_\_\_\_. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003.

\_\_\_\_\_. Polêmica e Denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas/SP, n. 19, p. 117-122, jul/dez 1990.

\_\_\_\_\_. Políticas do esquecimento X políticas de resgate da memória. In: FLORES, Giovanna G. B.; NECKEL, Nádia R. M.; GALLO, Solange M. L. (Org.). **Análise de**

**Discurso em Rede:** Cultura e Mídia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p. 11-27.

\_\_\_\_\_. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília A. **Práticas discursivas e Identitárias:** sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9-33.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura Morfo-Sintática do Português:** Aplicação do estruturalismo linguístico. São Paulo: Pioneira Manuais de Estudo, 1978.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso** – (Re) Ler Michel Pecheux hoje. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MENDES, Gilmar. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2012.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: FERREIRA, Maira Cristina L.; INDURSKY, Freda (Org.) **Análise do discurso no Brasil:** mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 153-162.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves de. A construção do impeachment de Dilma Rousseff pela mídia brasileira comercial na cobertura das manifestações de rua. In: **Anais 6º Encontro Regional Sul de história da Mídia.** 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/17.pdf>> . Acesso em: 05 jan. 2017.

OLIVEIRA, Luiz Ademir; COIMBRA, Mayra Regina. Internet e eleições: as estratégias dos candidatos à Presidência em 2014 em suas *fanpages*. **Verso e Reverso**, São Leopoldo (Unisinos), v. 30, n. 75, p. 173-185, set.-dez. 2016.

OLIVEIRA, Luiz A. et al. Disputa eleitoral de 2014: da tela da televisão para as redes sociais. **Comunicação & Mercado** (UNIGRAN), Dourados/MS, v. 04, n. 11, p. 29-42, 2015.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso** – Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

\_\_\_\_\_. A noção de exterioridade nas distintas teorias. In: ORLANDI, Eni. **Ciência da Linguagem e Política:** Anotações ao Pé da Letras. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014, p. 65-74.

\_\_\_\_\_. A noção de “povo” que se constitui em diferentes discursividades. In: SILVA, Soeli Maria Schreiber da (Org.). **Sentidos do povo.** São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. **Revista Com Ciência**, n. 89, jul. 2007c.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio** – No movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007a.

\_\_\_\_\_. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. **Web-Revista Discursividade**, Campo Grande, v. 09. jan./mai. 2012c.

\_\_\_\_\_. Discurso e Argumentação: um observatório do político. **Fórum Lingüístico**, Florianópolis, nº 1 (73-81), jul-dez., 1998.

\_\_\_\_\_. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Revista Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto** – Formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

\_\_\_\_\_. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Discurso Fundador** – A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003, p. 11-25.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. **Interpretação - Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes Editores, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Segmentar ou recortar?** Série Estudos. Linguística: Questões e Controvérsias, n 10. Uberaba-MG: Fiube, 1984, p. 9-26.

\_\_\_\_\_. **A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>> Acesso em 28 jul. 2015.

PECHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso- uma introdução à obra de Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2010.

\_\_\_\_\_. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos** (Unicamp), n. 19. Campinas, jul./dez. 1990, p. 7-24.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. O mecanismo do desconhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

\_\_\_\_\_. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COUTRTINE, Jean-

Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009b, p. 21-26.

\_\_\_\_\_. **Ousar pensar e ousar se revoltar**. Ideologia, marxismo, luta de classes. Décalages: Vol. 1: Iss. 4. 2013. Disponível em: <http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>. Acesso em: 12 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009a.

PONTUAL, Helena Daltro. **Constituições Brasileiras**. s/d. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>. Acesso em: 19 mai. 2016.

POSSENTI, Sírio. Certas palavras. In: **Instituto Ciência Hoje - ICH**. Rio de Janeiro, 30 mai. 2016. Disponível em: [http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/4833/n/certas\\_palavras](http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/4833/n/certas_palavras). Acesso em: 02 jun. 2016.

RABASSA, Adriana M.; RECUERO, Raquel C. Comunicação e Política: Uma Análise dos Discursos Agressivos entre os Candidatos à Presidência do Brasil nas Eleições de 2014. **Anais Intercom - XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro-RJ, 4 a 7/9/2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0108-1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

RANCIERE, Jacques. **O ódio a democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROSSINI, Patrícia G. C. et al. O uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras de 2014: a influência das pesquisas eleitorais nas estratégias das campanhas digitais. **Revista Fronteiras** - Estudos Midiáticos, Unisinos, v. 18, n. 2, p. 145-157, maio/agosto 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

SARMENTO, Daniel. **A liberdade de expressão e o problema do hate speech**. Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <<http://www.dsarmento.adv.br/content/3-publicacoes/18-a-liberdade-de-expressao-e-o-problema-do-hate-speech/a-liberdade-de-expressao-e-o-problema-do-hate-speech-daniel-sarmento.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Dignidade da pessoa humana – conteúdo, trajetória e metodologia**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. V.2. São Paulo: Ática, 1994.

SERRANI-INFANTE, Silvana. **A Linguagem na Pesquisa Sociocultural** – um estudo da repetição na discursividade. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. Análise de ressonâncias discursivas em micro-cenas para estudo da identidade linguístico-cultural. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 24, p.79-90, jul-dez 1994.

\_\_\_\_\_. Ressonâncias fundadoras e imaginárias de língua. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Discurso Fundador** – A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 2003, p. 113-125.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

SILVA, Rosane Leal da; BOLZAN, Luiza Quadros da Silveira. **Discurso de ódio: liberdade de expressão ou violação dos direitos humanos?** Anais Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão Unifra. Santa Maria: 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/trabalhos/7116.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

SILVA, Rosane Leal da et al. Discursos de ódio em **redes** sociais: jurisprudência brasileira. **Revista Direito GV**. v. 7, n. 2, p. 445-68, jul-dez 2011.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. Sujeito do discurso, ideologia e luta de classes: um espectro ronda a AD e não cessa de produzir efeitos. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina L. (Org.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, p. 105-141.

STRECK, Lenio Luiz. **Ciência política e teoria geral do estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VAINER, Bruno Zilberman. Breve histórico acerca das Constituições do Brasil e do controle de constitucionalidade brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, n 16, p. 161-191, jul./dez. 2010.

ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

## **Sites consultados**

< <http://www.eleicoes2014.com.br/pesquisa-eleitoral-para-presidente/> >

< <http://www.tse.jus.br/> >

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o\\_presidencial\\_no\\_Brasil\\_em\\_2014](https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2014)>

< [https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos\\_contra\\_o\\_Governo\\_Dilma\\_Rousseff](https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_contra_o_Governo_Dilma_Rousseff) >

<<http://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2016/04/veja-como-caminhou-processo-de-impeachment-ate-chegar-ao-senado> >

<<http://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2016/04/o-caminho-do-processo-de-impeachment-no-senado> >

<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Xenofobia>>